

Joana Isabel Saraiva Domingues

2º Ciclo de Estudos em História, Relações Internacionais e Cooperação

A Cimeira das Lajes: O papel de Durão Barroso

2014

Orientador: Professor Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Ao meu pai, com todo o amor

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer ao professor doutor Manuel Loff pela orientação e conselhos dado ao longo da elaboração desta dissertação.

À minha mãe, por sempre acreditar em mim pela força que me dá e por tudo o que fez. Se não fosse ela não conseguiria chegar tão longe. É também para ela, esta dissertação

À minha família por todo o apoio dado. Aos meus amigos, em especial o Pedro Craveiro, pela companhia.

Por fim, ao Gonçalo Ferreira pela paciência, carinho e compreensão.

Resumo

A Cimeira das Lajes foi um encontro entre os líderes dos E.U.A, Reino Unido, Espanha, Portugal para tentar encontrar uma última solução diplomática antes dos E.U.A. intervirem militarmente no Iraque. Os E.U.A. consideravam que o Iraque tinha armas de destruição maciça e que apoiava o terrorismo internacional. Contudo, da cimeira saiu um ultimato de 24 horas a Saddam Hussein e ao Conselho de Segurança. Se dentro desse tempo Saddam não desarmasse e continuasse a violar as resoluções impostas pelo Conselho de Segurança da ONU, os E.U.A. iriam intervir militarmente no país. Pretende-se com esta investigação entender e aprofundar o papel de Durão Barroso nesta Cimeira.

Palavras-chave: Durão Barroso, Cimeira das Lajes, Iraque, E.U.A., Espanha, Reino Unido, Portugal

Abstract

The Lajes Summit was a meeting between the leaders of America, United Kingdom, Spain, Portugal to seek a diplomatic solution before last US intervene militarily in Iraq. The US believed that Iraq had weapons of mass destruction and supported international terrorism. However, the summit left a 24-hour ultimatum to Saddam Hussein and the Security Council. If within that time Saddam did not disarm and continued to violate the resolutions imposed by the UN Security Council, the United States would intervene militarily in the country. The aim of this research is to understand and deepen the role of Durão Barroso in this Summit.

Keywords: Durão Barroso, Lajes Summit, Iraq, USA, Spain, UK, Portugal

Índice

Introdução.....	6
Capítulo I	9
1. Guerra do Iraque	9
1.1. O Início do conflito	9
1.2. Resolução 1441.....	14
1.3. Razões para a participação da cimeira e apoio aos E.U.A.....	18
1.3.1. Reino Unido.....	18
1.3.2. Espanha	22
1.3.3. Portugal	26
Capítulo II.....	33
2. Durão Barroso	33
2.1.1. Os primeiros anos na política	33
2.1.2. Liderança do PSD, os anos com primeiro-ministro e o conflito do Iraque	35
2.1.3. Candidato à Comissão Europeia e o abandono do Governo	37
2.2 Cimeira das Lajes	40
Capítulo III	46
3. Análise de Imprensa	46
3.1. New York Times e Washington Times. Público e Expresso.....	46
3.2. Metodologia	51
3.3. Análise do discurso noticioso	53
3.4. Análise e comparação dos resultados	71
Conclusão	87
Bibliografia	89
Anexos	97

Introdução

A guerra do Iraque começou devido à tomada de decisões de quatro líderes que se reuniram numa cimeira realizada na base das lajes a 16 de março de 2003 nos Açores, em Portugal.

A cimeira dos Açores ficou conhecida como a “cimeira da guerra” e contou com a presença do então presidente dos EUA, George W. Bush, do primeiro-ministro espanhol José Maria Aznar, do primeiro-ministro do Reino Unido Tony Blair e por fim, do primeiro-ministro português Durão Barroso. Após esse encontro, os quatro líderes lançaram um ultimato a Saddam Hussein – o presidente iraquiano tinha 24 horas para se desarmar voluntariamente, se assim não fosse os EUA invadiriam o Iraque. Na conferência de imprensa do final do encontro, José Durão Barroso afirmou que a cimeira das Lajes oferecia “a última oportunidade para uma solução política”.¹

O que se propõe nesta dissertação é, através essencialmente de uma análise de imprensa, averiguar a importância do papel de Durão Barroso na Cimeira das Lajes.

De modo a encontrar os resultados pretendido para esta investigação foram colocadas as seguintes hipóteses de investigação para serem respondidas:

– Qual a importância e tratamento dados pelos jornais, nacionais e internacionais, à figura de Durão Barroso aquando a cimeira?

Público sendo menos à direita que o *Expresso* tratou a figura de Durão de maneira diferente?;

O The New York Times, sendo mais liberal no sentido americano da palavra, tratou a figura de Durão de maneira diferente à do *The Washington Times*?

– Durão foi mais que um simples anfitrião?

– De que modo a cimeira é retratada?

– Passado um ano, o assunto da Cimeira das Lajes ainda é referido?

¹ Durão Barroso, o anfitrião da Cimeira das Lajes. *RTP Online* in <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=58784&tm=&layout=121&visual=49>

– A participação na cimeira influenciou de algum modo a candidatura de Durão Barroso à CE?

Nesse sentido, a investigação foi dividida em duas partes. A primeira parte é compreendida pelos capítulos I e II e a segunda pelo III e último capítulo da dissertação. Numa primeira parte foi realizado uma pesquisa bibliográfica de obra pertinentes à investigação, de modo a se fazer uma contextualização dos antecedentes relevantes que deram origem encontro da Cimeira das Lajes. A maioria das fontes utilizadas foram as primárias (notícias).

O Capítulo I aborda os antecedentes do conflito do Iraque, a resolução 1441 e os motivos da participação dos E.U.A. do Reino Unido, Espanha e Portugal na Cimeira das Lajes. O capítulo II é centrado na figura política de Durão Barroso e no acontecimento da Cimeira das Lajes.

Para tentar comprovar as hipóteses de investigação colocadas nesta dissertação, para além da análise bibliográfica, foi realizada uma análise de imprensa a quatro publicações noticiosas. Tal análise é essencial, pois é realizada através da utilização de fontes primárias: as notícias. Esta análise é um componente fulcral da dissertação, tendo em conta, que através dela, se irão obter os resultados necessários que poderão responder às hipóteses de investigação.

A segunda parte compreendida pelo III e último capítulo é composta por uma análise de imprensa de quatro jornais. Dois norte-americanos: *The New York Times* e *The Washington Times* e dois portugueses: *Público* e *Expresso*.

A escolha destes jornais prende-se com a diferença das suas linhas editoriais, tal deverá fornecer uma informação mais diversificada a nível de análise qualitativa e quantitativa. O primeiro período de análise as semanas de 09 de Março a 23 de Março de 2003, uma vez que a cimeira foi realizada no dia 16 de Março pretende-se averiguar o tipo de cobertura jornalística que foi feita antes e após esse encontro. O segundo período será a quinzena compreendida entre os dias 22 de Junho a 6 de Julho de 2004, sendo que o foi no dia 24 que Durão Barroso foi nomeado presidente da Comissão Europeia. Neste segundo período pretende-se aferir se o assunto da Cimeira das Lajes é referido passado um ano e se influenciou, negativa ou positivamente, a candidatura de Durão à Comissão.

Os artigos analisados nas publicações portuguesas, contrariamente às publicações norte-americanas, pertencem todos às publicações impressas. Para além de se obter uma análise mais

profunda e completa, os dois jornais não tinham, disponíveis na internet, o conteúdo necessário que compreendia os anos 2003 e 2004.

A metodologia utilizada neste último capítulo, como anteriormente referida, será a qualitativa e quantitativa. A nível qualitativo será realizada uma análise de discurso, onde serão analisados excertos relevantes de algumas notícias em análise. Quantitativamente, irá se averiguar, no primeiro período de análise, quantas vezes o nome de Durão Barroso aparece em notícias relacionadas com a Cimeira das Lajes e que tipo de enfoque e importância é dado à sua figura; no segundo período irá, também, ser analisado a relevância da sua figura e averiguar também se em alguns dos jornais, passado um ano é referido o assunto da Cimeira da Lajes devido à sua nomeação como presidente da Comissão Europeia.

Todos os capítulos foram divididos em subcapítulos para uma melhor compreensão dos temas tratados.²

² Importante referir que por ter sido entregue muito tardiamente, este trabalho não pôde ser devidamente discutido com o orientador.

Capítulo I

Guerra do Iraque

O Início do conflito

No dia 20 de março de 2003, quatro dias após a cimeira das Lajes, a administração de George W. Bush iniciou a segunda guerra do Golfo. Esta intervenção militar tinha o nome de “Operação Liberdade Iraquiana”.¹ A Guerra do Iraque foi iniciada no meio de uma grande controvérsia política mundial, uma vez que países como Alemanha e França, países com uma grande poder político internacional, não apoiavam esta decisão.

Desde da 1ª Guerra do Golfo (1990-1991) que o Iraque se tornou num assunto suspenso dos E.U.A. Na administração de George W. Bush, o tema *Iraque* apareceu pela primeira vez, muito antes do 11 de setembro. Em Janeiro de 2001, antes de Bush tomar posse da presidência dos E.U.A., os principais membros da sua administração, alertavam o novo presidente para os assuntos prioritários a nível da segurança nacional. Um deles eram os ataques contínuos à aviação americana pelas tropas de Saddam Hussein em plena zona de exclusão área aprovada pelo Conselho da Segurança da ONU.² A 16 de fevereiro as forças aéreas americanas e britânicas bombardeiam 20 radares próximos da capital iraquiana. Este ataque deve-se a uma operação em curso integrada no reforço da zona de exclusão aérea. Esta operação levanta determinada suspeitas acerca do tipo de abordagem que esta administração está disposta a ter com o Iraque.

¹ Leandro Guerreiro C. PINHEIRO *Guerra do Iraque: análise da sua legalidade frente ao direito internacional contemporâneo*. Disponível em formato eletrónico a 22 Maio 2009 in http://www.soleis.com.br/artigos_guerra_iraque.pdf p.2; Consultado pela última vez a 28.05.2014.

² Uma zona de exclusão aérea tem como finalidade interditar voos aéreos sobre um determinado local. No caso do Iraque, as suas zonas de interdição foram implementadas a Norte e a Sul do país após a 1ª Guerra do Golfo, em 1991. No entanto a zona de exclusão imposta no Iraque foi alvo de constantes violações por parte da aviação iraquiana a partir do ano de 1998. *Público*. Zona de exclusão aérea: o que é e como funciona e os precedentes. 18.03.2011 in <http://www.publico.pt/mundo/noticia/zona-de-exclusao-aerea-o-que-e-e-como-funciona-e-os-precedentes-1485523>

Durante os meses de Maio e Julho desse ano, Stephen Hardley, o vice conselheiro da segurança nacional fica com a responsabilidade de definir uma estratégia para o Iraque. Em agosto, Hardley apresenta um memorando secreto intitulado *Estratégia de Libertação*. No documento o vice conselheiro propõe uma acção faseada que consistiria, primeiramente, na pressão diplomática, mais tarde impor-se-ia um reforço das sanções económicas, apoios à oposição e inspecções da ONU. Nesse mês, americanos e britânicos atacam novamente o Iraque. Até à data dos atentados o governo de George W. Bush ainda não tinha reexaminado a estratégia para o Iraque e até à época, o tema não era prioritário na política externa americana (Cf. LIMA, 2013: 33-34).

No entanto, para entender detalhadamente as causas desta intervenção é necessário remontar aos atentados de 11 de setembro de 2001. George W. Bush Tinha tomado posse da presidência dos E.U.A. no início desse ano, a 20 de Janeiro. No início da sua campanha eleitoral, Bush era da opinião que a acção externa americana era somente válida aquando uma intervenção militar. Manter tropas num país estrangeiro com intenções humanitárias a fim de manter a paz, no ponto de vista de George W. Bush, um desperdício para a economia americana e prejudicava também o interesse nacional norte-americano. Contudo, durante os oito anos da sua administração George W. Bush utilizou o ramo militar americano como a sua principal ferramenta para combater a chamada *War on Terror* (Cf. LIMA, 2013: 25-26).

É importante também realçar que o Iraque nunca esteve presente ao longo da campanha eleitoral, realizada em 2000. No entanto ambos os candidatos, George W. Bush e Al Gore, viam Saddam Hussein como uma ameaça que deveria ser vigiada de perto, por isso mesmo era necessário ampliar uma coligação diplomática de modo a forçar Saddam a colaborar com a ONU no que concerne ao que os E.U.A. suspeitavam ser o seu programa de armas de destruição maciça (Cf. LIMA, 2013: 26).

A partir do 11 de setembro, todas as prioridades desta administração foram alteradas, George W. Bush desvia o seu foco da política interna e concentra-o somente na possibilidade de uma intervenção militar. Os E.U.A. aprovaram legislação e resoluções que facilitavam a intervenção americana num país que fosse suspeito de albergar actos de terrorismo. A 14 de setembro de 2001, três dias após o ataque, o Congresso aprovou uma resolução de guerra que autoriza o presidente a utilizar os recursos necessários contra pessoas, nações e organizações cúmplices dos actos terroristas de 11 de setembro (Cf. LIMA 2013: 27). Este facto é extremamente importante pois a partir daqui não existe nenhuma distinção entre quem cometeu

os actos e quem é cúmplice dos mesmos. É através do uso desta argumentação que George W. Bush tenta ligar Saddam Hussein e o Iraque a Al-Queda.

Após os atentados do 11 de setembro, a OTAN e os seus membros apresentaram o seu apoio, invocando pela primeira vez o artigo 5º do Tratado Atlântico Norte que entrou em vigor em 1949. Este artigo invoca o auxílio a qualquer país membro da OTAN que tenha sido atacado: “As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, consequentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desta natureza e todas mais providências tomadas em consequência desse ataque são imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais”.³ Os E.U.A decidiram recusar esse auxílio proposta pelos países membros da OTAN. Osama Bin Laden e a Al-Qaeda foram considerados os culpados dos atentados destes actos terroristas. O governo dos E.U.A. e a CIA, determinaram que o Afeganistão apoiava os culpados.⁴

George W. Bush tem um denominador comum com Osama Bin Laden: ambos aceitam a violência como um acto justificável quando esta é utilizada com o propósito de defender o seu país ou as causas em que acreditam. No caso do primeiro, serve de exemplo a intervenção no Afeganistão e mais tarde no Iraque; no caso do segundo, os atentados do 11 de setembro. Como afirma Chomsky “either side can speak without shame of eradicating evil in the light of their

³ Tratado Atlântico Norte in http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/NATO/Tratado_NATO.htm; Consultado pela última vez a 20.04.2014.

⁴ Cf. Noam CHOMSKY. *Wars of Terror*, New Political Science, March, 2003 in <http://www.chomsky.info/articles/200303--.htm>; Consultado pela última vez a 10.04.2014.

record – that should leave us open-mouthed in astonishment, unless we adopt the easy course of effacing even very recent history”.⁵

A administração de George W. Bush pretendia agir o mais depressa possível contra os actos de terrorismo. Uma vez que a CIA estabeleceu que os responsáveis por tais actos eram auxiliados e pertenciam ao Afeganistão, a questão Iraque teve de ficar um pouco atrás na lista de prioridades do governo americano. A 7 de outubro de 2001, a menos de um mês dos atentados de 11 de setembro, os E.U.A. bombardeiam o Afeganistão. Cinco dias após o bombardeamento, os E.U.A. determinam que o objectivo desta intervenção era libertar o país do regime dos Taliban, apoiantes do grupo terrorista Al-Qaeda⁶. O governo americano entrou no Afeganistão com o apoio de países como o Reino Unido e Austrália. No entanto, a OTAN só iniciou a sua missão em dezembro de 2001 após a resolução 1386 do Conselho de Segurança que permitiu a presença da organização. Antes do auxílio da OTAN, a 13 de novembro os E.U.A. foram capazes de controlar Cabul (Cf. LIMA 2013: 31). A partir deste acontecimento a administração de George W. Bush poderia concentrar toda a sua atenção em outros assuntos pendentes, ou seja, encontra argumentação suficientemente forte para poder invadir o Iraque.

No dia 21 de novembro de 2001, Bush perguntou ao seu secretário de defesa, Donald Rumsfeld, quais eram os planos de guerra existentes para o Iraque. Este era da opinião que “a actual doutrina do presidente reflecte basicamente todo o aparato estratégico da Guerra do Golfo de 1991” (LIMA: 2013, 31). Bush ordena então uma reunião com o general Tommy Franks, com a finalidade de traçar uma nova estratégia que proteja, acima de tudo, os E.U.A. nem que para isso seja necessário derrubar o Saddam Hussein. A 27 de novembro desse mesmo ano, Rumsfeld pede ao general Franks para apresentar “fundamentos filosóficos” que possam sustentar um possível plano para o Iraque. Tommy Franks formula um dossiê com a ajuda dos generais Gregory Newbold e Victor Renuart, que o completam num espaço de três semanas. Nesse dossiê, Tommy Franks afirma que o principal objectivo da invasão do Iraque tem de estar relacionado com a queda do regime de Saddam Hussein. A 4 de dezembro de 2001, o general apresenta essas declarações a Donald Rumsfeld, que concorda e tenciona apresentá-las ao presidente. A

⁵ Noam CHOMSKY. *Pirates and Emperors, Old and New: International Terrorism in the Real World*, 2002, p. 81 in <http://issuu.com/infowarbooks/docs/chomsky---pirates-and-emperors--old-and-new---inte>; Consultado pela última vez a 20.04.2014.

⁶ Cf. Noam CHOMSKY. *U.S intervention form Afghanistan to Iraq*, International Socialist Review, September-October 2002 in <http://www.chomsky.info/interviews/200209--.htm>; Consultado pela última vez a 20.04.2014.

importância desta data é algo a realçar, visto que o presidente se mostrou predisposto a tal. O início de dezembro de 2001 ficou pautado como um marco na decisão militar. No entanto, a nível político existia um longo caminho a percorrer. (Cf. LIMA 2013: 31- 32).

A 20 de setembro de 2002 a administração de Bush publica formalmente a sua Estratégia de Segurança Nacional (ESN). Este género de documentos são publicados sempre por novas administrações tem como objectivo definir a opinião internacional de cada uma delas. (Cf. LIMA, 2013: 36).

A ESN de 2002 baseava-se no argumento da legítima defesa: “as matter of common sense and self-defense, America will act against such emerging threats before they are fully formed. We cannot defend America and our friends by hoping for the best. So we must be prepared to defeat our enemies’ plans, using the best intelligence and proceeding with deliberation...In the new world we have entered, the only path to peace and security is the path of action”.⁷ Para a administração de George W. Bush a acção a tomar passaria pela intervenção militar no Iraque. O fundamento da legítima defesa, estabelecido na ESN de 2002, era baseado no artigo 51 na carta da ONU, localizado no capítulo VII intitulado “Acção em caso de ameaça à paz, ruptura de paz e acto de agressão”. No artigo 51 é dito que: “Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou colectiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer momento, a acção que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais”.⁸ No entanto como é visível neste excerto, o artigo 51 menciona a permissão de legítima defesa de um país membro, quando este sofre um ataque armado. Tal situação não aconteceu nos E.U.A. Contudo, a administração de George W. Bush defendeu não ser necessário um ataque armado para ser possível alegar legítima defesa. A mesma pode ser

⁷ *The National Security Strategy of the United States of America* in <http://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>; Consultado pela última vez a 19.05.2014.

⁸ *Carta da Nações Unidas* in <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm>; Consultado pela última vez a 28.05.2014.

utilizada, se algum país adoptar políticas de armamento que ponham em causa a paz e segurança mundiais. Por isso mesmo, o facto (declarado pelos americanos) de que o Iraque estaria a auxiliar directa ou indirectamente actos terroristas e para além disso, também produzia armas de destruição maciça, era, na opinião do governo americano, motivo suficiente para iniciar uma intervenção militar nesse país.⁹

Não é ao acaso que a ESN de 2002 foi considerada por John Gaddis, um dos historiadores da Guerra Fria, como o documento mais importante da política externa dos E.U.A. desde do Relatório do Conselho de Segurança Nacional de 1968.¹⁰

Resolução 1441

Depois da aprovação da ESN DE 2002, a administração Bush tenta persuadir três dos cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, França, Rússia e China, a aprovar uma resolução que possibilita a entrada de inspectores da Comissão das Nações Unidas de Vigilância, Verificação e Inspecção (UNMOVIC) e da Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA) no Iraque. Em caso de não-aceitação desta mesma resolução por parte do governo iraquiano, os E.U.A., desejavam obter a autorização do uso da força. Seria favorável aos E.U.A. o apoio total do Conselho de Segurança, pois assim, o governo de Bush teria legitimidade na intervenção militar do Iraque e poderia, também, dividir as despesas da guerra com os seus possíveis aliados.¹¹

No entanto, só o Reino Unido, a Espanha e Portugal apoiaram e legitimaram as decisões da administração Bush, assim como a intervenção militar no Iraque.

⁹ Leandro Guerreiro C. PINHEIRO *Guerra do Iraque: análise da sua legalidade frente ao direito internacional contemporâneo*. Disponível em formato eletrónico a 22 Maio 2009 in http://www.soleis.com.br/artigos_guerra_iraque.pdf p.2; Consultado pela última vez a 19.05.2014.

¹⁰ Condoleezza RICE. *No Higher Honour: A Memoir of My Years in Washington*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2011, p.155 in LIMA, 2013: 37

¹¹ Erica RAMMINGER. *O Conceito de Auto Defesa na Carta da ONU e a Guerra do Iraque* in <http://www.cedin.com.br/static/revistaeletronica/artigos/O%20CONCEITO%20DE%20AUTO%20DEFESA%20NA%20CARTA%20DA%20ONU%20E%20A%20GUERRA%20NO%20IRAQUE%20Erica%20Olivia.pdf> p. 12; Consultado pela última vez a 14.08.2014.

Dois meses após a ESN, a 8 de Novembro de 2002 é aprovada a Resolução 1441 da ONU. Esta resolução relembra todas as resoluções anteriores do Conselho de Segurança, principalmente a 687, de 1991, que impunha, ao Iraque, inspecções regulares e uma declaração completa e minuciosa, sobre os seus programas para o desenvolvimento de armas de destruição maciça.¹²

A Resolução 1441 reconhecia, também, que o Iraque não estava a cumprir com as suas obrigações fixadas no cessar-fogo, assinadas no final da Primeira Guerra do Golfo e, sendo assim, determinou o regresso dos inspectores da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) e da Comissão das Nações Unidas de Vigilância, Verificação e Inspeção (UNMOVIC), que veio a substituir a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM).¹³

Desde 1998 que o Iraque não permitia, nem colaborava com inspecções impostas pela resolução 697 do Conselho de Segurança da ONU. Essas inspecções permitiam o acesso imediato e ilimitado a locais escolhidos pela UNSCOM e a AIEA. Nesse mesmo ano, o governo iraquiano considerou que os inspectores eram espiões americanos, proibindo, partir desse momento, qualquer tipo de inspecção.¹⁴

A Resolução 1441 demorou cerca de sete semanas a ser aprovada e foi, a nível diplomático, algo difícil de obter, pois havia entre os países membros permanentes do Conselho de Segurança opiniões muito divergentes. Países como os E.U.A. e Reino Unido eram da opinião de que deveria constar na resolução uma alínea que permitisse a utilização da força, caso o governo iraquiano não cumprisse com as suas obrigações. No entanto, países como a França e a

¹² Bruno Manoel Viana ARAÚJO. *Antecedentes da Guerra contra o Iraque baseados em documentos internos das Nações Unidas* in <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22166-22167-1-PB.pdf> p.4; Consultado pela última vez a 14.08.2014.

¹³ Cf. *Resolution 1441, 2002, Adopted by the Security Council at its 4644th meeting* in <http://www.iaea.org/newscenter/focus/iaeaIraq/iraqres.pdf>; Consultado pela última vez a 19.05.2014.

¹⁴ Erica RAMMINGER. *O Conceito de Auto Defesa na Carta da ONU e a Guerra do Iraque* in <http://www.cedin.com.br/static/revistaeletronica/artigos/O%20CONCEITO%20DE%20AUTO%20DEFESA%20NA%20CARTA%20DA%20ONU%20E%20A%20GUERRA%20NO%20IRAQUE%20Erica%20Olivia.pdf> p. 13; Consultado pela última vez a 14.08.2014.

Rússia, não estavam de acordo com a utilização da força de uma forma tão repentina e imediata.¹⁵

Após a aprovação da resolução 1441 são, então, retomadas as inspeções ao Iraque. O governo iraquiano produz um relatório exigido pela comissão de inspetores, no qual nega possuir armas de destruição maciça. Em Dezembro de 2002, esse relatório é questionado por Hans Blix inspetor da chefe da Comissão das Nações Unidas de Vigilância, Verificação e Inspeção (UNMOVIC). Mais tarde, em Fevereiro de 2003, esse mesmo relatório é rejeitado pelo Secretário de Estado dos E.U.A.: Colin Powel.¹⁶

A 27 de Janeiro de 2003, os dois inspetores chefes, Hans Blix da UNMOVIC e Mohamed El Baradei da AIEA, apresentaram ao Conselho de Segurança um relatório sobre os dois meses de investigação no Iraque. No relatório, Blix garantia que apesar da colaboração do Iraque existiam algumas incongruências nos seus relatórios sobre o número de armas químicas utilizadas no conflito do Irão.¹⁷ Por sua vez, El Baradei afirmava não existir qualquer tipo de prova acerca da reactivação do programa nuclear iraquiano.¹⁸

¹⁵ Bruno Manoel Viana ARAÚJO. *Antecedentes da Guerra contra o Iraque baseados em documentos internos das Nações Unidas* in <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22166-22167-1-PB.pdf>; p.4; Consultado pela última vez a 14.08.2014.

¹⁶ André Lipp Pinto Basto LUPI. *A Guerra do Golfo: Legalidade e Legitimidade: Novos Estudos Jurídicos* – v.10 – n.2 – p.513-536 jul/dez, 2005 in <http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/410/353> p.518; 20.08.2014.

¹⁷ O Iraque invadiu o Irão a 22 de Setembro de 1980. A razão oficial evocada pelo Iraque para invadir o país o Irão estava relacionada com uma antiga disputa fronteiriça originada pelo modo como o território foi dividido pelos colonizadores. A 15 de Agosto de 1988, quase oito anos depois do início do conflito, os dois países assinaram o cessar-fogo. Milan RADOS, *Mundo e Comunicação – Uma história política contemporânea*. Porto: Edições Afrontamento, 2008

¹⁸ Andrew Patrick TRAUMANN. *Os falcões pousaram: o papel da ONU no conflito EUA-Iraque (1990-2003)*: Revista Urutaguá – Revista Académica Multidisciplinar – Nº15 – abr./mai./jun./jul, 2008 – Quadrimestral – Maringá – Paraná – Brasil in <http://www.urutagua.uem.br/015/15traumann.pdf> p.147; Consultado pela última vez a 20.08.2014.

Os E.U.A. e o Reino Unido afirmaram publicamente que a resolução 1441 não permite a utilização de violência e seria, então, necessária uma nova resolução que possibilitasse uma intervenção militar no Iraque.¹⁹

A 31 de Janeiro desse mesmo mês, o primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair, pediu a George W. Bush que se reunissem novos esforços para a obtenção de uma segunda resolução que permitisse, sem sombra de dúvida, uma intervenção militar. Para Tony Blair, era absolutamente necessário uma segunda resolução.²⁰ O primeiro-ministro britânico não conseguiu convencer os seus cidadãos que tal intervenção militar era justa, para isso precisava de obter uma “maioria moral” no Conselho de Segurança.²¹ No entanto, “os esforços desenvolvidos pela diplomacia britânica para conquistar o apoio dos seis membros não permanentes do Conselho de Segurança que continuam “indecisos” (Chile, México, Paquistão, Camarões, Angola e Guiné) e para estender a mão a Paris apenas terão contribuído para aumentar ainda mais o caos em que mergulharam as negociações.”²² Uma vez que se torna cada vez mais impossível a aprovação de uma nova resolução, os E.U.A. juntam-se ao Reino Unido, Portugal, Espanha para uma cimeira, nas Lajes, que tente resolver os seus problemas.

A resolução 1441, ao longo do seu texto, não menciona nenhum tipo de intervenção militar imediata, uma vez que a mesma não autorizava o uso da força no país nem explicava o tipo de consequências que o Iraque poderia vir a sofrer se não cumprisse com os termos desta resolução, referindo apenas que estas seriam sérias: “Recalls, in that context, that the Council has

¹⁹ Erica RAMMINGER. *O Conceito de Auto Defesa na Carta da ONU e a Guerra do Iraque* in <http://www.cedin.com.br/static/revistaeletronica/artigos/O%20CONCEITO%20DE%20AUTO%20DEFESA%20NA%20CARTA%20DA%20ONU%20E%20A%20GUERRA%20NO%20IRAQUE%20Erica%20Olivia.pdf> p. 12. Consultado pela última vez a 14.08.2014.

²⁰ Andrew Patrick TRAUMANN. *Os falcões pousaram: o papel da ONU no conflito EUA-Iraque (1990-2003)*: Revista Urutaguá – Revista Académica Multidisciplinar – Nº15 – abr./mai./jun./jul, 2008 – Quadrimestral – Maringá – Paraná – Brasil in <http://www.urutagua.uem.br/015/15traumann.pdf> p.147. Consultado pela última vez a 20.08.2014.

²¹ Cf. Teresa SOUSA, Cimeira dos Açores vai avisar Saddam que o seu tempo está quase esgotado. *Público*. 16.03.2003

²² Ibidem

repeatedly warned Iraq that it will face serious consequences as a result of its continued violations of its obligations.”²³

No entanto, a falta de detalhe acerca das consequências que o Iraque podia vir a sofrer dava a origem a mais de que um tipo de interpretação e tal subjectividade na linguagem, foi aproveitada pelos E.U.A. ao argumentar que a utilização da força estava implícita na resolução, como se pôde verificar, mais tarde, após a realização da cimeira das Lajes.

Razões para a participação da cimeira e apoio aos E.U.A.

Reino Unido

A 20 de Março de 2003, os cidadãos britânicos assistiram às imagens de bolas de fogo a caírem sobre Bagdade. Foram lançados os primeiros mísseis de cruzeiro dos navios dos norte-americanos, situado no Golfo Pérsico.²⁴ Nesse mesmo dia, quinta-feira à noite, Tony Blair, primeiro-ministro do Reino Unido, dirige-se ao país: “On Tuesday night I gave the order for British forces to take part in military action in Iraq. Tonight British servicemen and women are engaged from air, land and sea. Their mission: to remove Saddam Hussein from power and disarm Iraq of its weapons of mass destruction. I know that this course of action has produced deep divisions of opinion in our country but I know also the British people will now be united in sending our armed forces our thoughts and prayers - they are the finest in the world and their families and all of Britain can have great pride in them.”²⁵

Tony Blair sempre apoiou a administração Bush numa possível intervenção ao Iraque. Contudo, para entender melhor as razões que levaram o primeiro-ministro britânico a atacar o Iraque, é necessário abordar um pouco da política externa dos britânicos e, também, episódios políticos que se sucederam antes dessa mesma invasão.

²³ *Resolution 1441, 2002, Adopted by the Security Council at its 4644th meeting* in <http://www.iaea.org/newscenter/focus/iaeaIraq/iraqres.pdf>; Consultado pela última vez a 19.05.2014.

²⁴ Cf. J.C., Britain, 10 years on. *The Economist*. 19.03.2013 in <http://www.economist.com/blogs/blighty/2013/03/iraq-war>

²⁵ Full transcript of Blair's speech. *BBC News*. in http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/politics/2870581.stm

No que diz respeito à estratégia da sua política externa, o partido Trabalhista (partido do qual Tony Blair era líder) tinha como principal objectivo o multilateralismo. Como se verifica neste excerto, “Multilateralism is consistent with Labour’s long-standing belief in internationalist values and the institutions which support them. Also, given the country’s dynamic soft power capability, it made sense to harness the country’s diplomatic resources in order to shape the rules-based international order.”²⁶

Juntamente com o multilateralismo, Tony Blair demonstrou nos seus mandatos como primeiro-ministro que os interesses do Reino Unido estavam melhor servidos através da sua relação com os E.U.A.²⁷

No final do seu primeiro mandato, Tony Blair demonstrou ser um importante político a nível internacional. As relações com outros países europeus tornaram-se mais construtivas do que quando o país estava a ser liderado pelos conservadores.²⁸

Quando se sucederam os ataques terroristas de 11 de Setembro, Tony Blair sentiu-se no dever de apoiar os E.U.A numa altura complicada. No período após o 11 de Setembro, Blair e Bush tinham uma estreita cooperação em questões internacionais. A imprensa americana cada vez mais via Tony Blair como sendo uma figura importante nos debates internos da administração Bush acerca de como responder aos ataques realizados pela Al-Qaeda.²⁹

Durante os dozes meses seguinte aos ataques terroristas, Tony Blair e a sua equipa responsável pela política externa, visitaram a administração de Bush em três ocasiões. A primeira foi em Setembro de 2001, em Washington.³⁰ A segunda, em Abril de 2002. Nesse encontro, de acordo com testemunhas do *Iraq Inquiry*³¹, Tony Blair esclareceu George W. Bush,

²⁶ Tim DUNNE, Capítulo 22: *Blair’s Britain and the road to war in Iraq*, in Steve SMITH, Amelia HADFIELD, Tim DUNNE, *Foreign Policy Theories, Actors, Cases*: Oxford University Press, 2012, p. 423 in http://timjdunne.files.wordpress.com/2012/10/dunne-in-smith_foreignpolicy-copy2.pdf; Consultado pela última vez a 12.08.2014.

²⁷ Ibidem

²⁸ Idem, p.427

²⁹ Idem, p. 428

³⁰ Ibidem

³¹ A 15 de junho de 2009, o então primeiro-ministro Gordon Brown anunciou que iria ser conduzido um inquérito para identificar o tipo de lições que se pode aprender com o conflito do

dizendo-lhe que oferecia o seu apoio para derrubar Saddam Hussein mesmo sem um mandato do Conselho de Segurança.³² A sua última visita a George W. Bush foi a 7 de Setembro de 2002, no Camp David, em Maryland. Nesse último encontro, Blair prometeu, novamente, o seu apoio aos E.U.A.³³

A 24 de setembro de 2002, depois do último encontro entre Tony Blair e George W. Bush, o governo britânico publica um dossier, foi realizado em grande parte pelo Joint Intelligence Committee, intitulado: *Iraq's Weapons of Mass Destruction: The Assessment of the British Government*. O documento menciona por diversas vezes, incluindo no prefácio escrito por Blair que Saddam Hussein teria armas de destruição maciça prontas a ser utilizadas quarenta e cinco minutos depois de dar a ordem.³⁴ Tais declarações ficaram conhecidas como as “45 minute claim”.³⁵

Para poder intervir militarmente no Iraque, o executivo britânico queria obter a aprovação do Conselho de Segurança.³⁶ O Reino Unido só iria entrar no conflito se todas as outras tentativas se esgotassem. Contudo, a equipa da administração Bush admitiu, anos mais tarde, que

Iraque. O *Iraq Inquiry* possui um comité constituído pelos seguintes membros: Sir John Chilcot (Presidente), Sir Lawrence Freedman, Sir Martin Gilbert, Sir Roderic Lyne e a Baronesa Usha Prashar. *About Inquiry* in <http://www.iraqinquiry.org.uk/about.aspx>

³² Cf. Andrew GILLIGAN e Nick COLLINS, Iraq War: timeline of Tony Blair's role. *The Telegraph*. 21.01.2011 in <http://www.telegraph.co.uk/news/politics/tony-blair/8272699/Iraq-War-timeline-of-Tony-Blairs-role.html>

³³ Cf. Iraq, Tony & the Truth: Timeline. *BBC News*. 29.04.2005 in <http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/panorama/4336727.stm>

³⁴ Cf. *Iraq's Weapons of Mass Destruction: The Assessment of the British Government* in <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB80/wmd11.pdf>

³⁵ Cf. Andrew GILLIGAN e Nick COLLINS, Iraq War: timeline of Tony Blair's role. *The Telegraph*. 21.01.2011 in <http://www.telegraph.co.uk/news/politics/tony-blair/8272699/Iraq-War-timeline-of-Tony-Blairs-role.html>

³⁶ Cf. Tim DUNNE, Capítulo 22: *Blair's Britain and the road to war in Iraq*, in Steve SMITH, Amelia HADFIELD, Tim DUNNE, *Foreign Policy Theories, Actors, Cases*: Oxford University Press, 2012, p. 432 in http://timjdunne.files.wordpress.com/2012/10/dunne-in-smith_foreignpolicy-copy2.pdf; Consultado pela última vez a 12.08.2014.

Tony Blair já tinha assegurado o seu apoio militar um ano antes do início do conflito, no encontro que teve com George W. Bush, em Abril de 2002 em Crawford, no Estado do Texas.³⁷

Como dito anteriormente, a Resolução 1441 do Conselho de Segurança, aprovada a 8 de Novembro de 2002, estipulou que o Iraque deveria cumprir as resoluções anteriores do Conselho de Segurança e desarmar. Se o Iraque continuasse a violar tais obrigações, o país iria enfrentar consequências graves.³⁸

Devido ao *Iraq Inquiry*, foram tornados públicos documentos que revelam que Tony Blair foi alertado por Lord Goldsmith, o então chefe do gabinete de direito do governo, acerca da ilegalidade de uma invasão ao Iraque. Os documentos incluíam uma nota marcada como secreta e datada de 30 de Janeiro de 2003. De acordo com os documentos, Lord Goldsmith disse o seguinte a Tony Blair: “I thought you might wish to know where I stand on the question of whether a further decision of the [UN] security council is legally required in order to authorise the use of force against Iraq. (...) The correct legal interpretation of resolution 1441 [the last security council decision on Iraq] is that it does not authorise the use of force without a further determination by the security council. My view remains that a further [UN] decision is required”. Quando Blair leu a opinião de Lord Goldsmith colocou na margem de uma das folhas do documento uma pequena nota a dizer: “I just don't understand this”.³⁹

Apesar de tudo, a um nível estratégico, Tony Blair considerava ter duas simples hipóteses para resolver a questão do Iraque: Apoiava os E.U.A. e intervia militarmente no Iraque com a finalidade de derrubar Saddam Hussein ou deixava que os E.U.A atacassem sozinhos. Segundo Dunne, como é frequente na política internacional, qualquer uma das duas escolhas tem custos significativos. Travar uma guerra iria contar a opinião nacional e internacional; permitir que os E.U.A. enfrentassem a guerra sozinhos poderia minar uma relação que tem sido a chave da

³⁷ Cf. Philip SHERWELL, Iraq War: major new questions for Tony Blair. *The Telegraph*. 09.03.2013 in <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/iraq/9919930/Iraq-War-major-new-questions-for-Tony-Blair.html>

³⁸ Cf. *Resolution 1441, 2002, Adopted by the Security Council at its 4644th meeting* in <http://www.iaea.org/newscenter/focus/iaea/iraq/iraqres.pdf>

³⁹ Richard Norton-TAYLOR, Chilcot inquiry: Iraq papers show Lord Goldsmith's warning to Tony Blair. *The Guardian*. 30.07.2010 in <http://www.theguardian.com/uk/2010/jun/30/chilcot-inquiry-lord-goldsmith-blair>

política externa do Reino Unido desde o pós 1945. Blair chegou à conclusão que apoiar a guerra era o caminho certo a seguir. Tal decisão foi depois aprovada pelo Parlamento.⁴⁰

Espanha

Para falar da intervenção de Espanha no Iraque e do seu apoio aos E.U.A, é necessário voltar um pouco atrás na história política deste país, de modo a explicar o início da relação de Espanha com os E.U.A.

A 30 de Maio de 1982, o Governo espanhol presidido por Calvo Sotelo, da União do Centro Democrático (UCD), apresentou em Washington o protocolo de adesão da Espanha à OTAN. O Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), já no poder, manteve o compromisso de realizar um referendo, a 12 de Março de 1986, sobre a permanência da Espanha na OTAN. O resultado do referendo apoiou a continuação da Espanha na OTAN, com 52,5% dos votos a favor contra 39,8% dos votos a recusar a continuação de Espanha na Aliança.⁴¹

Segundo Bernardo Pires de Lima, Felipe González, então Presidente do Governo de Espanha e secretário-geral do PSOE “nunca perdeu de vista os verdadeiros interesses do seu país: a segurança interna, dada pela pertença na à NATO, e o consequente processo de integração europeia, com base nessa mesma garantia de segurança. Estes dois vectores caminharam lado a lado e era eixos principais da política externa da Espanha democrática.” (LIMA, 2013: 53).

Foi com a primeira Guerra do Golfo que Espanha demonstrou à comunidade internacional o que era capaz de fazer no âmbito da política externa. Ao assinar, a 1 de Dezembro de em 1988, o Tratado de Defesa e Cooperação com os E.U.A, o governo Espanhol passou a fazer parte do sistema de segurança ocidental.⁴² Após a assinatura do acordo, Espanha

⁴⁰ Cf. Tim DUNNE, Capítulo 22: *Blair's Britain and the road to war in Iraq*, in Steve SMITH, Amelia HADFIELD, Tim DUNNE, *Foreign Policy Theories, Actors, Cases*: Oxford University Press, 2012, p. 432 in http://timjdunne.files.wordpress.com/2012/10/dunne-in-smith_foreignpolicy-copy2.pdf; Consultado pela última vez a 12.08.2014.

⁴¹ José Manuel de Barros DIAS, *Da Questão Ibérica à União Europeia. Constantes e Mutações no Relacionamento com entre Espanha e Portugal*: Revista Militar Nº 2427 – Abril de 2004 in http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=392; Consultado pela última vez a 22.08.2014.

⁴² Cf. Agreement of Defense Cooperation between the U.S.A. and the Kingdom of Spain with Annexes and Notes in <http://madrid.usembassy.gov/about-us/odc/agreement.html#text>; Consultado pela última vez a 22.08.2014.

deu o seu apoio aos E.U.A. e à ONU ao reprovar a invasão iraquiana ao Estado do Kuwait. Por isso mesmo forneceu às Forças Armadas norte-americanas facilidades militares no seu território e, ainda, enviou unidades navais para o local do conflito, como é possível comprovar neste excerto: “Tras la invasión de Kuwait por las tropas de Saddam Hussein en agosto de 1990, Felipe González decidiría enviar un pequeño contingente naval, compuesto por tres buques, al Mar Rojo y al Golfo Pérsico (Además de prestar las bases de Morón y Rota para el aprovisionamiento y el bombardeo estratégico por parte de las fuerzas americanas).”⁴³

Em 1992, este posicionamento espanhol no que diz respeito à política externa tornou-se oficial na primeira Directiva de Defesa Nacional publicada pelo Ministério da Defesa. No documento é explicado as intenções futuras do governo no plano externo. Como se pode verificar neste excerto, a Directiva “introdujo dos importantes novedades en la concepción estratégica española, entre otras. Por un lado, la Directiva consideró que la concepción de la seguridad española no se circunscribe exclusivamente a nuestro espacio territorial e inmediato, sino a otros ámbitos de actuación, fruto de la interdependencia cada vez mayor de nuestro país con las naciones de nuestro entorno. Por otro lado, la Directiva resaltó la necesidad de que el pueblo español tenga una consciencia de defensa acorde con la realidad social y económica de España, y con sus compromisos internacionales.”⁴⁴

É possível afirmar, então, que a política externa espanhola centrava-se não só em defender o seu território, como também na cooperação com Estados aliados, principalmente, dentro das alianças das quais era membro, de forma a contribuir para a paz mundial.⁴⁵

Em 1996 o Partido Popular (PP) ganha as eleições, mas sem maioria.. Depois de 13 anos à frente do governo, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) é derrotado por um partido de centro-direita. O novo Presidente do Governo espanhol é José María Aznar.⁴⁶

⁴³ Rafael L. BARDAJÍ, *España y el Oriente Medio*: Grupo de Estudios Estratégicos, 18 de Fevereiro de 2009 in http://www.gees.org/articulos/espana_y_el_oriente_medio_6239; Consultado pela última vez a 24.08.2014.

⁴⁴ Asociación de Diplomados Españoles en Seguridad y Defensa (ADESyD), *Cultura de Seguridad y Defensa y Asociacionismo en España. Hacia un Proyecto de Asociación*: Instituto Español de Estudios Estratégicos in <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/Varios/ADESyD.pdf>; Consultado pela última vez a 26.08.2014.

⁴⁵ Cf. Fernando RODRIGO, *Southern European Countries and European Defense* in J. W. Holmes (ed), *Maelstrom: The United States, Southern Europe and the challenges of the Mediterranean* Washinton D.C.: Brookings Institution Press, 1995 in LIMA, 2013: 54

O Atlantismo do Partido Popular (PP) ficou claro ao longo de muitas declarações, onde defendeu a normalização da presença da Espanha na OTAN, durante os seus anos de oposição. Assim que subiu ao poder, Aznar deu a entender isso mesmo: “En su discurso de investidura, en mayo del 96, el presidente Aznar mostró su deseo de que España se dotara de unas fuerzas armadas más reducidas, flexibles, mejor dotadas y plenamente profesionales. Paralelamente, se declaraba la intención de profundizar la presencia española en las organizaciones multilaterales de seguridad y defensa y, muy especialmente, normalizar nuestra presencia en el seno de la Alianza Atlántica”⁴⁷.

O primeiro mandato do governo de Aznar foi caracterizado por um notório “euro-atlantismo”, em detrimento a um estreito europeísmo, por uma ligação mais directa e calorosa com Washington e, também, por uma vontade de participar na segurança colectiva, face ao terrorismo, com os E.U.A.⁴⁸

Dois anos após ter tomado posse do governo espanhol, em 1998, as prioridades de Aznar centravam-se nas “áreas da defesa educação e saúde pública. Embora a primeira não seja a mais popular, enquadrava-se perfeitamente no programa de profissionalização das Forças Armadas de que Espanha necessitava, e que estava previsto até ao final de 2003. Neste sentido, a aproximação aos EUA e à NATO beneficiava este processo de modernização.”. Espanha estava habituada a combater o terrorismo, uma vez que o país vivia sob a ameaça permanente dos ataques dos independentistas do País Basco. No início da década de 2000, a resolução desta questão ainda parecia longínqua. (LIMA, 2013: 57-58).

No dia a seguir aos atentados às Torres Gémeas, a 12 de Setembro, Aznar faz uma declaração no Palácio La Moncloa, em Madrid, sobre os mesmos. Neste Discurso, o presidente

⁴⁶ Carlos YÁRNOZ, Aznar gana, pero necesita pactos para gobernar. *El País*. 04.03.1996 in http://elpais.com/diario/1996/03/04/espana/825894047_850215.html

⁴⁷ Rafael L. BARDAJÍ, *La Reorganización Militar Española en el Contexto de la Alianza*: Grupo de Estudios Estratégicos, 18 de Fevereiro de 2009 in http://www.gees.org/articulos/la_reorganizacion_militar_espanola_en_el_contexto_de_la_alianza_465; Consultado pela última vez a 24.08.2014.

⁴⁸ Valentí PUGI, *Spain's Atlantic Option: The National Interest*, Verão 2004 in <http://nationalinterest.org/article/spains-atlantic-option-822>; Consultado pela última vez a 29.08.2014.

do Governo espanhol condena os actos terroristas e declarou também, que o ataque terrorista contra os E.U.A. foi um ataque contra todos.⁴⁹

O principal objectivo do governo espanhol era ser um dos aliados, mais fiéis e próximos de Washington. Tal objectivo é devido a várias razões, como se pode comprovar por este excerto: “España debe colaborar con Estados Unidos para ser relevante a escala internacional, para tener una política exterior independiente de la europea (sobre todo en referencia a Alemania y Francia); y de esta manera, a la vez, mejorará la relación con Estados Unidos, y por tanto, la imagen de España en Estados Unidos, según el planteo de Aznar”.⁵⁰

Em Outubro de 2001, os E.U.A. tinha já bombardeado o Afeganistão. No dia 18 desse mês, Aznar discursou no Congresso, justificando a participação espanhola na luta contra o terrorismo. Nesse discurso, Aznar referiu que as acções tomadas pelos E.U.A. tinham sido em “legítima defesa” e realçou, que, não existe diferença no terrorismo, todo ele é igual, quer seja religioso, nacionalista ou ideológico.⁵¹

Aznar indicava, ainda, três motivos para os quais, a Espanha deveria participar na coligação liderada pelos E.U.A. no Afeganistão. O primeiro prendia-se com as obrigações intrínsecas à condição de membro de organizações como a OTAN, a ONU e a União Europeia (UE). Sendo assim, a Espanha deveria auxiliar com todo o apoio possível político, diplomático e militar. O segundo está relacionado com a importância que os serviços secretos têm no combate ao terrorismo, o dever da Espanha, em sua opinião, era contribuir para a eficácia desses resultados. Por último, Espanha não ia abdicar das responsabilidades que tinha, uma vez que pertencia a Aliança Atlântica, por isso mesmo, ajudaria logística e militarmente a coligação. (Cf. LIMA, 2013: 60-61).

No que diz respeito à intervenção militar no Iraque, o Governo espanhol nunca conseguiu chegar a um consenso interno. Membros do Partido Popular (PP) diziam ser necessário uma

⁴⁹ Cf. Declaração de José María Aznar in <http://www.p.es/PartidoPopular/nacionalpp/verIntervenciones.jsp?=7122> in LIMA, 2013: 59

⁵⁰ Carlos Nahuel ODDONE e Leonardo GRANATO, *Las consecuencias políticas de la participación de España en la Guerra y Reconstrucción de Irak*: Programa de Estudios: Defensa & Seguridad, Working Paper N° 05 in <http://www.caei.com.ar/sites/default/files/espana.pdf>; Consultado pela última vez a 22.08.2014.

⁵¹ Cf. Declaração de José María Aznar in <http://www.p.es/PartidoPopular/nacionalpp/verIntervenciones.jsp?=71220> in LIMA, 2013: 59

outra resolução do Conselho de Segurança da ONU que esclarecesse os desejos da comunidade internacional relativamente ao Iraque. Contudo, o pensamento de Aznar era um só: “a melhor estratégia era estar ao lado dos E.U.A., para assim assumir maior relevância numa Europa em transformação e alargamento” (LIMA, 2013: 61).

Portugal

Segundo Pires de Lima “O Iraque não fez parte do debate político português após os ataques de 11 de Setembro de 2001 e durante grande parte de 2002. Não há registos de declarações públicas dos principais actores, debates no Parlamento, incursões na imprensa. A discussão pública neste período foi marcadamente ideológica um pouco por todo o mundo e, no caso português, focada na intervenção militar ao Afeganistão” (LIMA, 2013: 65).

Quando o Reino Unido e os E.U.A. começaram a bombardear o Afeganistão, a 7 de Outubro de 2001, António Guterres, na altura primeiro-ministro, comunicou ao país que estava “solidário de forma inequívoca” com os ataques realizados ao Afeganistão. Durão Barroso, na altura na oposição e presidente do PSD, afirmou que confiava numa “resposta adequada dos aliados norte-americanos” aos ataques terroristas. O PCP lamenta que tais ataques tenham atingido civis e insiste que uma “solução política” para a crise internacional após os ataques terroristas, deve ser “procurada no âmbito da ONU”. Já Paulo Portas, líder do CDS-PP, apoiou explicitamente os ataques, considerando-os inevitáveis e que os mesmos estão protegidos “pelo direito internacional e pela ONU”.⁵²

No final de Fevereiro de 2002, Portugal enviou uma equipa de apoio humanitário para o Afeganistão. A Equipa Sanitária das Forças Armadas Portuguesas partia para Cabul numa missão que fazia parte da Força Internacional de Assistência e Segurança. Os militares portugueses foram reforçar o regimento dos britânicos. A equipa portuguesa era composta “por oito militares, dois médicos, três enfermeiros e três socorristas”.⁵³

A 6 de Abril de 2002, na tomada de posse do Governo, o então primeiro-ministro Durão Barroso afirmou que Portugal deveria assumir “o papel que nos cabe na Europa e no mundo”

⁵² Portugal político «solidário», mas prudente. *TSF*. 08.10.2001 in http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=790196

⁵³ Militares portugueses a caminho de Cabul. *TSF*. 26.02.2002 in http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=796488&page=-1

com o objectivo do país não cair “para a irrelevância política”. Passadas duas semanas desta data, na apresentação do programa de governo na Assembleia da República, Durão Barroso declarava que queria “com voz ativa, respeitável e credível na comunidade internacional, que permita uma estratégia de valorização da nossa posição dentro da União Europeia”. No entanto, apesar destas afirmações, a atenção do governo estava centrada “reformas estruturais”, “consolidação orçamental” e em “libertar a economia da dependência do Estado”. Portanto a prioridade do Governo, neste momento, era a economia e não a política externa (BARROSO, 2004: 21-26).

A 20 de Maio de 2002, é elaborada a *Declaração da presidência sobre o Iraque, em nome da União Europeia* (União da qual Portugal faz parte). Nessa declaração é acolhido de forma favorável o diálogo entre as Nações Unidas e o Iraque “com vista a encontrar uma saída diplomática para a questão das armas de destruição maciça no Iraque, mediante a plena aplicação das resoluções do Conselho de Segurança e o respeito, por parte deste país, das suas obrigações em matéria de desarmamento”.⁵⁴

De acordo com Pires de Lima foi em Setembro de 2002 que “o Iraque impôs-se definitivamente na agenda mediática portuguesa” (LIMA, 2013: 69). A 10 de Setembro, Durão Barroso viaja para Washington para ser recebido por George W. Bush num encontro que teve a duração de 45 minutos. Para solucionar os problemas do Iraque, Portugal mantinha a aposta na via diplomática. Contudo antes da viagem de Barroso para Washington, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, António Martins da Cruz, referiu que apesar da diplomacia “não podemos fechar a porta a alternativas se, por exemplo, o Iraque insistir em não cumprir as resoluções do Conselho de Segurança”.⁵⁵ Durante o encontro Durão Barroso aconselhou George W. Bush a “escutar os aliados antes de uma intervenção militar” e reforçou o “fortes laços” entre Portugal e os E.U.A. George W. Bush “agradeceu ao Governo de Portugal o apoio

⁵⁴ *Declaração da presidência sobre o Iraque, em nome da União Europeia* Bruxelas, 20 de Maio de 2002, 8884/02 (Presse 143) in http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/cfsp/70670.pdf; Consultado pela última vez a 01.09.2014.

⁵⁵ Portugal aposta na via diplomática. *TSF*. 10.09.2002 in http://www.tsf.pt/PaginaInicial/portugal/Interior.aspx?content_id=762355&page=-1

no combate ao terrorismo”.⁵⁶ Durão Barroso saiu deste encontro a apoiar a estratégia da administração Bush para o Iraque.⁵⁷

Um dia após este encontro, a 11 de Setembro, Martins da Cruz referiu que “alguns aliados estão a cometer um erro culpando os Estados Unidos” em vez do Iraque que “não respeita as resoluções da ONU”. O então ministro dos Negócios Estrangeiros disse ainda que “acreditamos que não podemos fechar as portas a outras opções (...) para Portugal é muito claro que todas as opções devem estar abertas”, levantando a hipótese de apoio a uma intervenção militar no Iraque.⁵⁸

A 13 de Setembro foi a vez de Durão Barroso anunciar que apoiaria uma intervenção militar no Iraque com o apoio das Nações Unidas, afirmando que “A opção desejável será ter o aval da ONU, mas a nossa posição tem de ser de força. Não se pode tolerar a ameaça de um governo que já por várias vezes invadiu países vizinhos”. Ao afirmar uma posição de força, Barroso também não excluí, implicitamente, o apoio a uma intervenção sem o aval da ONU. O então primeiro-ministro português acrescentou ainda que o Governo informava sempre o Presidente da República no que concerne à “condução da política externa”.⁵⁹

Seis dias depois destas afirmações, a 19 de Setembro de 2002, Durão Barroso apresenta o assunto Iraque pela primeira vez no Parlamento. Durão Barroso expõe o tema, começando pelo comportamento do regime do Iraque, que consistia nas violações contínuas das resoluções da ONU e uma rejeição à paz por parte de Saddam Hussein. Tais factores representavam uma “ameaça à segurança, que tem a ver com a ameaça global que o terrorismo apresenta”.⁶⁰ Após

⁵⁶ EUA devem escutar opinião dos aliados. *TSF*. 10.09.2002 in http://www.tsf.pt/PaginaInicial/portugal/Interior.aspx?content_id=762357&page=-1

⁵⁷ Barroso faz relatório da visita aos EUA. *TSF*. 12.09.2002 in http://www.tsf.pt/PaginaInicial/portugal/Interior.aspx?content_id=762390

⁵⁸ «Precisamos de culpar o Iraque». *TSF*. 12.09.2002 in http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=803226

⁵⁹ Intervenção apoiada pela ONU agrada a Durão Barroso. *TSF*. 13.09.2002 in http://www.tsf.pt/PaginaInicial/portugal/Interior.aspx?content_id=762404&page=-1

⁶⁰ José Manuel Durão BARROSO, *Debate mensal com o Parlamento subordinado ao tema: a situação política internacional, designadamente a questão do Iraque* in Diário da Assembleia da República, I Série, N.º 38, IX Legislatura, 1.ª Sessão Legislativa (2002-2003), Lisboa, 19 de setembro de 2002 in LIMA, 2013: 80.

esta exposição, Barroso falou da posição de Portugal. Com descreve Pires de Lima “o Governo português estava consciente de que o uso da força – fosse ele organizado como fosse – poderia vir a estar sobre a mesa dos aliados, e Lisboa teria que preparar uma posição. Posição essa que passaria, com este discurso no Parlamento, por garantir o mais alargado consenso político possível, de forma a diminuir os danos provocados por uma opinião pública contestatária” (LIMA, 2013: 81).

No final de Janeiro de 2003, Durão Barroso juntamente com mais sete líderes de países europeus assinaram *Carta dos Oito* ou *Manifesto dos Oito*. O documento é um apelo ao apoio da Europa aos E.U.A. no desarmamento do Iraque. A carta foi assinada pelos líderes do Reino Unido, Espanha, Itália, Portugal, Hungria, Polónia, Dinamarca e República Checa. França e Alemanha ficaram excluídas deste apelo.⁶¹ Estes dois países, com grande poder na Europa, eram contra uma acção militar no Iraque.⁶² Na carta, os oito líderes consideram que “Devemos permanecer unidos e insistir na necessidade de desarmar o seu regime. A solidariedade, a coesão e a determinação da comunidade internacional são a nossa melhor esperança de o conseguir pacificamente. O Conselho de Segurança deve manter a sua credibilidade garantindo que as suas resoluções são plenamente respeitadas”. O documento diz ainda “que se o Conselho de Segurança não conseguir obrigar Saddam Hussein a respeitar a resolução 1441, aprovada em Novembro e que determinou o desarmamento do Iraque e o envio de uma missão de inspectores para o terreno, a credibilidade e influência do organismo ficam em causa”.⁶³

A *Carta dos Oito* não foi recebida de forma desejável por parte da oposição portuguesa. Eduardo Ferro Rodrigues, o líder do maior partido da oposição, o PS, declarou que tal carta “deu um contributo para estilhaçar a União Europeia no ponto em que é mais frágil: a política externa”. Por sua vez, Durão Barroso defendeu a sua posição dizendo que “Compete ao Governo

⁶¹ Líderes europeus pedem apoio da Europa aos EUA. *TSF*. 30.01.2003 in http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=807244

⁶² Schroeder e Chirac não querem intervenção militar. *TSF*. 23.01.2003 in http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=807060

⁶³ Líderes europeus pedem apoio da Europa aos EUA. *TSF*. 30.01.2003 in http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=807244

conduzir a política externa em Portugal. Não querem mudar a prática constitucional em Portugal”.⁶⁴

A nível internacional, Dominique de Villepin, ministro francês dos Negócios Estrangeiros, amenizou a suposta afronta à posição francesa e alemã e referiu que a carta contribuía para o debate dentro da Europa. O ministro francês dos Negócios Estrangeiros disse, ainda, que “Não procuramos opor uma Europa a outra, mas que cada um veja que nós defendemos os mesmos princípios”.⁶⁵

No mês seguinte, a demonstrar uma posição diferente de Durão Barroso, o Presidente da República, Jorge Sampaio, congratula a posição do seu homónimo francês, Jacques Chirac, relativamente à crise iraquiana. Sampaio afirmou que “Queria saudar as declarações do presidente Chirac sobre a crise do Iraque. Aplaudo-as e faço-o com clareza. Tenho uma grande simpatia por ele e por aquilo que tem dito, como afirmação de uma via de paz”. O então Presidente da República portuguesa acrescenta ainda que a margem para impedir uma guerra é “muito pequena”. Apesar de demonstrarem ter opiniões diferentes, Sampaio frisou que não existia qualquer tipo de ruptura com Durão Barroso, mesmo este tendo assinado a *Carta dos Oito*.

Em Março, Durão Barroso confirmou publicamente, numa conferência de imprensa com o seu homólogo luxemburguês, Jean-Claude Juncker, o apoio a um ataque unilateral contra o Iraque por parte dos E.U.A. O primeiro-ministro já tinha falado desta sua posição na Assembleia da República, no debate sobre o Iraque, a 31 de Janeiro. Barroso declarou que “caso haja um conflito dos Estados Unidos com o Iraque, sem uma resolução das Nações Unidas, Portugal conhece a sua posição”, justificando que “Os Estados Unidos são os nossos aliados, são uma democracia. O Iraque não o é”. Barroso afirmou, ainda, que “Não vamos participar em qualquer acção militar entre o Iraque e os Estados Unidos. Não está, nem nunca esteve, nos nossos planos,

⁶⁴ «Manifesto dos oito» dividiu a Europa. *TSF*. 31.01.2003 in http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=764054&page=-1

⁶⁵ «Manifesto dos oito» é «contribuição ao debate». *TSF*. 30.01.2003 in http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=807292

mas claro que quando há um aliado de Portugal num conflito militar, temos certas obrigações enquanto aliados”.⁶⁶

Poucos dias após estas declarações, Durão Barroso almoça com Jorge Sampaio. À saída do almoço, Barroso refere que a única decisão tomada por Portugal foi “conceder a base das Lajes aos americanos”, acrescentando que “Esta posição tem a concordância do PR, por isso este é que é o ponto operativo”. Durão voltou a realçar, não existir “nenhuma divergência de fundo com Jorge Sampaio.”⁶⁷

Em 2003, tornou-se público a autorização do governo para a utilização da base das Lajes por parte dos norte-americanos. Contudo, a administração Bush já tinha contactado o governo português sobre este assunto no final de Novembro de 2002, recebendo uma resposta afirmativa por parte do governo português. A administração americana pediu permissão para a utilização da base conforme o acordo de defesa bilateral. O acordo é de 1951 e já foi renegociado três vezes, em 1953, 1995 e 2000. O documento “prevê a presença de um destacamento da Força Aérea na base açoriana e a sua utilização mediante autorização portuguesa em situações de conflito. No entanto, a utilização da base é automática no cumprimento de resoluções do Conselho de Segurança da ONU ou do Conselho Atlântico Norte da NATO”. Uma vez que, efectivamente, os E.U.A. atacaram o Iraque sem aval da ONU necessitavam perentoriamente dessa autorização.⁶⁸

Ao início da tarde de dia 14 de Março de 2003, a BBC anuncia a cimeira das Lajes, tendo como base informações dos E.U.A. ignorando a presença de Portugal. O anúncio antecipou-se ao governo português que tinha como regra o “secretismo total”. A oposição partidária portuguesa começou a contestar tal notícia e nessa mesma noite, Durão Barroso dirigiu-se ao portugueses anunciando a realização da cimeira e afirmando que o encontro “trata-se de uma última tentativa diplomática para encontrar uma solução pacífica para a crise”.⁶⁹

⁶⁶ São José ALEMIDA e Bruno Fraga BRAZ, Durão Barrosos confirma apoio a ataque unilateral contra o Iraque. *Público*. 11.03.2003

⁶⁷ Ricardo Dias FELNER, Durão Barroso almoçou com Jorge Sampaio. *Público*. 14.03.2003

⁶⁸ Helena PEREIRA, EUA tinham garantia de Portugal sobre base das Lajes desde Novembro. *Público*. 15.03.2003

⁶⁹ Maria José OLIVEIRA e Helena PERIRA, Cimeira não fará “nenhuma declaração de guerra” ao Iraque. *Público*. 15.03.2003

Desde do 11 de Setembro até ao acontecimento da cimeira da Lajes e da intervenção militar dos E.U.A. no Iraque, estes foram os episódios a destacar entre a relação de Portugal com os E.U.A. Anos mais tarde, o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Durão Barroso, António Martins da Cruz, admitiu que Portugal apoiou os E.U.A neste conflito para evitar a aproximação de Espanha com os norte-americanos: “Portugal tem sempre que manter junto dos Estados Unidos a percepção de que há dois interlocutores na Península Ibérica e que Madrid não é o único interlocutor. Aliás, para mim, a principal razão do envolvimento de Portugal junto dos Estados Unidos na guerra no Iraque foi porque a Espanha e o governo Aznar tinham mudado completamente a sua política em relação aos Estados Unidos e tinham-se aproximado e muito de Washington e Portugal não pode permitir que para Washington haja só um interlocutor”.⁷⁰

⁷⁰ Portugal participou na guerra no Iraque para evitar aproximação entre Espanha e Estados Unidos. *Renascença*. 08.11.2012 in http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=27&did=84349

Capítulo II

Durão Barroso

Os primeiros anos na política

José Manuel Durão Barroso nasceu a 23 de Março de 1956. A sua infância e os seus anos de estudante foram vividos sob o regime do Estado Novo. Segundo Magone, o regime de António Oliveira Salazar e mais tarde, de Marcelo Caetano, moldou o empenho de Barroso relativamente aos valores de democracia e liberdade.¹ Nos últimos anos do secundário, por ser maltratado por um professor do regime, Durão Barroso junta-se ao Movimento Revolucionário do Partido do Proletariado (MRPP), partido ilegal com origens no maoismo e na revolução cultural chinesa.² Durão Barroso tinha apenas 18 anos quando se deu o 25 de Abril, em 1974. Depressa se juntou à onda revolucionária pela qual o país estava a passar. Naquela época, Barroso estava no primeiro ano de Direito, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. No ano seguinte, Durão Barroso é eleito presidente da Federe e assim permanece até 1976.³ Em 1978 acaba a sua licenciatura e muda-se para Genebra, local onde conseguiu obter o Diploma de Estudos Europeus do Instituto Universitário de Estudos Europeus da Universidade de Genebra e terminou o Mestrado em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Ciências Económicas e Sociais da Universidade de Genebra. Em 1979, foi um dos fundadores da Associação Universitária de Estudos Europeus (AUROP) e, mais tarde, o primeiro editor da Revista de Ciência Política.⁴

Após concluir os seus estudos, Durão Barroso decide ingressar na carreira académica. Foi assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, assistente no Departamento de

¹ Cf. José M. MAGONE, José Manuel Durão Barroso: *A Political Scientist in the World of European Union Politics*, International Journal Vol. 60, No. 2 (Spring, 2005): Sage Publications, Ltd, p.544 in <http://www.jstor.org/stable/40204310>; Consultado pela última vez a 10.09.2014.

² Ibidem

³ Idem, p. 545

⁴ José Manuel Durão BARROSO: Presidente da Comissão Europeia, *O meu CV*, in http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/president/about/cv/index_pt.htm; Consultado pela última vez a 10.09.2014.

Ciência Política da Universidade de Genebra e professor convidado do *Department of Government* e da *School of Foreign Service* da Universidade de Georgetown, em Washington. Em 1995, foi nomeado diretor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Lusíada, em Lisboa.⁵

Em 1980, Durão Barroso juntou-se ao Partido Social Democrata (PSD), um dos dois maiores partidos portugueses. O PSD, é um partido de orientação política contrária ao partido da sua juventude, o MRPP.

A eleição de Cavaco Silva para líder do PSD contribuiu para a subida de Durão Barroso dentro do partido. Em 1983, o PSD coligou-se com o Partido Socialista (PS). A ligação entre os dois partidos durou até 1985, altura em que se realizaram novas eleições. Cavaco Silva ganhou as eleições tornando-se assim no primeiro-ministro. Durante os dez anos em que Cavaco Silva foi primeiro-ministro, Durão Barroso foi um importante membro. Começou em 1985, com 29 anos, como sub-secretário de Estado no Ministério de Assuntos Internos, cargo que ocupou até 1987. Nesse mesmo ano e até 1992 desempenhou as funções de secretário de estado dos Assuntos Externos e Cooperação. De 1992 a 1995 (o último ano de Cavaco Silva como primeiro-ministro), Durão Barroso foi ministro dos Negócios Estrangeiros.⁶

Em 1995, Cavaco Silva afastou-se das eleições legislativas e sugeriu Fernando Nogueira, ministro da Defesa, para ocupar o cargo de líder do PSD. Santana Lopes e Durão Barroso também se candidataram para o cargo. No entanto, Nogueira ganhou com mais 33 votos que Durão. Em Outubro de 1995, o PSD perdeu as eleições para o PS e voltou a fazer parte da oposição. Um ano depois, em 1996, Fernando Nogueira demite-se do cargo de líder de PSD. Desta vez Durão Barroso não se candidata e dá o seu apoio à candidatura de Marcelo Rebelo de Sousa, que ganhou as eleições contra Santana Lopes.⁷

⁵ Ibidem

⁶ Cf. José M. MAGONE, José Manuel Durão Barroso: *A Political Scientist in the World of European Union Politics*, International Journal Vol. 60, No. 2 (Spring, 2005): Sage Publications, Ltd, p.547 in <http://www.jstor.org/stable/40204310>; Consultado pela última vez a 10.09.2014.

⁷ Idem, p. 548

Liderança do PSD, os anos com primeiro-ministro e o conflito do Iraque

Em 1999, quando Marcelo Rebelo de Sousa se demite, Durão Barroso volta a estar no cerne da política do partido e é eleito líder do PSD. No entanto, foi contestado por algumas facções do partido. Barroso teve de modificar a lista do partido, já acordada, porque alguns elementos do partido não concordavam com o projecto. O início da sua liderança no PSD não correu da melhor forma. O PSD saiu derrotado, nesse mesmo ano, das eleições europeias e legislativas, ganhadas pelo PS.⁸ Entre 1999 e 2002, Durão Barroso manteve-se como líder da oposição, continuando a política de polarização contra o governo iniciada por Marcelo Rebelo de Sousa.⁹

Após a demissão de primeiro-ministro António Guterres, o Presidente da República, Jorge Sampaio viu-se forçado a convocar eleições antecipadas A 17 DE Março de 2002. O PSD, com Durão Barroso como líder, ganhou as eleições com 40,2% dos votos. Por não ter conseguido maioria absoluta, Durão Barroso fez uma coligação com o partido do Centro Social Democrata, o CDS/PP, que tinha como líder Paulo Portas.¹⁰

O seu programa governamental foi baseado em políticas neoliberais que tinham como objectivo reduzir a intervenção do Estado na sociedade e economia nacionais. Barroso introduziu, por isso, medidas de austeridade que não agradaram a população portuguesa. No final de 2003, um ano após Barroso ter sido eleito, a economia portuguesa apresentou um crescimento negativo e o desemprego aumentou.¹¹ Para além da situação económica, o governo de Durão Barroso, dividiu a opinião pública portuguesa, devido à posição que tomou no conflito do Iraque e à organização da cimeira dos Açores.¹²

Numa entrevista realizada pelo Público e a Rádio Renascença, que o primeiro-ministro português insistiu no facto da posição de Portugal ser diferente da posição de Espanha e do Reino Unido, uma vez que Portugal não iria intervir militarmente no conflito. Tal posição foi

⁸ Ibidem

⁹ Idem, p.549

¹⁰ Ibidem

¹¹ Ibidem

¹² Idem, p. 550

tomada por “uma opção política. Nós dissemos isso sempre, no Parlamento e fora do Parlamento. Portugal é favorável a uma solução política, diplomática, no quadro das Nações Unidas, mas se a guerra se tornar inevitável, não ficaremos numa posição neutral. De qualquer forma, não participaremos numa acção militar sem mandato da ONU”.¹³

Quatro dias após a realização da cimeira dos Açores, a 20 de Março as tropas americanas invadem o Iraque.¹⁴

A oposição portuguesa estava completamente contra a tomada de posição do governo português relativamente à crise iraquiana. Em resultado dessa insatisfação, três partidos de esquerda, incluindo o maior partido da oposição apresentaram moções de censura ao governo. A 18 de Março, o Partido Socialista (PS), o Partido Comunista Português (PCP) e o Bloco de Esquerda (BE), anunciaram que iriam apresentar moções de censura ao governo.¹⁵

Voltando novamente à situação económica portuguesa no governo de Durão Barroso, a partir do segundo semestre do ano de 2004 a economia melhora consideravelmente devido ao facto de Portugal ser o anfitrião do Euro 2004. No entanto a impopularidade do governo de Barroso continua, e a prova de tal facto foi a derrota do PSD nas eleições europeias de 13 de Junho de 2004.¹⁶

¹³ José Manuel FERNANDES e Graça FRANCO, Entrevista com Durão Barroso. *Público*. 17.03.2003

¹⁴ EUA iniciaram guerra contra o Iraque. *TSF*. 20.03.2003 in http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=809011&page=-1

¹⁵ José Pedro HENRIQUES e Nuno Sá LOURENÇO, Três moções de censura ao Governo. *Público*. 18.03.2003

¹⁶ Cf. José M. MAGONE, José Manuel Durão Barroso: *A Political Scientist in the World of European Union Politics*, International Journal Vol. 60, No. 2 (Spring, 2005): Sage Publications, Ltd, p.549 - 550 in <http://www.jstor.org/stable/40204310>; Consultado pela última vez a 10.09.2014.

Candidato à Comissão Europeia e o abandono do Governo

A 22 de Junho de 2004, o Público noticia que “Durão Barroso emerge como o grande favorito à sucessão de Romano Prodi”. O primeiro-ministro português foi “seriamente ponderado” ao longo da cimeira entre os líderes da UE que aconteceu, em Bruxelas, nos dias 16 e 17 de Junho de 2004.¹⁷

A candidatura de Barroso foi imediatamente apoiada por Tony Blair e começou a ganhar mais força quando dois dos candidatos mais fortes, Chris Patten e Guy Verhofstadt, retiraram as suas candidaturas.¹⁸ A Presidência da Comissão Europeia revelou ser um assunto “de confronto entre partidários e opositores da guerra do Iraque”. Países contra a guerra do Iraque, como a França e a Alemanha, apoiavam a candidatura do primeiro-ministro belga, o neo-liberal Guy Verhofstadt. Por sua vez, o Reino Unido, um dos grandes aliados dos E.U.A. no conflito iraquiano, apoiava a candidatura do conservador Chris Patten. Devido ao grande conflito que se gerou nenhum dos dois decidiu prosseguir com as suas candidaturas.¹⁹

Contrariamente a Chris Patten e Guy Verhofstadt, Jean-Claude Juncker ganhou o consenso dos vinte cinco líderes, que na altura faziam parte da UE. Contudo, o então primeiro-ministro luxemburguês recusou candidatar-se ao cargo de presidente da Comissão Europeia porque tinha prometido aos cidadãos luxemburgueses cumprir o seu mandato eleitoral até ao fim.

²⁰

Após a cimeira de Bruxelas, Durão Barroso declarou num conferência de imprensa não ser “candidato a nada”. Contudo, o primeiro-ministro não recusou perentoriamente a ideia de poder vir a ser o Presidente da Comissão Europeia. Dentro do partido não existiam preocupações relacionadas com o facto de o primeiro-ministro trocar Lisboa por Bruxelas. Ninguém previa isso, após Durão ter acusado António Guterres de abandonar o país. Teresa Gouveia, ministra

¹⁷ Isabel Arriaga e CUNHA, Durão Barroso emerge como o grande favorito à sucessão de Romano Prodi. *Público*. 22.06.2004

¹⁸ Ibidem

¹⁹ Ibidem

²⁰ Ibidem

dos Negócios Estrangeiros, chegou a afirmar que o único candidato do governo à presidência da Comissão Europeia era o comissário europeu António Vitorino.²¹

A 26 de Junho, Bertie Ahern, o então primeiro-ministro irlandês que presidia à UE, anunciou que os vinte e cinco líderes dos países pertencentes à UE tinham chegado a um consenso no que diz respeito ao sucessor de Romano Prodi, o ainda presidente da Comissão Europeia.²²

Nesse mesmo dia foi anunciado que Durão iria deixar o governo e aceitar o cargo de presidente da Comissão Europeia. Tal notícia apanhou de surpresa muitos militantes e dirigentes do PSD.²³

Dois dias depois, a 28 de Junho, Durão Barroso decide quebrar o seu silêncio e falar sobre o assunto na conferência de imprensa da cimeira da OTAN, em Istambul. Durão Barroso dirigiu-se, especificamente aos jornalistas portugueses declarando que ainda não podia “anunciar qualquer decisão sem verificar se estão reunidas determinadas condições, quer do ponto de vista da União Europeia, quer do ponto de vista interno. É por isso que hoje mesmo regressarei a Lisboa, terei amanhã uma reunião com o senhor Presidente da República, terei também uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros e amanhã mesmo anunciarei a minha decisão. Como sempre, procurarei tomar a minha decisão em função do interesse nacional, sabendo também que o interesse nacional português não é, hoje, dissociável do interesse europeu e que nada daquilo que é europeu nos é estranho”.²⁴

Quando anunciou publicamente a sua decisão, Durão Barroso afirmou que ao assumir o cargo de presidente da Comissão Europeia tinha como objecto servir simultaneamente os interesses da Europa e os interesse nacionais. Barroso referiu ainda que não podia recusar tal

²¹ Helena PEREIRA, Eunice LOURENÇO e Ana Sá LOPES, Durão Barroso faz render possibilidade de ser escolhido para presidente da Comissão Europeia. *Público*. 23.06.2004

²² Isabel Arriaga e CUNHA, Candidatura de Barroso consensual em Bruxelas. *Público*. 26.06.2004

²³ Helena PEREIRA, Eunice LOURENÇO e Ana Sá LOPES, Durão na presidência da Comissão dá lugar de primeiro-ministro a Santana. *Público*. 26.06.2004

²⁴ Durão Barroso na Comissão Europeia: Primeiro anuncio em Istambul. *Povo Livre* Nº 1373, 30 de Junho de 2004 in http://www.psd.pt/ficheiros/povo_livre/POVO_LIVRE_30_DE_JUNHO.pdf; Consultado pela última vez a 10.09.2014.

nomeação, pois Portugal devia muito à Europa.²⁵ Contudo, é relevante mencionar que a carreira de Durão Barroso foi sempre baseada na política externa, nos Negócios Estrangeiros e no contacto permanente com a União Europeia, para o próprio tal cargo também era bastante desejável.

No dia 29, Durão Barroso tornou-se no “presidente indigitado” da Comissão Europeia. Durão Barroso iria suceder a Romano Prodi, um presidente com um mandato fraco que não conseguiu convencer o Parlamento Europeu.²⁶ Durão teria, assim, de conquistar o seu lugar na Comissão Europeia. Para começar Durão tinha pela frente desafios como “terminar as negociações de alargamento com a Roménia, com a Bulgária e talvez com a Croácia (...) lidar com a reforma do denegrido Pacto de Estabilidade, as negociações do próximo orçamento e a redefinição de Política Regional, todos temas sensíveis para Portugal”. O que se estava à espera de um novo presidente da Comissão Europeia era que este restaurasse “a credibilidade da Comissão Europeia, debilitada por não ter sabido impor as suas decisões às grandes potências”.²⁷ Tal objectivo, ainda hoje, não foi plenamente conseguido, uma vez que vivemos numa União Europeia cada vez mais individualista. Durão Barroso abdicou oficialmente do cargo de primeiro-ministro português, a 5 de Julho, dando a liderança do governo a Santana Lopes.²⁸

²⁵ Cf. José M. MAGONE, José Manuel Durão Barroso: *A Political Scientist in the World of European Union Politics*, International Journal Vol. 60, No. 2 (Spring, 2005): Sage Publications, Ltd, p. 550 in <http://www.jstor.org/stable/40204310>; Consultado pela última vez a 10.09.2014.

²⁶ Isabel Arriaga e CUNHA, Uma corrida contra o tempo até à entrada em funções. *Público*. 27.06.2004

²⁷ Beatriz NAVARRO, Desafios difíceis na UE alargada. *Expresso*. 03.07.2004

²⁸ Helena PEREIRA e Eunice LOURENÇO, Durão Barroso demite-se, mas fica primeiro-ministro até à próxima semana. *Público*. 05.07.2004

Cimeira das Lajes

A base das Lajes tem desempenhado um papel importante no que concerne à sua utilização pela força aérea americana. Desde a Segunda Guerra Mundial até à actualidade que os americanos têm utilizado constantemente esta base. As Lajes tornaram-se num meio importante de projecção do poder aéreo dos E.U.A. para todo o mundo.²⁹

Como referido anteriormente, em Novembro de 2002 Washington contactou o executivo português para pedir autorização para a utilização da Base das Lajes. Contudo, segundo o acordo de defesa bilateral a utilização da base das Lajes é automática e um pedido de autorização é só necessário quando se pretende intervir militarmente sem o aval da ONU.³⁰

Apesar do governo português já ter conhecimento de tal pedido e já aceitar que muito provavelmente os E.U.A. iriam começar um ataque unilateral, é só no final de Janeiro do ano seguinte, 2003, que o PCP coloca esta questão no Parlamento (LIMA, 2013: 156).

A 2 de Fevereiro, o PCP volta a abordar o mesmo assunto no debate mensal e pergunta se Portugal autorizaria a base das Lajes em caso de um ataque ao Iraque por parte dos E.U.A. sem aval da ONU. Durão Barroso responde que: “o Governo português já autorizou essa utilização (...) Porque entende que é isso que deve fazer em relação ao nosso aliado mais importante e no quadro do acordo de amizade e cooperação entre Portugal e os E.U.A.”³¹

A 13 de março, como também já foi referido, Durão Barroso almoça com o Presidente da República, Jorge Sampaio e anuncia que Portugal irá ceder a base das Lajes aos E.U.A.³²

No dia seguinte, Durão informa Jorge Sampaio que foi consultado relativamente a uma cimeira a realizar-se nos Açores e pretende saber se o Presidente da República está de acordo. O Presidente responde que “se era para fazer paz, muito bem, para evita a guerra” (SAMPALIO in LIMA, 2013: 158).

²⁹Cf. *A Short History of Lajes Field, Terceira Island, Azores, Portugal: 65th Air Base Wing History Office* in <http://www.lajes.af.mil/shared/media/document/AFD-110621-022.pdf>

³⁰Helena PEREIRA, EUA tinham garantia de Portugal sobre base das Lajes desde Novembro. *Público*. 15.03.2003

³¹ *Debate com o Parlamento*, 31 de Janeiro de 2003, p. 16-17 in LIMA, 2013: 156

³² Ricardo Dias FELNER, Durão Barroso almoçou com Jorge Sampaio. *Público*. 14.03.2003

A ideia de se realizar uma cimeira partiu de Tony Blair. A proposta foi feita à administração Bush, que concordou com tal evento. “A primeira hipótese em cima da mesa foi a sua realização em Washington, que agradava a Bush, mas à qual Downing Street se opôs”³³, uma vez que a opinião pública via o Reino Unido como um “poodle of América”.³⁴ Londres, Barbados e Bermudas foram outras sugestões de locais sugeridos para a cimeira. Contudo, nenhum dos três era favorável geograficamente aos E.U.A (no caso de Londres) e ao Reino Unido (no caso de Barbados e Bermudas). (LIMA, 2013: 159).

Uma vez que uma segunda resolução também era querida por Aznar, Bush e Blair decidiram alargar a cimeira ao Presidente espanhol, devido também aos contactos diplomático que Washington teve com Madrid no mês anterior (LIMA, 2013: 160). Serve de exemplo o encontro de 22 de Fevereiro de 2003 entre George W. Bush e José María Aznar no rancho Crawford em Texas. Anos mais tarde, a acta desse encontro é revelada pelos meios de comunicação social. Nessa reunião Bush confirmou a Aznar que estariam em Bagdade no final de Março. Bush afirmou, também, que se países como o Chile tivessem uma atitude negativa perante o conflito do Iraque, o acordo de livre-comércio a manter com os E.U.A. poderia estar em causa. Bush mencionou também Angola que recebia fundos do *Millenium Account*, os mesmos poderiam estar comprometidos se o país não fosse favorável aos E.U.A.³⁵ Ainda neste encontro, os dois líderes discutem o que fazer com Saddam Hussein. Segundo, Bush quando os militares intervirem em Bagdade, existiria 15% de hipóteses de Saddam já estar morto ou desaparecido.

Aznar começou assim um “proceso de persuasión moral” para convencer membros do Conselho de Segurança a votar numa segunda resolução. Contudo, dos nove votos necessários só conseguiu obter a confirmação de quatro (Espanha, E.U.A., Reino Unido e Bulgária). Uma vez que falharam as negociações para uma segunda resolução, Aznar e Bush acordaram realizar uma cimeira nos Açores, local que geograficamente agradava a todas as partes. Os Açores foram

³³ Com COUGHLIN, *American Ally: Tony Blair and the War on Terror*, Londres: Politico's, 2006, p. 679 in LIMA, 2013: 159

³⁴ Views on Britain's role in Iraq: 'People see the UK as a poodle of America'. *The Guardian*. 19.04.2009 in <http://www.theguardian.com/world/2009/apr/16/uk-iraq-usa-terror>

³⁵ Cf. Ernesto EKAIZER, Acta de la conversación entre George W. Bush y José María Aznar | Crawford, Tejas, 22 de Febrero de 2003 - "Llegó el momento de deshacerse de Sadam". *El País*. 26.09.2007 in http://elpais.com/diario/2007/09/26/espana/1190757601_850215.html

escolhidos por Aznar em alternativas às Bermudas porque, segundo o Presidente espanhol: “El solo nombre de esas islas va asociado a una prenda de vestir que no es precisamente la más adecuada para la gravedad del momento en que nos encontramos”.³⁶

Durão Barroso acedeu imediato ao pedido para a realização da cimeira, mostrando-se motivado em fazer parte da reunião (LIMA, 2013: 163)

No que concerne à realização da cimeira dos Açores, Barroso afirmou, numa entrevista realizada pelo Público e a Rádio Renascença, que: “A ideia da cimeira saiu de contactos, já com semanas, entre os gabinetes do Presidente Bush, dos primeiros-ministros Aznar e Blair e do meu próprio gabinete. Tenho estado em contacto muito frequente com estes três líderes e disse-lhes várias vezes que Portugal poderia desempenhar um papel importante, não por estar no Conselho de Segurança, mas porque temos capacidade para falar com muitos países e de estabelecer pontes”.³⁷

Com referido anteriormente, logo no dia 14 de Março a BBC anunciou a realização da cimeira, sem um anúncio oficial por parte da Casa Branca, e não mencionou a presença de Portugal neste encontro.³⁸ No que diz respeito a tal divulgação, Barroso explica que “Não ficou combinada qualquer hora para o anúncio público, nem isso me parece relevante. No caso português, quis primeiro falar com o Presidente da República, informar o presidente do governo regional, falar também com o líder da oposição – mas infelizmente já tinha havido fuga de informação – e quis ainda informar outros líderes europeus”.³⁹

³⁶ Ernesto EKAIZER, Bush avisó a Aznar de que estaría en Bagdad en marzo con o sin resolución de la ONU. *El País*. 25.09.2007 in http://internacional.elpais.com/internacional/2007/09/25/actualidad/1190671217_850215.html

³⁷ José Manuel FERNANDES e Graça FRANCO, Entrevista com Durão Barroso. *Público*. 17.03.2003

³⁸ Maria José OLIVEIRA e Helena PERIRA, Cimeira não fará “nenhuma declaração de guerra” ao Iraque. *Público*. 15.03.2003

³⁹ José Manuel FERNANDES e Graça FRANCO, Entrevista com Durão Barroso. *Público*. 17.03.2003

Uma vez que não conseguiu realizar os seus planos, Barroso teve que se dirigir ao país nessa mesma noite e oficialmente divulgar a realização da cimeira. Tal anúncio gerou polémica e contestações por parte dos partidos da oposição.⁴⁰

No que diz respeito à presença de Portugal, nessa mesma entrevista, Barroso declarou ser importante “que Portugal participe, esteja informado, tenha a confiança de países como os Estados Unidos, o Reino Unido e a Espanha. E desta vez o primeiro-ministro de Portugal não fica à porta, como ficou Marcello Caetano na cimeira de 1971 entre os presidentes Nixon e Pompidou”.⁴¹ Nesta sua declaração, Barroso fez referência a uma cimeira, também realizada nos Açores, em 1971, na época do Estado Novo, com os antigos presidentes de França e da América: George Pompidou e Richard Nixon.⁴² Barroso deu a entender que iria ser mais participativo que Caetano, ou seja, que teria uma opinião a dar e ser discutida na cimeira, juntamente com os outros líderes.

Barroso garantiu também que a cimeira não iria ser “um conselho de guerra”, mas sim “uma cimeira política” e acrescentou que “as Lajes foram escolhidas por motivos geográficos e políticos. Se não reparem: o Presidente dos Estados Unidos vem a um país europeu, que é Portugal, mas significativamente a um território quase a meio caminho entre o continente europeu e o continente americano. Não é importante valorizarmos isso? Toda a nossa tradição diplomática sempre valoriza o posicionamento euro-atlântico...Mais: vou poder reafirmar a posição de Portugal, que é, repito, a de que somos favoráveis a uma solução político-diplomática. Se não for possível essa solução e se infelizmente houver um conflito, então não seremos neutrais, estaremos com os nossos aliados. É para isso que há aliados.”⁴³

Como afirma Pires de Lima “a Base das lajes era o centro mediático e político do mundo naquele fim-de-semana” (LIMA, 2013: 165). Durante a realização da cimeira “a diplomacia portuguesa esteve directamente envolvida nos trabalhos de preparação das conversações e dos textos aprovados pelos líderes” e “tinha ainda outros dois objectivos: impedir que as declarações

⁴⁰ Maria José OLIVEIRA e Helena PERIRA, Cimeira não fará “nenhuma declaração de guerra” ao Iraque. *Público*. 15.03.2003

⁴¹ Ibidem

⁴² Cf. Base das Lajes: Uma cimeira que não é inédita (LUSA). *Público*. 15.03.2003

⁴³ José Manuel FERNANDES e Graça FRANCO, Entrevista com Durão Barroso. *Público*. 17.03.2003

dos Açores – uma e outra – pudessem ser lidas como um gesto de hostilidade em relação as restantes parceiros europeus. Daí o seu empenho em que a segunda declaração contivesse uma referência explícita à Europa. O segundo era evitar agudizar as divergências internas, sobretudo levando em consideração as posições do Presidente da República.”⁴⁴

Saíram duas declarações da cimeira das Lajes. Uma era a *Declaração da Cimeira do Atlântico Compromisso para a Solidariedade Transatlântica* e a outra, denominava-se *Uma Visão para o Iraque e o povo Iraquiano*. Na primeira é assegurado o compromisso transatlântico, pedido por Blair e, também Durão, é também feito um apelo às comunidades democráticas para se trabalhar em conjunto pela paz. Como se verifica neste excerto: “Neste momento particularmente difícil, reafirmamos o nosso compromisso para com os valores fundamentais e para com a aliança transatlântica que os defende há duas gerações. A nossa aliança assenta num compromisso comum para com a democracia, a liberdade e o estado de direito. Estamos vinculados ao compromisso solene da defesa mútua. Enfrentaremos e ultrapassaremos em conjunto as novas ameaças do século XXI (...) Apelemos aos nossos amigos e aliados para que ponham de parte as divergências e trabalhem em conjunto para uma causa comum de paz, liberdade e segurança. Os laços de amizade e solidariedade entre a Europa e os Estados Unidos da América são fortes e continuarão a desenvolver-se”⁴⁵

A segunda declaração é dirigida ao povo iraquiano. O texto aborda a tirania do regime de Saddam e o que é preciso ser feito para libertar o povo do seu regime. Como se pode comprovar: “A talentosa população iraquiana, a rica cultura e o enorme potencial do Iraque têm sido ameaçados por Saddam Hussein. O seu regime brutal reduziu um país com um historial longo e orgulhoso a um pária internacional, que oprime os cidadãos, começou duas guerras de agressão contra os seus vizinhos e ainda constitui uma grande ameaça à segurança da região e do mundo (...) Nestas circunstâncias, assumimos a solene obrigação de ajudar o povo iraquiano a construir um novo Iraque em paz consigo e com os seus vizinhos (...)”⁴⁶

Da cimeira das Lajes não saiu uma declaração de guerra, mas sim um ultimato ao Conselho de Segurança. George W. Bush deu 24 horas aos membros do Conselho de Segurança para se decidirem. Se nenhum dos membros alterar a sua posição, os E.U.A. e os seus aliados

⁴⁴ Teresa SOUSA, Durão Barroso foi mais que um simples anfitrião. *Público*. 17.03.2003

⁴⁵ *Declaração da Cimeira do Atlântico Compromisso para a Solidariedade Transatlântica* in BARROSO, 2004: 270

⁴⁶ A Declaração. *Público*. 17.03.2003

retirariam o projecto em discussão de uma nova resolução e invadiriam o Iraque com base na Resolução 1441.⁴⁷

A 18 de Março de 2003, Durão Barroso pronuncia-se no debate mensal sobre a Cimeira do Atlântico. O primeiro-ministro insiste na importância da reafirmação da aliança transatlântica e refere que “Portugal identifica-se totalmente com a mensagem transatlântica saída desta Cimeira – ela corresponde à preocupação que permanentemente temos sublinhado. Como nos orgulhamos pelo facto de esta Cimeira ter sido realizada em território português – ela reforça a importância estratégica dos Açores e realça o acerto e a credibilidade da política externa portuguesa que tem, na defesa do eixo transatlântico, um dos seus pilares essenciais.”⁴⁸

Como afirma Pires de Lima a Cimeira das Lajes “mostrou duas realidades pouco reveladas pela esmagadora análise internacional posterior. Por um lado, perante um quadro internacional feito de tensões permanentes entre a relevância, a eficácia e a rigidez do Conselho de Segurança e, por outro, a face à forçada «democratização» norte-americana e ao projecto unilateral para o Médio Oriente, as Lajes acabam por, involuntariamente, salvaguardar as Nações Unidas, não as comprometendo com a ratificação de uma segunda resolução” (LIMA, 2013: 183).

⁴⁷ Cf. Teresa, SOUSA, Para Bush e os seus aliados hoje “é o momento da verdade”. *Público*. 17.03.2003

⁴⁸ Declaração da Cimeira do Atlântico Compromisso para a Solidariedade Transatlântica in BARROSO, 2004:276

Capítulo III

Análise de Imprensa

New York Times e Washington Times. Público e Expresso

Com a finalidade de comprovar as hipóteses de investigação colocadas nesta dissertação foi elaborada uma análise de imprensa a quatro publicações noticiosas. Como dito anteriormente, a análise de imprensa é um componente essencial da dissertação, uma vez que é através dela que se irão obter os resultados necessários para responder às hipóteses de investigação.

Ao longo da investigação, foram utilizados dois jornais norte-americanos e dois jornais portugueses. A escolha dos jornais norte-americanos prende-se com o facto que a Cimeira das Lajes ter sido “uma última tentativa diplomática” por parte dos E.U.A. e dos seus aliados, incluindo Portugal, “para encontrar uma solução pacífica para a crise” do Iraque, antes de uma intervenção militar¹. Os jornais norte-americanos escolhidos foram o *The New York Times* e o *The Washington Times*. Os dois jornais têm linhas editoriais diferentes, e isso permite, a nível da investigação, a obtenção de uma informação mais diversificada para análise.

O *The New York Times* pertence à *The New York Times Company* que também publica outros grandes jornais como o *International Herald Tribune* e o *The Boston Globe*. O jornal foi fundado em 1851 por Henry Jarvis Raymond e George Jones. Com 163 anos de existência o *The New York Times* é uma publicação internacional que sempre primou pelo rigor e excelência, tendo os seus jornalistas ganhado já vários Pulitzers. A linha editorial do jornal é, politicamente, liberal. Desde de 1996 que o jornal começou, também a ser publicado na Internet, tornando-se uma referência para o conteúdo *online*.² Por essa razão, e também pelo difícil e complexo processo de acessibilidade aos jornais impressos, os artigos analisados deste jornal são conteúdos publicados *online*.

¹ Maria José OLIVEIRA e Helena PEREIRA, Cimeira não fará “nenhuma declaração de guerra” ao Iraque. *Público*. 15.03.2003

² *The New York Times Company*, Who We Are in <http://www.nytc.com/who-we-are/>, consultado a 19.07.2014

O *The Washington Times* foi fundado em 1982 pelo coreano Sung Myung Moon. É um dos jornais mais citados nos Estados Unidos e ganhou a reputação de um jornalismo contundente e investigativo na área da política. O jornal é também conhecido por ter uma vertente social e política mais conservadora.³ Todos os artigos analisados no *The Washington Times* também são conteúdos publicados *online*.

No que diz respeito a jornais portugueses, a escolha recaiu no *Público*, jornal diário, e no *Expresso*, jornal de periodicidade semanal. Estes dois jornais pertencem a grupos empresariais diferentes, e por essa razão, referindo novamente a diversidade, foram escolhidos.

O *Público* foi fundado em 1990. É um jornal generalista e é considerado uma publicação de referência. No seu estatuto editorial, ainda em vigor, o *Público* afirma-se como um “é um jornal diário de grande informação, orientado por critérios de rigor e criatividade editorial, sem qualquer dependência de ordem ideológica, política e económica.”⁴ Actualmente, o *Público* pertence à *Sonaecom*, uma sub-holding da *Sonae* para o sector da comunicação.⁵

O *Expresso* nasceu em 1973 e é considerado, também, um jornal de referência em Portugal. No que diz respeito ao conteúdo e teor dos seus artigos, o *Expresso* garante, também no seu estatuto editorial que “as publicações de natureza informativa devem ser independentes do poder político e do poder económico, porque só assim cumprem a sua função perante a sociedade onde existem. Não concebemos, portanto, as publicações informativas como um instrumento ou um meio no serviço de determinados objectivos, por mais louváveis que estes sejam, mas como instituições autónomas, através das quais os cidadãos possam, em liberdade e no pluralismo, procurar o esclarecimento de que necessitam para o exercício das suas opções.”⁶

Os artigos analisados nas publicações portuguesas, ao contrário das publicações norte-americanas, pertencem todos a jornais impressos. O objectivo foi o de se obter uma análise mais

³ *The Washington Times*, About in <http://www.washingtontimes.com/about/>, consultado a 19.07.2014

⁴ Estatuto editorial do *Público* in <http://static.publico.pt/homepage/site/nos/Estatutoedpublico.asp>

⁵ *Sonaecom* in <http://www.sonae.com/sobre-a-sonaecom/quem-somos/areas-de-negocio/>

⁶ Estatuto Editorial do *Expresso* in <http://expresso.sapo.pt/estatuto-editorial=f774690?mid1=ex.menus/66&m2=487>

profunda e completa e, também, os dois jornais não tinham disponíveis na internet o conteúdo necessário que compreendia os anos 2003 e 2004.

A análise de imprensa recaiu em dois períodos específicos. O primeiro, no ano 2003, compreende a quinzena de 09.03.2003 a 23.03.2003. Uma vez que a cimeira da Lajes foi a 16 de Março, optou-se por analisar a semana antes e a semana depois desse acontecimento e ver o tipo de tratamento que os jornais deram à cimeira. O segundo período, no ano seguinte, em 2004, incidiu nas semanas de 22.06.2004 a 06.07.2004, uma vez que a 29 de Junho, Durão Barroso tornou-se o “presidente indigitado” da Comissão Europeia.⁷ À semelhança do primeiro período, foram analisadas a semana antecedente e a semana precedente a esse acontecimento. O objectivo, neste segundo período, é verificar se o assunto da cimeira da Lajes é referido, passado um ano, e se influenciou, de algum modo, a candidatura e escolha de Durão Barroso a presidente da Comissão Europeia.

Foram analisados 64 jornais impressos, pertencentes ao Público e ao Expresso. No total dos dois períodos foram contabilizados 160 artigos, 89 do *Público*, 20 do *Expresso*, 28 do *The New York Times* e 24 do *The Washington Times*, sendo que este mesmo jornal não tem notícias relativamente ao segundo período. É possível verificar tal, mais discriminadamente, nas seguintes tabelas:

The New York Times (Online) – Análise Quantitativa:1º Período	
Dias	Nrº de artigos
12.03.2003	1
13.03.2003	0
14.03.2003	2
15.03.2003	1
16.03.2003	7
17.03.2003	4
18.03.2003	2
19.03.2003	2
20.03.2003	0
21.03.2003	0
22.03.2003	1
23.03.2003	1
Total de artigos	21

⁷ Eduardo LOURENÇO, Durão torna-se hoje “presidente indigitado” da Comissão. *Público*. 29.06.2004

O período de análise compreende os dias 09.03.2003 a 23.03.2003. No entanto, só a partir do dia 12.03.2003 é que o jornal *online* New York Times começou a ter artigos acerca da Cimeira e de Durão Barroso.

The Washington Times (Online) – Análise Quantitativa:1º Período	
Dias	Nrº de artigos
14.03.2003	4
15.03.2003	5
16.03.2003	6
17.03.2003	6
18.03.2003	1
19.03.2003	0
20.03.2003	1
21.03.2003	0
22.03.2003	0
23.03.2003	1
Total de artigos	24

Tal como o *The New York Times*, o *The Washington Times* só apresenta artigos acerca da cimeira e de Durão a partir do dia 14.03.2003. Pelo que só se começou a contabilizar a partir desse dia.

Público – Análise Quantitativa:1º Período	
Dias	Nrº de artigos
09.03.2003	1
10.03.2003	2
11.03.2003	2
12.03.2003	3
13.03.2003	1
14.03.2003	2
15.03.2003	9
16.03.2003	7
17.03.2003	6
18.03.2003	4
19.03.2003	6
20.03.2003	4
21.03.2003	4
22.03.2003	2
23.03.2003	2
Total de Artigos	53

Expresso – Análise Quantitativa:1º Período	
Dias	Nrº de artigos
15.03.2003 (compreende a semana de 09.03.2003 a 15.03.2003)	4
22.03.2003 (compreende a semana de 16.03.2003 a 22.03.2003)	6
Total de artigos	10

No 2º período, o jornal *The New York Times* começou a ter artigos acerca dos temas analisados a partir do dia 28.04.2004. O período de análise compreende os dias 22.04.2004 a 06.07.2004. Recorde-se que o segundo jornal norte-americano em análise, *The Washington Times*, não contém nenhuma notícia durante este período sobre os assuntos de investigação.

The New York Times (Online) – Análise Quantitativa:2º Período	
Dias	Nrº de artigos
28.06.2003	1
29.06.2003	1
30.06.2003	1
01.07.2003	0
Total de artigos	3

Público – Análise Quantitativa:2º Período	
Dias	Nrº de artigos
22.06.2004	2
23.06.2004	4
24.06.2004	0
25.06.2004	0
26.06.2004	4
27.06.2004	4
28.06.2004	5
29.06.2004	8
30.06.2004	2
01.07.2004	1
02.07.2004	2
03.07.2004	1
04.07.2004	1
05.07.2004	1
06.07.2004	1
Total de Artigos	36

Expresso – Análise Quantitativa:2º Período	
Dias	Nrº de artigos
26.06.2004 (compreende a semana de 22.06.2004 a 26.06.2004)	5
03.07.2004 (compreende a semana de 26.06.2004 a 03.07.2004)	5
Total de artigos	10

Metodologia

No que concerne à metodologia utilizada, a escolhida foi a análise de conteúdo. Laurence Bardin define esta metodologia como “um conjunto de técnicas de análises e comunicações” que pretendem adquirir através “de procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimento relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 1977: 42).

Por estas razões, a análise de conteúdo é, assim, a metodologia mais adequada a adoptar nesta investigação. Para a análise realizada justificou-se a utilização de indicadores quantitativos e, também, qualitativos. Por isso mesmo, foi criada uma grelha de análise com diferentes critérios que têm como objectivo dar resposta às hipóteses de investigação.

Os critérios estabelecidos para a investigação são de teor quantitativo. Todos os critérios têm como finalidade apurar determinados resultados para a conclusão da investigação. Passa-se a definir cada uma delas:

Critério 1 | Notícia de primeira página

Com este critério pretende-se saber a importância dada ao tema de investigação. Sendo assim, procedeu-se à contagem dos artigos e notícias que estavam incluídos na primeira página. Contabilizou-se também o destaque dado ao tema (se é um artigo central de primeira página com direito a fotografia ou se é apenas feita uma pequena menção do mesmo). É importante referir que tal critério foi somente utilizado nos jornais impressos, uma vez que nos jornais *online* tal não pôde ser feito.

Critério 2 | Assuntos

Pretende-se saber, através deste critério, quanto artigos abordaram os assuntos definidos para esta investigação. No primeiro período procedeu-se à procura de notícias que: 1. Mencionem a cimeira; 2. Mencionem Durão Barroso. Relativamente ao segundo período, é acrescentado ao critério 2 a presidência da Comissão Europeia.

Critério 3 | Género jornalístico

Neste critério deseja-se contabilizar o género jornalístico de todos os artigos com intenção de perceber o tipo de enfoque e importância dada aos temas de investigação. Foram definidos cinco géneros: 1. Editoriais; 2. Artigos de Opinião; 3. Notícias; 4. Entrevista; 5. Reportagem.

Critério 4 | Secção

Este critério tem como objectivo saber em que tipo de secção se insere os artigos em análise. Uma vez que cada jornal impresso atribui nomes distintos para as suas secções, a categorização das tabelas foi elaborada de acordo com o nome das mesmas. Sendo assim, no jornal *Público* contabilizou-se artigos das secções: 1. Espaço Público (onde estão incluídos os

editoriais e os artigos de opinião); 2. Destaque; 3. Nacional; 4. Mundo, já no *Expresso* as secções foram: 1. País; 2. País/Política; 3. Opinião; 4. Política à Portuguesa (onde estão, também, inseridos artigos de opinião). À semelhança do critério 1, este só foi utilizado nos jornais impressos, pois nas publicações *online* não é referido qualquer tipo de secção.

Critério 5 | Fontes

Segundo Mauro Wolf “as fontes são um factor determinante para a qualidade da informação produzida pelos mass media. No entanto, permanecem ainda esbatidas na mitologia profissional, que tende, pelo contrário, a realçar o papel activo do jornalista, marginalizando o contributo, em muitos aspectos essencial, das fontes. ” (WOFL, 2003: 98). Por essa mesma razão, este critério é essencial á investigação. A categorização das fontes necessita de uma referência credível. Nesse sentido a categorização que mais se adequa a esta investigação de imprensa é a de Aldo Schmitz. Para o autor a categorização das fontes de imprensa é feita da seguinte maneira. 1. Oficial; 2. Empresarial; 3. Institucional; 4. Individual; 5. Testemunhal, 6. Especializada; 7. Referência. (SCHMITZ, 2011: 9-12)

Análise do discurso noticioso

Para além do método quantitativo, é também importante nesta investigação o método qualitativo. O objectivo é interligar os dois métodos para obter resultados mais completos. Pretende-se nesta investigação fazer uma selecção de notícias, dentro do universo dos 160 artigos analisados, e fazer uma análise do seu discurso. Comparando-a, depois, com os resultados quantitativos. A selecção das notícias, prende-se com os resultados quantitativos e pretende corroborar e dar respostas às hipóteses de investigação.

Para esta análise de discurso é importante, para além de dar respostas às hipóteses de investigação, avaliar e analisar o valor-notícia. Segundo Nelson Traquina “Os valores-notícia são um elemento básico da cultura jornalística, partilhado pelos membros desta comunidade interpretativa. Servem de “óculos” para ver o mundo e para o construir.” (TRAQUINA, 2007: 203). Nesta investigação vão ser utilizados os valores-notícia substantivos, segundo Traquina. São eles: a morte, a notoriedade, a proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, o inesperado e o conflito ou controvérsia.

Para além da avaliação, geral, do valor-notícia, ao longo da análise de discurso ambiciona-se saber, se os artigos se enquadram no padrão das teorias de acção política. Para Traquina “nas teorias de acção política, os media noticiosos são vistos de forma instrumentalista, isto é, servem objectivamente certos interesses políticos (...) estas teorias defendem a posição de que as notícias são distorções sistemáticas ao serviço de agentes políticos de certos agentes sociais bem específicos”. (TRAQUINA, 2007: 89-90).

Irão ser analisados os excertos mais relevantes das notícias seleccionadas. Primeiramente irão tentar ser respondidas as hipóteses de investigação pela análise dos vários excertos. As respostas serão dadas, hipótese a hipótese.

A primeira hipótese de investigação pretende aferir o tipo de importância que os quatro jornais dão à figura de Durão Barroso aquando a cimeira das Lajes. Esta hipótese compreende o primeiro período de análise. Começando pelos jornais americanos, o *The New York Times*, na maioria dos seus artigos, não menciona muito Durão Barroso e classifica-o como o anfitrião da cimeira das Lajes que recebeu os três líderes na ilha dos Açores. Tal pode ser comprovado através deste excerto: “**Waiting to welcome the three leaders** to this Portuguese island more than 900 miles off the European coast, Prime Minister José Manuel Durão Barroso...”⁸ Apesar de ter o estatuto de anfitrião, o *The New York Times* valoriza as declarações do primeiro-ministro português aquando a cimeira das Lajes: “Portugal Prime Minister Jose Durao Barroso called the Azores summit «the last chance of a political solution. It may be a small chance but if there is only one chance in a million it's worth trying this opportunity.»”⁹

Contundo, num outro artigo, é simplesmente mencionado na cimeira, os líderes dos E.U.A., Reino Unido e Espanha, não fazendo qualquer tipo de referência a Durão Barroso ao longo de todo o artigo. Este excerto é a prova disso mesmo: “**Mr. Bush made clear in his announcement at a summit meeting with the leaders of Britain and Spain** in the Azores that the Security Council must agree on Monday on a new resolution authorizing war against Iraq.”¹⁰

⁸ Warren HOGE, U.S., Britain and Spain to Make Final Push for U.N. Support. *The New York Times*. 16.03.2003 in <http://www.nytimes.com/2003/03/16/international/16SHELL-CHENEY.html>

⁹ Associated Press, Azores Summit Portrayed as Last Try for Diplomatic Solution. *The New York Times*. 16.03.2003 in <http://www.nytimes.com/2003/03/16/national/AP-Azores-Summit.html>

É possível concluir que neste jornal norte-americano a figura de Durão Barroso é mencionada como estando presente na cimeira, preparado para receber em território português os três líderes dos E.U.A., Reino Unido e Espanha, mas não dá muita relevância ao seu poder de decisão na cimeira da Lajes, concentrando-se principalmente, nos outros três líderes.

Como seria de esperar, ao longo dos artigos, o *The New York Times*, dá grande importância à cimeira das Lajes e aborda a questão dando sobretudo enfoque à tomada de decisões da administração Bush relativamente ao modo como irão lidar com a situação do Iraque.

O *The Washington Times* varia o seu tratamento à figura de Durão Barroso. Em alguns artigos, Durão Barroso é apresentado como o anfitrião da cimeira: “Standing with the leaders of Britain and Spain, his closest allies (**and the prime minister of Portugal as the summit host**) in Terceira, one of the Azores islands, Bush delivered an ultimatum, not to Saddam Hussein but to the U.N. Security Council. The U.N., he said, had until Monday to support U.S.-led armed action if Iraq did not disarm.”¹¹; “**Portuguese Prime Minister Jose Manuel Durão Barroso, who hosted a meeting of Aznar, Bush and Blair in the Azores islands** Sunday said: «At this difficult hour, Portugal reaffirms its support for its allies, with whom it shares the values of freedom and democracy.»”¹².

No entanto num dos artigos do jornal, que cita a Conselheira da Segurança Nacional naquela época, Condoleezza Rice, o primeiro-ministro português é tido não só como anfitrião, mas também como um dos líderes que irá fazer parte das decisões tomadas na Cimeira das Lajes: “Later Friday, national security adviser Condoleezza Rice told Al Jazeera television in an interview that **the leaders, including Portugal's Prime Minister Manuel Barroso, «will discuss the way forward.** They will look to see if there's anything more that can be done to bring the U.N. to take the decision it needs to take. »”¹³. Existem ainda notícias, sobre a cimeira

¹⁰ Elaine SCIOLINO, France Seeks Compromise to Prevent U.N. Rupture. *The New York Times*. 17.03.2003 in <http://www.nytimes.com/2003/03/17/international/europe/17EURO.html>

¹¹ Analysis: Bush Feels he doesn't need U.N. *The Washington Times*. 17.03.2003 in <http://www.washingtontimes.com/news/2003/mar/17/20030317-090053-5849r/?page=all>

¹² Europe divided over start of Iraq war. *The Washington Times*. 20.03.2003 in <http://www.washingtontimes.com/news/2003/mar/20/20030320-090111-1251r/>

¹³ U.S., Britain, Spain to hold Iraq summit. *The Washington Times*. 14.03.2003 in <http://www.washingtontimes.com/news/2003/mar/14/20030314-085927-2287r/?page=all>

e as decisões tomadas pelos líderes, em que a figura de Durão Barroso nem sequer é mencionada: **“The main question facing Bush, Britain's Tony Blair and Spanish Prime Minister Jose Maria Aznar as they meet in the Atlantic group of islands of the Azores, the diplomats say, is whether to try to salvage the troubled draft U.N. resolution in the Security Council, or to withdraw it to avoid a negative vote.”**¹⁴; **“There may be a vote this week, or Mr. Bush, Mr. Blair and Mr. Aznar may conclude at their meeting in Portugal's Azores to withdraw the resolution either because they lack nine votes or because it would deny France the opportunity to cast a veto”**¹⁵.

Neste jornal norte-americano não é possível aferir a 100% uma conclusão concreta no que diz respeito ao tratamento da figura pública de Durão Barroso, uma vez que o tratam de várias formas, antes e depois da cimeira, e de modo incoerente. No *The Washington Times*, o primeiro-ministro português é denominado anfitrião da cimeira, depois, num artigo que cita um membro da administração Bush, faz parte dos líderes que vão tomar decisões acerca da situação do Iraque e em outros artigos a sua existência é completamente ignorada. No entanto todos os outros líderes são tratados de forma coerente ao longo de todos os artigos. Isto pode se ter sucedido, talvez porque os média não tinham, ainda, a certeza que papel Durão Barroso desempenharia e desempenhou na cimeira.

Nesta hipótese de investigação, existia ainda uma sub hipótese relacionada com os jornais norte-americanos: *O The New York Times*, sendo mais liberal no sentido americano da palavra, tratou a figura de Durão de maneira diferente à do *The Washington Times*?

Como foi dito anteriormente, o *The New York Times* considera Durão Barroso, em todos os artigos que o mencionam, o anfitrião da cimeira das Lajes. O *The Washington Times*, devido à sua incoerência varia o modo de tratamento dado ao primeiro-ministro português, mas também tal como o *The New York Times*, em alguns dos seus artigos o considera anfitrião da cimeira. É possível concluir que o nível de tratamento dado à figura de Durão Barroso varia não no *The New York Times* mas sim no *The Washington Times* que também o insere no encontro como mais do que um simples anfitrião. O *The Washington Times* dedica, também, mais artigos à figura de

¹⁴ Bush, Blair, Aznar to meet in Azores. *The Washington Times*. 14.03.2003 in <http://www.washingtontimes.com/news/2003/mar/14/20030314-085927-3547r/>

¹⁵ Meeting seen as symbolic. *The Washington Times*. 16.03.2003 in <http://www.washingtontimes.com/news/2003/mar/16/20030316-090043-4377r/>

Durão Barroso. O *The New York Times* menciona Durão Barroso em cinco artigos enquanto que o *The Washington Times* o menciona em oito.

No que concerne aos jornais portugueses, o tratamento da figura de Durão Barroso é, como seria expectável, completamente diferente ao dos jornais norte-americanos. Ambos os jornais portugueses, ao contrário dos norte-americanos, possuem mais artigos acerca do papel de Durão Barroso do que da cimeira das Lajes.

O *Público* dá muito mais enfoque à figura do Durão e à semelhança dos jornais norte-americanos também o denomina como anfitrião da cimeira, mas ao contrário desses mesmos jornais aprofunda a sua presença: “Hoje, ao princípio da tarde, Bush, Aznar e Blair são recebidos por esta ordem pelo **primeiro-ministro português, ao qual cabe o papel de anfitrião da cimeira, mas em cujos trabalhos vai participar integralmente.**”¹⁶; “O primeiro-ministro português chega ao fim da manhã de hoje à Base das Lajes **para participar integralmente nos trabalhos da cimeira dos Açores, embora não esteja previsto que venha também a assinar a declaração final do encontro.**”¹⁷. Antes da cimeira, o próprio Durão Barroso classificou sua presença no encontro: “Tal como o primeiro-ministro referiu, **este «associa-se» a uma iniciativa que é «a três»** pois trata-se dos países que apresentaram uma resolução comum no Conselho de Segurança da ONU dando um prazo, até segunda-feira, a Saddam Hussein para colaborar com as Nações Unidas.”¹⁸.

Contudo, no dia seguinte à cimeira existe uma mudança de tratamento no que diz respeito à figura de Durão Barroso. É possível comprovar tal, através deste excerto: “**o primeiro-ministro português conseguiu para si um papel muito mais relevante do que o de simples anfitrião da cimeira. Participou nela numa base de igualdade com os três líderes do Conselho de Segurança** subscritores do projecto de resolução que impõe a Saddam o dia de hoje como data limite para desarmar.”¹⁹. Durão acabou então por ter mais responsabilidades na

¹⁶ Teresa de SOUSA, Cimeira dos Açores vai avisar Saddam que o seu tempo está quase esgotado. *Público*. 16.03.2003

¹⁷ Teresa de SOUSA, Participação de Durão Barroso esteve sempre prevista. *Público*. 16.03.2003

¹⁸ Maria José OLIVEIRA e Helena PEREIRA, Cimeira não fará “nenhuma declaração de guerra” ao Iraque. *Público*. 15.03.2003

¹⁹ Teresa de SOUSA, Durão Barroso foi mais que um simples anfitrião. *Público*. 17.03.2003

cimeira, chegando a assinar as duas declarações da cimeira juntamente com os outros três líderes, o que faz dele, como o artigo atesta, “mais do que um simples anfitrião”. Pode-se concluir que o Público dá grande importância à figura de Durão Barroso, como seria de esperar. O jornal português, modifica o tratamento à figura de Durão Barroso mas não o faz de forma incoerente como o *The Washington Times*. Antes da cimeira, Durão era classificado como o anfitrião de um encontro entre os líderes dos E.U.A., Reino Unido e Espanha, depois do encontro na Lajes, o primeiro-ministro português é tido como mais do que um simples anfitrião tendo em conta o papel que desempenhou na cimeira.

O *Expresso* difere do *Público*. À semelhança do *The New York Times*, o jornal menciona Durão como sendo o anfitrião da cimeira. No entanto, não aprofunda muito mais o papel do primeiro-ministro português. Tal se pode comprovar através dos excertos destas duas notícias: **“Durão associa-se à reunião apenas na qualidade de anfitrião**, já que Portugal não é membro do Conselho de Segurança da ONU.”²⁰; **“Mas a Cimeira que juntou Bush, Blair e Aznar com o patrocínio de Durão Barroso** deixou os açorianos em «guerra» em várias frentes”²¹.

Como seria esperado, o *Expresso* fala em todos os artigos de Durão Barroso, mas valoriza mais as declarações que este faz em relação à cimeira, as declarações da oposição acerca do primeiro-ministro e o relacionamento de Durão com o presidente da República, Jorge Sampaio. Como é possível aferir neste excerto: **“PS, PCP e Bloco de Esquerda fizeram fogo cerrado contra Durão, com a socialista Ana Gomes a classificar de “criminosa” a posição do primeiro-ministro. Mas Jorge Sampaio não alinhou na dramatização.**”²². Em suma, o semanário valoriza mais as consequências que a cimeira pode trazer a nível da política interna do que o papel de Durão Barroso neste encontro. Como é expectável, também no jornal *Público* constam artigos acerca das opiniões da oposição mas a publicação valoriza, de igual modo, a participação do primeiro-ministro português da cimeira.

Um dos artigos do *Expresso*, publicado um dia antes da cimeira e já acima citado, fala ainda do papel de Durão classificando-o de “secundário” Este pequeno excerto, da notícia já

²⁰ Não menciona o autor, Guerra depois das Lajes. *Expresso*. 15.03.2003

²¹ Estevão Gago da CÂMARA, Uma Base para outras guerras. *Expresso*. 22.03.2003

²² Ângela SILVA, Sampaio pela paz com Durão. *Expresso*. 15.03.2003

acima citada, é exemplo disso: **“O papel secundário de Barroso na cimeira motivou ontem fortes críticas da oposição,** tanto mais que as agências internacionais citavam fontes da Casa Branca que ignoravam, pura e simplesmente, a presença do PM português no encontro.”²³.

Num artigo de opinião escrito por José António Saraiva²⁴, a posição de Durão Barroso foi, indirectamente, bastante enaltecida: No excerto o autor, fala da boa atitude do Governo Português, relativamente ao Iraque, fazendo com que a menção ao primeiro-ministro, seja indirecta: **“Deve concluir-se que o Governo português tem conduzido bem a questão do Iraque. Não ficou de fora das grandes decisões, antes teve uma voz activa.** Não deixou a Espanha tomar conta sozinha do palácio ibérico. **Revalorizou o papel das Lajes.** Colocou-se em boa situação para ser uma placa giratória entre os Estados Unidos, a Europa e a África, sobretudo Angola. **E conseguiu fazer tudo isto nunca transpondo a fronteira que o bom senso impunha,** ou seja, não surgindo como um aliado dos Estados Unidos na guerra mas apenas como um país amigo. **Melhor era difícil.”**²⁵ Este artigo, talvez por ser de opinião, difere um pouco das conclusões retiradas das notícias acima citadas. José António Saraiva, afirma que o Governo Português, representado por Durão Barroso, “teve uma voz activa” nas “grandes decisões”. Em notícias, já acima mencionadas, o papel de Barroso, representante do Governo Português é reduzido ao de anfitrião. Portanto, existe uma incongruência entre as notícias dadas pelo *Expresso* e a opinião do seu director.

“O *Público* sendo menos de direita que o *Expresso* tratou a figura de Durão de maneira diferente?”, era uma outra sub hipótese, inerente à primeira hipótese de investigação. Após os resultados analisados, é possível confirmar que o *Público* tem uma abordagem diferente à figura de Durão Barroso em relação ao *Expresso*. Acredita-se, no entanto, que tal abordagem não se deve ao facto da sua linha editorial ser menos de direita. A figura de Durão Barroso, neste jornal, quase nunca é negativizada, salvo alguns artigos de opinião que não são da responsabilidade da linha editorial dos jornais. Ao contrário de *Expresso* que nas suas notícias, quer na semana antecedente e na semana precedente à cimeira das Lajes, indica sempre Durão Barroso como o anfitrião da cimeira, o *Público* após a cimeira relata os esforços feitos pela diplomacia

²³ Não menciona o autor, Guerra depois das Lajes. *Expresso*. 15.03.2003

²⁴ José António Saraiva é arquitecto de formação. Contudo antes da conclusão do seu curso já exercia as funções de jornalista. Em 1985 foi nomeado director do semanário *Expresso*, cargo que manteve até 2006. No ano seguinte, em 2007 lançou o semanário *Sol*, do qual é director.

²⁵ José António SARAIVA, Portugal e o Presente. *Expresso*. 22.03.2003

portuguesa e refere, também que o papel de Durão acabou por ter mais relevância do que a de um simples anfitrião.

No que concerne à segunda hipótese: “Durão foi mais que um simples anfitrião?”, é possível dizer, que esta já tem vindo a ser respondida ao longo da análise da primeira hipótese e das respectivas sub hipóteses. Contudo é, ainda, necessária uma pequena análise desta hipótese. Como tem vindo a ser comprovado, todos os jornais mencionam Durão Barroso como o anfitrião da cimeira. Contudo, tal análise não é tão linear em duas das publicações. Num dos seus artigos²⁶, já acima analisado, o *The Washington Times* inclui Durão Barroso nas decisões tomadas na cimeira e não se refere ao primeiro-ministro como um simples anfitrião. Contudo este é o único artigo do jornal que inclui um único excerto, acerca da participação activa de Durão na cimeira. A maioria dos artigos do *The Washington Times*, sobre a cimeira, nem menciona a presença do primeiro-ministro português no encontro. Já o *Público* modifica claramente o seu discurso depois da cimeira no que diz respeito ao papel de Durão Barroso. Antes, da cimeira, o próprio primeiro-ministro português afirmava que marcaria presença, mas que o encontro seria entre os três líderes dos E.U.A., Reino Unido e Espanha: **“Tal como o primeiro-ministro referiu, este «associa-se» a uma iniciativa que é «a três»** pois trata-se dos países que apresentaram uma resolução comum no Conselho de Segurança da ONU dando um prazo, até segunda-feira, a Saddam Hussein para colaborar com as Nações Unidas.”²⁷. Após a cimeira das Lajes, foi comprovado que o primeiro-ministro português teve um papel mais importante do que anfitrião da cimeira como já foi indicado num artigo acima mencionado.²⁸ Ao assinar as duas declarações que saíram da cimeira das Lajes, Durão Barroso adquiriu o estatuto de um líder que teve algum poder de decisão sobre o que foi discutido na cimeira. Apesar de tal estar somente noticiado numa publicação, é legítimo afirmar que Durão Barroso foi mais que um anfitrião. As próprias declarações, a declaração sobre a crise iraquiana e a *Declaração da Cimeira do Atlântico - Compromisso para a Solidariedade Transatlântica*, são prova disso.

²⁶ U.S., Britain, Spain to hold Iraq summit. *The Washington Times*. 14.03.2003 in <http://www.washingtontimes.com/news/2003/mar/14/20030314-085927-2287r/?page=all>

²⁷ Maria José OLIVEIRA e Helena PEREIRA, Cimeira não fará “nenhuma declaração de guerra” ao Iraque. *Público*. 15.03.2003

²⁸ Teresa de SOUSA, Durão Barroso foi mais que um simples anfitrião. *Público*. 17.03.2003

A terceira hipótese pretende aferir de que modo a cimeira é retratada. Oficialmente quase todos os jornais, excepto o *The Washington Times*, citam a mesma declaração de Durão Barroso. Na altura, para o primeiro-ministro português, a cimeira é vista como a “**uma última tentativa diplomática para encontrar uma solução pacífica para a crise**”²⁹.

O *The Washington Times*, não menciona as declarações de Durão, mas publicou um artigo com o título “Meeting seen as symbolic”³⁰. No excerto desse mesmo artigo é possível confirmar como a cimeira é retratada: “**President Bush's meeting today with Prime Ministers Tony Blair of Britain and Jose Maria Aznar of Spain is shaping up as more a symbol of determination** than an 11th-hour quest for a diplomatic miracle.” Neste artigo a cimeira retratada como uma “símbolo de determinação” e não um último pedido para uma solução diplomática, uma vez que a guerra já estaria iminente.

Para além das declarações do primeiro-ministro português, o *The New York Times*, também teve em consideração a opinião do Governo iraquiano: “**The information minister, Mohammed Said al-Sahhaf, described the Azores meeting as "a summit of outlaws" and "war merchants"** who had failed to produce any proof that Iraq had banned weapons.”³¹ Neste artigo a cimeira é classificada, pelo ministro da informação iraquiano de “cimeira dos fora da lei” e dos “negociadores da guerra”. Como seria de esperar no Iraque a realização da cimeira foi bastante criticada.

O *The New York Times*, dedica ainda uma pequena notícia sobre as três moções de censura apresentadas pelos maiores partidos da oposição ao Governo português: A publicação norte-americana relata a opinião dos partidos da oposição, descrevendo que a cimeira “started the countdown to war on Iraq”³². O excerto da notícia comprova isso mesmo: “All three left-

²⁹ Maria José OLIVEIRA e Helena PEREIRA, Cimeira não fará “nenhuma declaração de guerra” ao Iraque. *Público*. 15.03.2003

³⁰ Meeting seen as symbolic. *The Washington Times*. 16.03.2003 in <http://www.washingtontimes.com/news/2003/mar/16/20030316-090043-4377r/>

³¹ John F. BURNS, In Iraqi Capital, People Prepare for the Conflit. *The New York Times*. 18.03.2003 in <http://www.nytimes.com/2003/03/18/international/middleeast/18BAGH.html>

³² Não menciona o autor, THREATS AND RESPONSES: Briefly Noted; FACING CENSURE IN PORTUGAL. *The New York Times*. 19.03.2003 in <http://www.nytimes.com/2003/03/19/world/threats-and-responses-briefly-noted-facing-censure-in-portugal.html>

wing opposition parties -- the Socialists, the Communists and the radical Left Block -- said **they would submit censure motions later this month because the government had linked Portugal to a war by agreeing to stage a meeting of the United States, Britain and Spain on the Azores that started the countdown to war on Iraq.**”

Para além de citar as já mencionadas declarações de Durão acerca da cimeira, o *Público* classifica-a, numa notícia, como “**destinada a encenar o último gesto de diplomacia** antes de uma guerra, considerada já como praticamente inevitável, contra o Iraque.”³³ Tal definição assemelha-se à descrição que o *The Washington Times* fez do encontro, já acima citada, considerando-o como simbólico a nível diplomático, pois seria inevitável uma intervenção militar: “the leaders' gathering at the Azores islands in the Atlantic would remind the world and particularly France that the United States, Britain and Spain head a coalition ready to act soon against Iraq.”³⁴ Neste mesmo artigo do Público é questionado até onde poderá ir a declaração (que eventualmente acabaram por ser duas) saída da cimeira e como esta poderá ser vista: “**A dúvida está em saber até que ponto irá a declaração final da cimeira. Lisboa deseja que ela não vá ao ponto de ser lida como uma declaração de guerra.** Mas já restam poucas dúvidas de que será uma declaração “musculada” da qual se pretende que saia um derradeiro e muito explícito aviso a Saddam Hussein de que o seu tempo está esgotado... ou praticamente esgotado.” No entanto, alguns líderes da oposição acabaram por atribuir ao encontro a expressão “**cimeira da guerra**”³⁵. Serve de exemplo José Ferro Rodrigues, o, então, líder do PS, o maior partido da oposição. É possível também encontrar tal expressão no texto da moção de censura do PCP: “ O PCP critica o «envolvimento irresponsável» do Governo pela «**disponibilização do território nacional para a cimeira da guerra**».”³⁶

³³ Teresa de SOUSA, Cimeira dos Açores vai avisar Saddam que o seu tempo está quase esgotado. *Público*. 16.03.2003

³⁴ Meeting seen as symbolic. *The Washington Times*. 16.03.2003 in <http://www.washingtontimes.com/news/2003/mar/16/20030316-090043-4377r/>

³⁵ Maria José OLIVEIRA, Ferro Rodrigues diz que participação de Durão Barroso é “inqualificável”. *Público*. 17.03.2003

³⁶ Nuno Sá LOURENÇO e Helena PEREIRA, Moções de censura debatidas dia 26. *Público*. 20.03.2003

Numa pequena notícia, o *Público* relata a opinião da imprensa da Jordânia, um dos países que tem fronteira com o Iraque, sobre a cimeira das Lajes. “A cimeira da «aliança transatlântica» nas Lajes não ganhou as simpatias da imprensa de Amã. **Num editorial ácido, o jornal de língua inglesa «Jordan Times» escreve que a reunião dos Açores «não foi um ultimato ao Iraque – foi um ultimato ao mundo». E arrisca-se a ficar na história como «um dos momentos mais baixos de sempre da diplomacia».**”³⁷ À semelhança do *The New York Times*, que registou as declarações do ministro de informação iraniano, acima referidas, também o *Público* relatou de que forma a cimeira era retratada, pela imprensa, num outro país do Médio Oriente. Tal como no Iraque, também na Jordânia a cimeira das Lajes foi bastante criticada.

No editorial do dia 17 de Março, José Manuel Fernandes³⁸ analisa a cimeira da seguinte forma: “**É bom recordar estes passos, antes de analisar o significado da cimeira das Lajes entre os líderes dos Estados Unidos, Reino Unido, Espanha e Portugal. O resultado dessa cimeira não foi, como alguns precipitadamente anteviram, uma declaração de guerra:** foi dar mais 24 horas aos esforços diplomáticos. Mas só mais 24 horas.”³⁹ Ao contrário de algumas definições acima mencionadas, para José Manuel Fernandes, a cimeira esteve longe de ser considerada uma declaração de guerra. é possível concluir que o *Público* retratou maioritariamente a cimeira, como um último gesto diplomático, mas teve em consideração as opiniões contrárias a tal.

O *Expresso*, num dos seus artigos, menciona a opinião do Governo Regional dos Açores em relação à cimeira, contudo não aprofunda muito o assunto, centrando-se mais no Acordo de Cooperação como os E.U.A., que envolve a Base das Lajes: “**Esta semana, no Parlamento Regional, a discussão sobre a realização da Cimeira dos Açores foi acesa e dividiu os partidos**, mas se existe matéria consensual na política açoriana é a consideração de que o actual Acordo de Defesa e Cooperação com os EUA «não serve» (...) **A Cimeira das Lajes e a presente crise internacional ditaram o fim do tempo de «tréguas» entre a Região e o país**

³⁷ Adelino GOMES, Açores: “O pior de sempre”. *Público*. 18.03.2003

³⁸ José Manuel Fernandes iniciou-se no jornalismo ao mesmo tempo que tirava o curso de Biologia. Passou por vários jornais e na década de 80 ingressou no *Expresso*. Fez parte do grupo de jornalista que saiu do *Expresso* e fundou o *Público* em 1990. Foi seu director de 1998 a 2009. Actualmente mantém uma coluna no *Público* denominada *Extremo Ocidental*.

³⁹ José Manuel FERNANDES, As últimas 24 horas. *Público*. 17.03.2003

sobre esta matéria.”⁴⁰. Tal não foi feito pelo *Público* e como seria de esperar pelos jornais norte-americanos.

O semanário não refere, directamente, a opinião da oposição do Governo português sobre a cimeira, mas registou a opinião de uma fonte diplomática acerca desse encontro nas Lajes: “Uma fonte diplomática ouvida pelo EXPRESSO em Nova Iorque classificou todavia o encontro como **“uma cimeira de guerra e não de paz”**. **“Por que iria Bush encontrar-se com líderes que defendem a guerra se quisesse negociar a paz?”**, interrogou-se a mesma fonte.”⁴¹. Para esta fonte, a cimeira só poderia significar uma declaração de guerra. Esse tipo de classificação também foi utilizada pelos partidos da oposição, como aferimos anteriormente, nos excertos do jornal *Público*. Os outros jornais não utilizaram este tipo de fontes para classificar a cimeira.

Num artigo de opinião, no *Expresso*, Manuel Alegre⁴² utiliza a expressão “cimeira da guerra” e considera que o encontro nos Açores foi um **“conspiração contra a ONU”**. Conclui-se, que no *Expresso*, a maioria das fontes ouvidas considera a cimeira uma declaração de guerra. É importante referir um artigo de opinião de José António Saraiva, já acima mencionado na primeira hipótese de investigação⁴³. Nesse mesmo artigo ou autor afirma que o papel das Lajes, devido à cimeira, foi revalorizado, contrariamente à maioria das opiniões registadas pelo semanário.

Em suma, é possível aferir que a cimeira foi oficialmente retratada como a última decisão diplomática e que quase todos os jornais o referem, à excepção do *The Washington Times* que só classifica o encontro numa única notícia referindo-o como simbólico.⁴⁴ Os restantes jornais, não se ficaram pelas declarações oficiais e quiseram saber a opinião do Iraque e da Jordânia, como foi o caso do *The New York Times* e do *Público*, respectivamente. O diário português também

⁴⁰ Estevão Gago da CÂMARA, Uma Base para outras guerras. *Expresso*. 22.03.2003

⁴¹ Não menciona o autor, Guerra depois das Lajes. *Expresso*. 15.03.2003

⁴² Manuel Alegre é um escritor e político português. Em 1956 ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e no ano seguinte tornou-se militante do Partido Comunista. Foi para Paris em 1964 e abandonou o Partido Comunista em 1968. Regressa a Portugal em 1974 e ingressa no Partido Socialista do qual é dirigente nacional.

⁴³ José António SARAIVA, Portugal e o Presente. *Expresso*. 22.03.2003

⁴⁴ Meeting seen as symbolic. *The Washington Times*. 16.03.2003 in <http://www.washingtontimes.com/news/2003/mar/16/20030316-090043-4377r/>

registrou as declarações dos partidos da oposição e o norte-americano *The New York Times* também fez uma pequena menção à opinião da oposição portuguesa em geral. Já o *Expresso* optou por registar a opinião do governo Regional dos Açores e de uma fonte diplomática. Após a análise dos excertos, conclui-se, que retirando a explicação oficial, o encontro nos Açores foi retratado, maioritariamente, como “a cimeira da guerra”.

A partir da terceira hipótese de investigação os artigos dos excertos analisados, correspondem ao 2º período, em Junho e Julho de 2004. É importante referir que o *The Washington Times* fica excluído da terceira e quartas hipóteses de investigação pois no 2º período não existem artigos deste jornal relacionados com a investigação.

Com a terceira hipótese de investigação pretende-se saber se passado um ano a cimeira é referida. Nos três artigos analisados do *The New York Times* sobre Durão Barroso e a presidência da Comissão Europeia, apenas um tem um pequeno parágrafo que menciona a cimeira das Lajes: “In March last year, on the eve of the war, Durão Barroso was host to a **summit meeting in the Azores Islands** attended by President George W. Bush and the leaders of Britain and Spain.” Passado um ano também se verifica que o *The New York Times* não muda o seu tratamento no que diz respeito à figura de Durão Barroso e continua a classifica-lo como o anfitrião do encontro.

Em tinta e seis artigos analisados no *Público*, sete mencionam a cimeira das Lajes. A menção da cimeira está relacionada, em todos os artigos, com a barreira colocada por Espanha, mais propriamente pelo seu primeiro-ministro, José Luis Rodríguez Zapatero, à candidatura de Durão Barroso, uma vez que este participou na cimeira. É possível verificar isso mesmo através dos seguintes excertos: “Durão Barroso emergiu nos últimos dias como o candidato mais sério à sucessão de Romano Prodi na presidência da Comissão Europeia, **um cenário que apenas parece ser posto em causa pelas reservas de Espanha relativamente à sua participação na “cimeira da guerra” dos Açores em 2003.**”⁴⁵; “No entanto e de acordo com os diplomatas de vários países europeus, o primeiro-ministro espanhol José Luiz Rodriguez Zapatero fez, desde logo, saber – com uma firmeza considerada surpreendente – que **não poderia aceitar um líder que aparece ao lado do seu antecessor, José María Aznar, do Presidente americano George W. Bush, e do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, na cimeira dos Açores em que foi**

⁴⁵ Isabel Arriaga e CUNHA, Durão Barroso emerge como o grande favorito à sucessão de Romano Prodi. *Público*. 22.06.2004

decidida a intervenção no Iraque.⁴⁶ O assunto da cimeira simplesmente é referido e não é muito aprofundado.

Também o *Expresso* menciona a cimeira, num único artigo, pelas mesmas razões. “Entre a diplomacia europeia, só um problema se destacava: **o seu papel de anfitrião da cimeira dos Açores**, em que Bush, Blair e Aznar lançaram um ultimato a Saddam Hussein.”⁴⁷. À semelhança, do jornal norte-americano *The New York Times*, o *Expresso* passado um ano, também continua a classificar Durão Barroso como anfitrião do encontro nos Açores.

Relativamente a esta terceira hipótese de investigação, chegou-se à conclusão, pela análise dos excertos, que a cimeira é mencionada passado uma ano, mas o assunto não é aprofundado. Os jornais portugueses, simplesmente se referem ao encontro como sendo uma justificação da oposição do primeiro-ministro espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, à candidatura de Durão Barroso a presidente da Comissão Europeia.

A quarta e última hipótese de investigação, pretende aferir se a participação de Durão Barroso na cimeira influenciou de algum modo a sua candidatura à presidência da Comissão Europeia. Como foi verificado anteriormente, o único país que manifestou alguma resistência à candidatura de Durão por causa da cimeira, foi Espanha. Antes de se proceder à análise dos excertos relevantes é necessário um pouco de contextualização. O candidato escolhido, unanimemente, pelos vinte e cinco países pertencentes à União Europeia, na época, foi Jean Claude Junker. Junker recusou o cargo pois exercia o seu segundo mandato como presidente do Luxemburgo e tinha prometido aos cidadãos manter-se no cargo até ao fim do seu mandato.⁴⁸ Após a recusa de Juncker, países como a França e Alemanha apoiaram a candidatura de Guy Verhofstadt, o primeiro-ministro belga. Contudo tal, candidatura foi vetada pelo Reino Unido. Tony Blair decidiu apoiar o britânico Chris Patten, comissário europeu. Desta vez foram França e Alemanha que decidiram vetar a candidatura do britânico.⁴⁹ Sendo assim, o nome de Durão

⁴⁶ Isabel Arriaga e CUNHA, Candidatura de Barroso consensual em Bruxelas. *Público*. 26.06.2004

⁴⁷ Beatriz NAVARRO, O salto inesperado de Barroso. *Expresso*. 03.07.2004

⁴⁸ Cf. Isabel Arriaga e CUNHA, Durão Barroso emerge como o grande favorito à sucessão de Romano Prodi. *Público*. 22.06.2004

⁴⁹ *Ibidem*

Barroso começou a ganhar alguma visibilidade entre os cinco para ser candidato á presidência da Comissão Europeia.⁵⁰

Através das notícias analisadas não foi possível averiguar se a participação de Durão Barroso na cimeira das Lajes influenciou a sua candidatura à Comissão Europeia. No entanto, a partir de alguns excertos de duas notícias, uma do Público e outra do Expresso, é registado o apoio de Tony Blair, um dos líderes que participou na cimeira, ao primeiro-ministro português: **“Apoiada nomeadamente pelo primeiro-ministro britânico, Tony Blair, a candidatura portuguesa foi fazendo o seu caminho ao longo dos dois dias da cimeira,** depois de ter ficado claro que nenhum dos dois – o primeiro-ministro belga, Guy Verhofstadt, e o comissário europeu britânico Chris Patten – conseguiria obter um consenso.”⁵¹; **“Com Verhofstadt e Patten fora da corrida, a candidatura de Barroso foi ganhando força. O PPE apoiava-o – o seu nome já tinha sido referido na reunião do partido dois meses antes – e Londres estava a mexer os cordelinhos.** Entre a diplomacia europeia, só um problema se destacava: o seu papel de anfitrião da cimeira dos Açores, em que Bush, Blair e Aznar lançaram um ultimato a Saddam Hussein.”⁵². Contudo, tal não é suficiente para aferir se Tony Blair teve qualquer tipo de influência na candidatura de Durão Barroso e se esse apoio está relacionado com a participação dos dois líderes na cimeira. Pelo que, ao contrário das anteriores hipóteses de investigação, esta não conseguiu ser respondida de nenhuma maneira.

Para além da análise dos excertos de notícias com a finalidade de tentar responder às hipótese de investigação, foi também mencionado que se ira avaliar os valores-notícia – os critérios substantivos, segundo Nelson Traquina. No que concerne aos excertos das notícias analisados, um valor que se destaca nesta investigação é o valor da proximidade. Acerca deste valor-notícia Traquina dá o seguinte exemplo: “Um acidente de viação com duas vítimas mortais em Cascais poderá ser notícia de um jornal em Lisboa, e, possivelmente, com maior dificuldade, num jornal do Porto, mas dificilmente num país estrangeiro.” (TRAQUINA, 2007:188). No que diz respeito às notícias analisadas é possível verificar que as publicações portuguesas têm mais notícias acerca de Durão Barroso do que as publicações norte-americanas. Tal facto está então relacionado com o valor da proximidade. Uma vez que Durão Barroso era o primeiro-ministro de Portugal, obviamente que será mais referenciado nos jornais portugueses.

⁵⁰ Ibidem

⁵¹ Ibidem

⁵² Beatriz NAVARRO, O salto inesperado de Barroso. *Expresso*. 03.07.2004

A novidade também é um outro valor-notícia presente nos dois períodos de análise. “Para os jornalistas, uma questão central é, precisamente o que há de novo. Devido á importância deste valor notícia, o mundo jornalístico interessa-se muito pela primeira vez.” (TRAQUINA, 2007:189). É possível concluir que as notícias dos dois temas centrais de análise: “A Cimeira das Lajes” e “Durão Barroso e a presidência à Comissão Europeia” continham sempre factos novos e algo a acrescentar ao assunto. Nunca nenhuma notícia era igual a outra.

Seguidamente, o valor a referir é o da relevância. Para Traquina este valor “responde à preocupação de informar o público dos acontecimentos importantes, porque tem impacto sobre a vida das pessoas, determinando a forma como a noticiabilidade tem a ver com a capacidade de incidência do acontecimento sobre essas pessoas, sobre as regiões, sobre os países.” (TRAQUINA, 2007:189). A cimeira das Lajes foi um acontecimento relevante e decisor no que diz respeito à intervenção no Iraque. Tal acontecimento teve impacto, para os países dos líderes que participaram na cimeira (exceptuando Portugal todos os outros países enviaram tropas) e, principalmente, também para o Iraque que passados apenas quatro dias da cimeira foi bombardeado pelos E.U.A. No que diz respeito ao segundo período o assunto e análise foi “Durão Barroso e a presidência à Comissão Europeia”, também este assunto tem impacto não só em Portugal mas também em todos os países abrangidos pela União Europeia. Inclusive, o jornal norte-americano *The New York Times* dedicou três notícias a este tema, pois tal assunto também influencia toda a comunidade internacional.

O valor-notícia tempo também se encontra presente ao longo dos artigos analisados. Como afirma Traquina “o trabalho jornalístico é (...) uma actividade prática onde os jornalistas lutam constantemente contra a tirania do factor tempo.” (TRAQUINA, 2007:191). Tal é possível comprovar, uma vez que no primeiro período de análise o dia antecedente à cimeira e o próprio dia do encontro foram aqueles que tiveram mais artigos publicados nos três jornais diários. O tempo, ou seja a actualidade do acontecimento, foi um factor determinante para aferir tal resultado. Notícias que envolviam possíveis detalhes, a preparação e a explicação do encontro no Açores, teriam de ser publicados dias antes, ou no próprio dia, antes do encontro, como foi o caso, e não depois. No entanto, “o factor tempo é um valor-notícia numa terceira forma: um entendimento desse como uma forma mais estendida ao longo do tempo. Devido ao seu impacto na comunidade jornalística, um assunto ganha noticiabilidade e permanece como assunto com valor-notícia durante um tempo mais dilatado.” (TRAQUINA, 2007:190). O assunto da cimeira das Lajes ainda permaneceu com valor-notícia, pelo menos uma semana (que foi o período analisado) após o acontecimento. Relativamente ao segundo período só é possível verificar a

“terceira forma” do valor-notícia tempo. Mesmo após Durão Barroso ter sido nomeado “presidente indigitado” da Comissão Europeia, o assunto ainda se prolonga, pelo menos, por mais uma semana.

A notabilidade, “a qualidade de ser visível” (TRAQUINA, 2007:190) também consta nos artigos analisados “O valor-notícia da notabilidade alerta-nos para a forma como o campo jornalístico está sobretudo virado para a cobertura de acontecimentos e não tanto para problemáticas. (...) Os acontecimentos são concretos, delimitados no tempo, e mais facilmente observáveis.” (TRAQUINA, 2007:191). A cimeira das Lajes foi um acontecimento com cobertura mediática nacional e internacional que teve bastante visibilidade e por consequência, notabilidade. No segundo período, como é de esperar, a notabilidade também está presente. A candidatura de Durão Barroso, e mais tarde, a sua nomeação a presidente da Comissão Europeia teve também bastante visibilidade, principalmente, como dito anteriormente, nos vinte e cinco países que na altura pertenciam à União Europeia. Naquele momento quase toda a imprensa europeia estava atenta à figura de Durão Barroso.

A “notoriedade do agente principal do acontecimento é outro valor-notícia fundamental para os membros da comunidade jornalística.” (TRAQUINA, 2007:188). Este valor-notícia também se encontra presente nos artigos analisados. No primeiro período de análises os agentes principais são os quatro líderes que participam na cimeira das Lajes, George W. Bush, Tony Blair, José María Aznar e Durão Barroso. Têm notoriedade, principalmente, devido ao cargo que ocupam: Chefes de Governo do seu país. Durão Barroso, como explicado anteriormente na análise dos excertos de algumas notícias, não foi tão mencionado. Traquina afirma ainda que “a celebridade ou a importância hierárquica dos indivíduos envolvidos no acontecimento tem valor como notícia (...) o nome e a posição da pessoa são importantes como factor de noticiabilidade.” (TRAQUINA, 2007:188). É necessário referir que os jornais norte-americanos destacaram mais a notoriedade dos líderes dos E.U.A., Reino Unido e Espanha, uma vez que estes eram membros do Conselho de Segurança e estavam a tentar obter o apoio dos 15 membros para a aprovação de uma nova Resolução que os permitisse invadir militarmente o Iraque.⁵³

Relativamente ao segundo período de análise, “Durão Barroso e a Presidência da Comissão Europeia”, a notoriedade também se encontra presente. Desta vez Durão Barroso é considerado para ocupar um outro cargo, o de Presidente da Comissão Europeia. É possível

⁵³ Warren HOGUE, U.S., Britain and Spain to Make Final Push for U.N. Support. *The New York Times*. 16.03.03

aferir que a partir deste momento, a figura de Durão Barroso adquiriu um outro nível de notoriedade mediática. Durão Barroso irá passar de primeiro-ministro de Portugal a Presidente da Comissão Europeia. Tal ocupação influencia principalmente a comunidade Europeia mas também a internacional.

O último valor, conflito/controvérsia encontra-se presente no primeiro período de análise. A cimeira das Lajes foi um encontro para tentar solucionar uma última vez, a nível diplomático, a situação do Iraque⁵⁴. Do encontro do Açores saiu um aviso de 24 horas ao Conselho de Segurança para decidirem se aceitam as condições do ultimato a Saddam Hussein escritas num projecto de resolução assinado pelos líderes dos E.U.A. Reino Unido e Espanha. Se não existir qualquer mudança de posição nos membros do Conselho de Segurança, contra a invasão do Iraque, os E.U.A. iram de qualquer modo, intervir militarmente no país.⁵⁵ É possível aferir que o conflito reside entre os países, membros do Conselho de Segurança a favor da intervenção militar no Iraque e os membros do Conselho que estão contra.

Foi proposto também averiguar se as teorias de acção política se confirmam. Ao analisar todos os artigos, chegou-se á conclusão que tal teoria não é confirmada. Não existe qualquer indício de que os media foram utilizados como um instrumento para servir determinados interesses político. As publicações portuguesas, inclusive, dão espaço a artigos de opinião que contrariam os interesses políticos. Serve de exemplo no primeiro período um artigo de opinião do *Público* de Miguel Sousa Tavares⁵⁶, onde o jornalista critica a posição tomada por Durão Barroso na cimeira das Lajes.⁵⁷ No segundo período de análise, Ana Gomes⁵⁸ critica a

⁵⁴ Maria José OLIVEIRA e Helena PEREIRA, Cimeira não fará “nenhuma declaração de guerra” ao Iraque. *Público*, dia 15.03.2003

⁵⁵ Teresa SOUSA, Para Bush e os seus aliados hoje “é o momento da verdade”. *Público*. 17.03.2003

⁵⁶ Miguel Sousa Tavares é um jornalista e escritor português. Iniciou a sua colaboração no jornal *Público*, em 1990, com uma crónica semanal. Actualmente tem uma coluna semanal no *Expresso*.

⁵⁷ Miguel Sousa TAVARES, George. *Público*. 21.03.2003

⁵⁸ Ana Gomes é uma jurista e política portuguesa. Licenciou-se em Direito em 1979. Iniciou a sua carreira diplomata em 1980. Desde 2002 é membro da Comissão Nacional e da Comissão Política do Partido Socialista. Fez parte do Secretariado Nacional nos anos de 2003 e 2004. Em 2003 abandonou a carreira diplomata e foi eleita deputada ao Parlamento Europeu em 2004 e 2009.

candidatura de Durão Barroso à Comissão Europeia num artigo de opinião escrito no semanário *Expresso*.⁵⁹

Análise e comparação dos resultados

A análise e comparação dos resultados quantitativos serão feitas critério a critério. Sempre que necessário, será referido a relação entre os critérios e entre a análise de discurso, efectuada anteriormente. Para o auxílio à compreensão dos resultados todos os critérios, à excepção do primeiro, terão uma tabela com as respectivas percentagens. De forma a não ultrapassar o número limite de páginas, os gráficos dos critérios encontram-se nos anexos.

Critério 1 | Notícia de primeira página

1º Período: 09.03.2003 a 23.03.2003

Público	
Notícia de capa	7
Destaque	4
Simples menção	3

No jornal *Público* das cinquenta e três notícias analisadas neste período, apenas sete foram notícia de primeira página. Sendo que quatro estavam em destaque e três apenas tinha uma simples menção na capa do jornal. Das sete notícias, apenas uma fala directa e totalmente sobre a cimeira das Lajes⁶⁰. As 5 restantes mencionam as decisões dos líderes da cimeira e a relação do Primeiro-ministro com o Presidente, sendo que o tema da cimeira está presente mas não tem relevância no título. Um último artigo, acima já mencionado, tem uma pequena menção de capa

⁵⁹ Ana GOMES, O presidente da Comissão e o comissário de Portugal. *Expresso*. 03.07.2004

⁶⁰ Maria José OLIVEIRA e Helena PEREIRA, Cimeira não fará “nenhuma declaração de guerra” ao Iraque. *Público*, dia 15.03.2003

e é um artigo de opinião de Miguel Sousa Tavares acerca da posição de Durão Barroso na cimeira das Lajes.⁶¹

Expresso	
Notícia de capa	1
Destaque	0
Simples menção	1

O *Expresso* tem uma amostragem para análise inferior à do jornal *Público*. Vinte artigos do *Expresso* e cinquenta e três do *Público*. No *Expresso*, apenas se encontrou uma notícia de capa, neste primeiro período. *Guerra depois das Lajes*⁶² foi a notícia colocada na capa no jornal no dia 15.03.2003. O *Expresso* fez uma pequena menção ao artigo direccionando o leitor para a última página, onde o podia ler por inteiro, não lhe atribuindo muita relevância.

2º Período: 22.06.2004 a 06.07.2004

Público	
Notícia de capa	5
Destaque	5
Simples menção	0

No segundo período, de trinta e seis artigos do *Público*, cinco foram notícia de capa e encontravam-se em destaque. Todas as notícias são sobre Durão Barroso, a presidência da UE e a sua demissão. Uma notícia em destaque aborda o tema da cimeira das Lajes incluindo-o, indirectamente, no subtítulo: *Durão Barroso cada vez mais favorito para a Presidência da*

⁶¹ Miguel Sousa TAVARES, George. *Público*. 21.03.2003

⁶² O autor não é mencionado, *Expresso*. 15.03.2003

*Comissão Europeia – As maiores reservas vêm de Zapatero, por causa do apoio à guerra no Iraque*⁶³.

Expresso	
Notícia de capa	1
Destaque	1
Simples menção	0

Dos vinte artigos analisados, à semelhança do primeiro período, o jornal *Expresso* apenas tem uma notícia de capa. *Santana substitui Durão*⁶⁴ é uma notícia de destaque, e na própria capa foi-lhe dedicado quatro parágrafos. A notícia faz referência à mudança de governos e da possível ida de Durão Barroso para Bruxelas. Não menciona o tema da cimeira das Lajes.

É importante referir, novamente, que este critério apenas abrange os jornais impressos, uma vez que capas de jornais não se inserem nos conteúdos *online*.

Critério 2 | Assunto

1º Período: 09.03.2003 a 23.03.2003

The New York Times: Assunto		Percentagem
Notícias que mencionem a cimeira das Lajes	19	79%
Notícias que mencionem Durão Barroso	5	21%

Relativamente ao jornal *The New York Times* podemos confirmar, através da tabela e do gráfico, que o assunto mais presente é a cimeira das Lajes, com vinte e duas notícias. Segue-se assunto Durão Barroso que está presente em sete artigos. É possível concluir, tal como na análise qualitativa, que o jornal deu mais importância à cimeira das Lajes que à figura de Durão Barroso.

⁶³ Isabel Arriaga e CUNHA, Durão Barroso cada vez mais favorito para a Presidência da Comissão Europeia – As maiores reservas vêm de Zapatero, por causa do apoio à guerra no Iraque. *Público*. 22.06.2004

⁶⁴ O autor não é mencionado, *Expresso*. 26.04.2004

The Washington Times: Assunto		Percentagem
Notícias que mencionem a cimeira	24	75%
Notícias que mencionem Durão Barroso	8	25%

No *The Washington Times* o assunto mais presente é também o da Cimeira das Lajes. Os artigos que mencionam Durão Barroso são sempre relacionados com a cimeira das Lajes e foram contabilizados oito. Tal como no *The New York Times*, este jornal também deu mais relevo à cimeira das Lajes do que ao primeiro-ministro português.

Público: Assunto		Percentagem
Notícias que mencionem a cimeira das Lajes	34	42%
Notícias que mencionem Durão Barroso	47	58%

Quanto aos jornais portugueses, os resultados foram distintos das publicações norte-americanas. Existem trinta e duas notícias que mencionam a cimeira das Lajes. A figura de Durão Barroso aparece em quarenta e cinco artigos. Como seria expectável, é possível afirmar que contrariamente aos jornais norte-americanos, o *Público* deu mais relevância à figura de Durão Barroso do que ao acontecimento da Cimeira das Lajes.

Expresso: Assunto		Percentagem
Notícias que mencionem a cimeira	8	44%
Notícias que mencionem Durão Barroso	10	56%

No jornal *Expresso* todos os artigos analisados, dez mencionam Durão Barroso. O assunto da cimeira das Lajes aparece em oito artigos. Pode-se aferir, à semelhança dos resultados do *Público* que também o *Expresso* deu mais relevo á figura de Durão do que á cimeira das Lajes.

2º Período: 22.06.2004 a 06.07.2004

The New York Times: Assunto		Percentagem
Notícias sobre Durão e a presidência à CE	3	75%
Notícias que mencionem a cimeira das Lajes	1	25%

Relativamente ao 2º período de análise, a amostragem do *The New York Times* é mínima. Posto isto, o total dos artigos analisados, três, mencionam Durão Barroso. Passado um ano foi encontrado um artigo que menciona o assunto da cimeira das Lajes. Refere-se, novamente, que não existe nenhuma amostragem, deste segundo período, que corresponde aos parâmetros da investigação, para analisar no jornal *The Washington Times*.

Público: Assunto		Percentagem
Notícias sobre Durão e a presidência à CE	36	84%
Notícias que mencionem a cimeira	7	16%

No *Público*, o total de artigos analisados, trinta e seis, referem Durão Barroso e a sua candidatura a presidente da Comissão Europeia. No que diz respeito à cimeira das Lajes, passado um ano, o jornal refere esse assunto em sete dos seus artigos. Conclui-se, deste modo, que apesar da cimeira das Lajes não ter sido esquecida e ter sido mencionada, quantitativamente, o assunto ocupa menos de metade da amostragem analisada.

Expresso: Assunto		Percentagem
Notícias sobre Durão e a presidência à CE	10	91%
Notícias que mencionem a cimeira das Lajes	1	9%

À semelhança do jornal americano *The New York Times*, o *Expresso* apenas menciona num artigo o assunto da cimeira das Lajes. Todos os artigos analisados desta publicação (dez), mencionam Durão e a presidência da Comissão Europeia.

Critério 3 | Género jornalístico

1º Período: 09.03.2003 a 23.03.2003

The New York Times: Género jornalístico		Percentagem
Editoriais	0	0%
Artigos de Opinião	0	0%
Notícias	19	95%
Entrevistas	2	5%
Reportagem	0	0%

Como referido anteriormente, este critério tem como finalidade descobrir a importância e o enfoque dado aos temas de investigação. É possível concluir no *The New York Times*, que quase todos os artigos são notícias, não existindo qualquer artigo de opinião, editorial e até reportagem. Contudo existem duas entrevistas, uma de 14 de Março⁶⁵ e outra a 19 de Março⁶⁶, que o *The New York Times* retirou do site do *Council on Foreign Relations*. Pode-se, então, aferir, que de acordo com este critério, a produção *online* sobre os temas de investigação deste jornal é limitada, uma vez que predomina, quase a 100%, um único género jornalístico.

⁶⁵ Q&A: Are Disarming Iraq and Mideast Peace Connected?, *The New York Times*. 14.03.2003 in <http://www.nytimes.com/cfr/international/backgroundiraq031403.html>

⁶⁶ Q&A: What Happened to Iraq Diplomacy?, *The New York Times*. 19.03.2003 in <http://www.nytimes.com/cfr/international/backgroundiraq2032403.html>

The Washington Times: Género jornalístico		Percentagem
Editoriais	0	0%
Artigos de Opinião	0	0%
Notícias	24	100%
Entrevistas	0	0%
Reportagem	0	0%

No *The Washington Times* os artigos são constituídos na totalidade notícias. Todos os outros géneros jornalísticos são inexistentes.

Público: Género jornalístico		Percentagem
Editoriais	3	5%
Artigos de Opinião	7	13%
Notícias	44	80%
Entrevistas	1	2%
Reportagem	0	0%

Quanto ao género jornalístico, as publicações portuguesas diferem das norte-americanas. A maioria do género jornalístico encontrado no *Público* também foram as notícias. Existem três editoriais sobre o assunto da Cimeira das Lajes e Durão Barroso. Entrevistas existe uma feita a Durão Barroso e publicada um dia depois da cimeira: 17.03.2003. Artigos de opinião foram contabilizados sete. O *Público* deu mais enfoque ao tratamento de informação de forma tradicional (a notícia), a opinião não chegou a ocupar metade dos artigos analisados. Com a entrevista, o *Público* deu grande enfoque à figura do primeiro-ministro português.

Expresso: Género jornalístico		Percentagem
Editoriais	0	0%
Artigos de Opinião	4	40%
Notícias	6	60%
Entrevistas	0	0%
Reportagem	0	0%

No *Expresso* o género jornalístico, notícia, é também aquele que tem mais importância. Na opinião foram contabilizados seis artigos (40%). O *Expresso* não dedicou editoriais, entrevistas e reportagens sobre o assunto da cimeira das Lajes e o papel de Durão Barroso.

2º Período: 22.06.2004 a 06.07.2004

The New York Times: Género jornalístico		Percentagem
Editoriais	0	0%
Artigos de Opinião	0	0%
Notícias	3	100%
Entrevistas	0	0%
Reportagem	0	0%

Ao contrário do primeiro período, o único género jornalístico presente nos artigos do *The New York Times* são as notícias.

Público: Género jornalístico		Percentagem
Editoriais	3	8%
Artigos de Opinião	6	17%
Notícias	27	75%
Entrevistas	0	0%
Reportagem	0	0%

À semelhança do primeiro período de análise, o género jornalístico mais predominante no *Público*, também é a notícia, com vinte e sete artigos (75%). Segue-se a opinião, com 6 artigos (17%) e os editoriais com três (8%). Nos dois períodos, o jornal deu mais relevo às notícias do que a qualquer outro género jornalístico. Também neste período, a opinião ocupa menos de metade dos artigos analisados.

Expresso: Género jornalístico		Percentagem
Editoriais	1	10%
Artigos de Opinião	2	20%
Notícias	7	70%
Entrevistas	0	0%
Reportagem	0	0%

Tal como seria expectável, o *Expresso* também deu mais enfoque ao género jornalístico notícia, tendo sido contabilizado sete artigos (70%). Na opinião a publicação semanal dedicou dois artigos (20%). Dedicou ainda, o editorial *Durão na Europa, histeria em Portugal* ao assunto

Durão Barroso na CE, fazendo uma pequena referência ao seu papel de anfitrião na cimeira das Lajes.⁶⁷

Critério 4 | Secção

1º Período: 09.03.2003 a 23.03.2003

Público: Secção		Percentagem
Espaço Público	10	18%
Destaque	25	45%
Nacional	12	22%
Mundo	8	15%

O *Público* colocou todos os seus artigos de opinião e editoriais na secção Espaço Público, onde foram contabilizados dez artigos. A entrevista realizada a Durão Barroso foi colocada na secção Destaque. No que diz respeito às notícias, as mesmas foram distribuídas pelas restantes secções. A secção com mais artigos, vinte e cinco, é a Destaque. Segue-se a secção Nacional com doze e a secção Mundo com oito. O jornal deu destaque a quase metade dos artigos analisados.

Expresso: Secção		Percentagem
País	4	40%
País/Política	3	30%
Opinião	3	30%

As secções do *Expresso* diferem totalmente das secções do *Público*. Primeiramente o *Expresso* não tem nenhuma secção de destaque. A publicação colocou quatro dos dez artigos revistos na secção País. Três artigos encontram-se na secção opinião e os restantes três estão na secção País/Política. É importante ressaltar que o artigo de opinião *Retórica de Guerra* (Fernando MADRINHA, *Retórica de Guerra* in *Expresso*, dia 22/03/2003, artigo transcrito do

⁶⁷ José António SARAIVA, Durão na Europa, histeria em Portugal. *Expresso*. 03.07.2004

Catálogo da Biblioteca Municipal do Porto) encontra-se não na secção de Opinião, mas sim na secção País, por opção da própria publicação.

2º Período: 22.06.2004 a 06.07.2004

Público: Secção		Percentagem
Espaço Público	9	25%
Destaque	23	64%
Nacional	3	8%
Mundo	1	3%

No segundo período a secção do jornal com mais artigos contabilizados é a secção Destaque com vinte e três artigos. Na secção “Espaço Público” contabilizaram-se nove artigos, seis de opinião e três editoriais. A secção “Nacional” apresenta três artigos e a secção “Mundo” tem apenas um. Novamente, no segundo período, a secção “Destaque” do *Público* foi onde se contabilizaram mais artigos.

Expresso: Secção		Percentagem
Política à Portuguesa (opinião)	1	10%
Opinião	2	20%
País	7	70%
País/Política	0	0%

Neste segundo período de análise, a maioria dos artigos do *Expresso* na secção País. Nesta tabela é apresentada uma nova secção, Política á Portuguesa, que alberga, tal como a secção de “Opinião”, artigos opinativos. Contabilizou-se dois artigos na secção “Opinião”, sendo que um dele é um editorial, e um na secção “Política à Portuguesa”. Não consta nenhum artigo na secção “País/Política”. Tal como no primeiro período de análise a maior dos artigos analisados deste jornal encontra-se na secção País.

Critério 5 | Fontes

1º Período: 09.03.2003 a 23.03.2003

The New York Times: Fontes		Percentagem
Oficial	20	71%
Empresarial	0	0%
Institucional	0	0%
Individual	1	4%
Testemunhal	0	0%
Especializada	0	0%
Referência	7	25%

No que concerne ao critério 5, as fontes mais utilizadas pelo *The New York Times* foram as oficiais. Segundo Schmitz, uma fonte oficial “refere-se a alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios de ofício, companhias públicas etc.)” (SCHMITZ, 2011:9). No que diz respeito à contabilização, a mesma não foi feita por número de artigos uma vez no mesmo artigo era possível encontrar mais do que um tipo de fonte. As fontes oficiais correspondem a 71%. Após estas seguem-se as de referência, com 25%. A fonte de referência “aplica-se à bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta (...) Também servem de fonte, as mídias, como jornais, revistas, audiovisuais e, com a consolidação das tecnologias de informação e comunicação, proliferam as redes sociais (Twitter, Orkut, Facebook, MySpace etc.), portais, sites, blogs, que também produzem conteúdos e servem de fontes de consulta, embora passíveis de distorções” (SCHMITZ, 2011: 12). As fontes individuais foram as menos utilizadas e num universo de 100%, representam 4%. Considera-se uma fonte individual, aquela “que se representa a si mesma. Pode ser uma pessoa comum, uma personalidade política, cultural, artística ou um profissional liberal, desde que não fale por uma organização ou grupo social” (SCHMITZ, 2011: 10). Nenhuma outra fonte foi utilizada por este jornal.

The Washington Times: Fontes		Percentagem
Oficial	20	74%
Empresarial	0	0%
Institucional	0	0%
Individual	2	7%
Testemunhal	0	0%
Especializada	0	0%
Referência	5	19%

Os resultados quantitativos do *The Washington Times*, neste critério, não diferem muito dos resultados do *The New York Times*. As fontes oficiais também se encontram em primeiro lugar neste jornal com 74%. Seguem-se as fontes de referência com 19% e, por fim, as fontes individuais que representam 7%.

Relativamente aos dois jornais, é possível aferir que ambos privilegiam as fontes oficiais, seguidas das fontes referência, onde ambos citam, maioritariamente, outros meios de comunicação e, por fim, as fontes individuais. O *The Washington Times*, tal como o *The New York Times*, não recorreu a mais nenhuma fonte para credibilizar os seus artigos.

Público: Fontes		Percentagem
Oficial	30	52%
Empresarial	0	0%
Institucional	0	0%
Individual	17	29%
Testemunhal	0	0%
Especializada	1	2%
Referência	10	17%

Como já se confirmou em critérios anteriores, os resultados dos jornais portugueses diferem um pouco dos resultados dos jornais americanos. Contudo, o *Público* também utilizou mais as fontes oficiais (52%). Mas ao contrário dos jornais americanos, o jornal utilizou mais fontes individuais (29%) do que de referência (17%). Este jornal também recorreu, uma vez, a uma fonte especializada (2%).

Expresso: Fontes		Percentagem
Oficial	5	50%
Empresarial	0	0%
Institucional	0	0%
Individual	5	50%
Testemunhal	0	0%
Especializada	0	0%
Referência	0	0%

O *Expresso*, nos dez artigos analisados, utilizou dos sete tipos de fontes, apenas duas: as fontes oficiais e as fontes individuais. O semanário utilizou estas duas fontes de forma equilibrada, cada uma foi utilizada cinco vezes (50%)

2º Período: 22.06.2004 a 06.07.2004

The New York Times: Fontes		Percentagem
Oficial	3	100%
Empresarial	0	0%
Institucional	0	0%
Individual	0	0%
Testemunhal	0	0%
Especializada	0	0%
Referência	0	0%

No 2º período, a amostragem do jornal *The New York Times* foi bem menor comparativamente ao 1º período. Sendo assim, nos três artigos analisados, foram somente utilizadas fontes oficiais. Refere-se, mais uma vez, que o *The Washington Times* não tinha notícias do tema de investigação, neste período.

Público: Fontes		Percentagem
Oficial	17	41%
Empresarial	0	0%
Institucional	0	0%
Individual	11	26%
Testemunhal	0	0%
Especializada	0	0%
Referência	14	33%

Neste período o *Público* continua a privilegiar as fontes oficiais (41%). Contrariamente ao 1º período, neste 2º, o jornal utiliza mais fontes de referência (33%) e depois, fontes individuais (26%). É de notar que desta vez, o *Público* não utilizou nenhuma fonte especializada como no período anterior.

Expresso: Fontes		Percentagem
Oficial	6	46%
Empresarial	0	
Institucional	0	
Individual	5	39%
Testemunhal	0	
Especializada	0	
Referência	2	15%

O *Expresso* tal como o *Público*, utilizou mais fontes oficiais (46%) neste 2º período de análise. Seguem-se as fontes e individuais (39%) e, por fim, as de referência (15%). De referir que no 1º período o *Expresso* não utilizou fontes de referência.

Conclusão

Nesta investigação as fontes primárias de informação (notícias), foram cruciais para os primeiros dois capítulos. Visto que se escreveu pouco acerca do tema central abordado nesta dissertação: o Papel de Durão Barroso na Cimeira das Lajes, a utilização de fontes primárias foi uma parte principal destes dois capítulos. Foi possível através destes dois capítulos adquirir um melhor conhecimento acerca dos antecedentes e motivos que levaram à realização da Cimeira das Lajes.

Contudo, a investigação central encontra-se no III e último capítulo. A análise do discurso noticioso foi essencial para se responder às hipóteses de investigação. A maioria das respostas era de certa forma expectável, mas para se chegar a tal conclusão, mesmo que expectável foi necessário esta mesma análise de imprensa realizada no último capítulo. Contudo, para a hipótese de investigação: “A participação na cimeira influenciou de algum modo a candidatura de Durão Barroso à CE?”, a análise de imprensa revelou ser insuficiente, outros elementos investigativos seriam necessários para se responder a tal hipótese.

No que diz respeito à primeiras hipótese de investigação “Qual a importância e tratamento dados pelos jornais, nacionais e internacionais, à figura de Durão Barroso aquando a cimeira?”, foi possível concluir que os jornais portugueses atribuíram mais relevância à figura de Durão Barroso do que os jornais norte-americanos que o tratavam maioritariamente com sendo uma anfitrião.

No que concerne às sub-hipóteses relacionadas com a primeira hipótese, “O *Público* sendo menos à direita que o *Expresso* tratou a figura de Durão de maneira diferente?” e “O *The New York Times*, sendo mais liberal no sentido americano da palavra, tratou a figura de Durão de maneira diferente à do *The Washington Times*?”, chegou-se à conclusão que quer o *Público* quer o *The New York Times* não tratam a figura de Durão Barroso de maneira diferente devido à sua posição política.

Na segunda hipótese “Durão foi mais que um simples anfitrião?” foi provado e defendido a teoria de que o mesmo foi mais do que um mero anfitrião da Cimeira das Lajes. A análise de determinadas notícias e também os dois comunicados saídos da cimeira das Lajes foram essenciais para se chegar a tal conclusão.

Na terceira hipótese “De que modo a cimeira é retratada”, concluiu-se que a Cimeira das Lajes foi oficialmente retratada como a última decisão diplomática, quase todos os jornais o mencionam, à excepção do *The Washington Times* que classifica o encontro numa única notícia, referindo-o como simbólico.

A quarta hipótese “Passado um ano, o assunto da cimeira das lajes ainda é referido?” provou ser verdadeira. Todos os jornais, à excepção do *The Washington Times* que não tinha nenhuma amostragem para o segundo período, mencionava a Cimeira das Lajes em notícias referentes a Durão Barroso e á sua candidatura a presidente da EU. A cimeira das Lajes foi mencionada como sendo uma justificação para a suposta oposição de Espanha relativamente á candidatura de Durão Barroso.

Para além da análise de discurso (parte qualitativa e análise de conteúdo), foi, também, imperativo a análise quantitativa que foi realizada através de certos critérios que permitiam uma análise mais completa. Os resultados quantitativos, serviram para reforçar as hipóteses já respondidas pela análise de discurso noticioso.

No que concerne à análise dos valores notícia substantivo, segundo Nelson Traquina, tal foi essencial para perceber como a notícias estavam estruturadas, complementando assim a análise de discurso. Para além disso foi proposto comprovar-se se as teorias de acção política, descritas por Nelson Traquina, eram viáveis nas notícias analisadas. Foi aferido que tal teoria não consta nas notícias.

Finalmente, é incitado o aprofundamento deste estudo com outras hipóteses de investigação, através de análise de imprensa não só de jornais portugueses e norte-americanos, mas também de publicações espanholas e britânicas que poderão acrescentar algo ao estudo. Sendo que uma hipótese não foi respondida, porque a análise de imprensa revelou ser insuficiente para tal, aconselha-se a utilização de outros elementos e metodologias para a continuação do estudo, como por exemplo, entrevista de forma a obter conclusões nova e diferentes ao tema de estudo.

Bibliografia

A Short History of Lajes Field, Terceira Island, Azores, Portugal: 65th Air Base Wing History Office in <http://www.lajes.af.mil/shared/media/document/AFD-110621-022.pdf>

Aldo António SCHMITZ, *Classificação das fontes de notícias* in Biblioteca Online das Ciências da Comunicação in

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>

Agreement of Defense Cooperation between the U.S.A. and the Kingdom of Spain with Annexes and Notes in <http://madrid.usembassy.gov/about-us/odc/agreement.html#text>; Consultado pela última vez a 22.08.2014.

André Lipp Pinto Basto LUPI. *A Guerra do Golfo: Legalidade e Legitimidade*: Novos Estudos Jurídicos – v.10 – n.2 – p.513-536 jul/dez, 2005 in

<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/410/353>; 20.08.2014.

Andrew Patrick TRAUMANN. *Os falcões pousaram: o papel da ONU no conflito EUA-Iraque (1990-2003)*: Revista Urutaguá – Revista Académica Multidisciplinar – Nº15 – abr./mai./jun./jul, 2008 – Quadrimestral – Maringá – Paraná – Brasil in

<http://www.urutagua.uem.br/015/15traumann.pdf>; Consultado pela última vez a 20.08.2014.

Asociación de Diplomados Españoles en Seguridad y Defensa (ADESyD), *Cultura de Seguridad y Defensa y Asociacionismo en España. Hacia un Proyecto de Asociación*: Instituto Español de Estudios Estratégicos in <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/Varios/ADESyD.pdf>; Consultado pela última vez a 26.08.2014.

Bernardo Pires de LIMA, *A Cimeira das Lajes: Portugal, Espanha e a Guerra do Iraque*. Lisboa: Tinta da China, 2013.

Bruno Manoel Viana ARAÚJO. *Antecedentes da Guerra contra o Iraque baseados em documentos internos das Nações Unidas* in

<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22166-22167-1-PB.pdf>; Consultado pela última vez a 14.08.2014.

Carlos Nahuel ODDONE e Leonardo GRANATO, *Las consecuencias políticas de la participación de España en la Guerra y Reconstrucción de Irak*: Programa de Estudios: Defensa & Seguridad, Working Paper Nº 05 in <http://www.caei.com.ar/sites/default/files/espana.pdf>; Consultado pela última vez a 22.08.2014.

Carta da Nações Unidas in <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm>; Consultado pela última vez a 28.05.2014.

Declaração da presidência sobre o Iraque, em nome da União Europeia Bruxelas, 20 de Maio de 2002, 8884/02 (Presse 143) in

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/cfsp/70670.pdf; Consultado pela última vez a 01.09.2014.

Durão Barroso na Comissão Europeia: Primeiro anuncio em Istambul. *Povo Livre* Nº 1373, 30 de Junho de 2004 in http://www.psd.pt/ficheiros/povo_livre/POVO_LIVRE_30_DE_JUNHO.pdf; Consultado pela última vez a 10.09.2014.

Erica RAMMINGER. *O Conceito de Auto Defesa na Carta da ONU e a Guerra do Iraque* in <http://www.cedin.com.br/static/revistaeletronica/artigos/O%20CONCEITO%20DE%20AUTO%20DEFESA%20NA%20CARTA%20DA%20ONU%20E%20A%20GUERRA%20NO%20IRAQUE%20Erica%20Olivia.pdf>; Consultado pela última vez a 14.08.2014.

Iraq's Weapons of Mass Destruction: The Assessment of the British Government in <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB80/wmd11.pdf>

José Manuel de Barros DIAS, *Da Questão Ibérica à União Europeia. Constantes e Mutações no Relacionamento com entre Espanha e Portugal*: Revista Militar Nº 2427 – Abril de 2004 in http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=392; Consultado pela última vez a 22.08.2014.

José Manuel Durão BARROSO: Presidente da Comissão Europeia, *O meu CV*, in http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/president/about/cv/index_pt.htm; Consultado pela última vez a 10.09.2014.

José Manuel Durão BARROSO, *Reformar: Dois Anos de Governo*. Lisboa: Imp. Nacional-Casa da Moeda, 2004.

José M. MAGONE, José Manuel Durão Barroso: *A Political Scientist in the World of European Union Politics*, International Journal Vol. 60, No. 2 (Spring, 2005): Sage Publications, Ltd, in <http://www.jstor.org/stable/40204310>; Consultado pela última vez a 10.09.2014.

Laurence BARDIN, *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, D.L. 1995.

Leandro Guerreiro C. PINHEIRO *Guerra do Iraque: análise da sua legalidade frente ao direito internacional contemporâneo*. Disponível em formato eletrónico a 22 Maio 2009 in http://www.soleis.com.br/artigos_guerra_iraque.pdf; Consultado pela última vez a 28.05.2014.

Mauro WOLF, *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2003.

Milan RADOS, *Mundo e Comunicação – Uma história política contemporânea*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

Nelson TRAQUINA, *O que é Jornalismo*. Quimera Editores, 2007.

Noam CHOMSKY. *Pirates and Emperors, Old and New: International Terrorism in the Real World*, 2002, p. 81 in <http://issuu.com/infowarbooks/docs/chomsky---pirates-and-emperors--old-and-new---inte>; Consultado pela última vez a 20.04.2014.

Noam CHOMSKY. *U.S intervention form Afghanistan to Iraq*, International Socialist Review, September-October 2002 in <http://www.chomsky.info/interviews/200209--.htm>; Consultado pela última vez a 20.04.2014.

Noam CHOMSKY. *Wars of Terror*, New Political Science, March, 2003 in <http://www.chomsky.info/articles/200303--.htm>; Consultado pela última vez a 10.04.2014.

Rafael L. BARDAJÍ, *España y el Oriente Medio*: Grupo de Estudios Estratégicos, 18 de Fevereiro de 2009 in http://www.gees.org/articulos/espana_y_el_oriente_medio_6239; Consultado pela última vez a 24.08.2014.

Rafael L. BARDAJÍ, *La Reorganización Militar Española en el Contexto de la Alianza*: Grupo de Estudios Estratégicos, 18 de Fevereiro de 2009 in http://www.gees.org/articulos/la_reorganizacion_militar_espanola_en_el_contexto_de_la_alianza_465; Consultado pela última vez a 24.08.2014.

The Iraq Inquiry. *About Inquiry* in <http://www.iraqinquiry.org.uk/about.aspx>

The New York Times Company, Who We Are in <http://www.nytc.com/who-we-are/>, consultado a 19.07.2014

The National Security of Strategy of the United States of America in <http://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>; Consultado pela última vez a 19.05.2014.

Tim DUNNE, Capítulo 22: *Blair's Britain and the road to war in Iraq*, in Steve SMITH, Amelia HADFIELD, Tim DUNNE, *Foreign Policy Theories, Actors, Cases*: Oxford University Press, 2012 in http://timjdunne.files.wordpress.com/2012/10/dunne-in-smith_foreignpolicy-copy2.pdf; Consultado pela última vez a 12.08.2014.

Tratado Atlântico Norte in http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/NATO/Tratado_NATO.htm; Consultado pela última vez a 20.04.2014.

Valentí PUGI, *Spain's Atlantic Option*: The National Interest, Verão 2004 in <http://nationalinterest.org/article/spains-atlantic-option-822>; Consultado pela última vez a 29.08.2014.

Notícias

BBC:

Full transcript of Blair's speech in http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/politics/2870581.stm

Tony & the Truth: Timeline. 29.04.2005 in <http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/panorama/4336727.stm>

El País:

Carlos YÁRNOZ, Aznar gana, pero necesita pactos para gobernar. 04.03.1996 in http://elpais.com/diario/1996/03/04/espana/825894047_850215.html

Cf. Ernesto EKAIZER, Acta de la conversación entre George W. Bush y José María Aznar | Crawford, Tejas, 22 de Febrero de 2003 - "Llegó el momento de deshacerse de Saddam". 26.09.2007 in http://elpais.com/diario/2007/09/26/espana/1190757601_850215.html

Ernesto EKAIZER, Bush avisó a Aznar de que estaría en Bagdad en marzo con o sin resolución de la ONU. 25.09.2007 in

http://internacional.elpais.com/internacional/2007/09/25/actualidad/1190671217_850215.html

Expresso:

Ângela SILVA, Sampaio pela paz com Durão. *Expresso*. 15.03.2003

Beatriz NAVARRO, Desafios difíceis na UE alargada. 03.07.2004

Beatriz NAVARRO, O salto inesperado de Barroso. 03.07.2004

Estatuto Editorial do *Expresso* in <http://expresso.sapo.pt/estatuto-editorial=f774690?mid1=ex.menus/66&m2=487>

Estevão Gago da CÂMARA, Uma Base para outras guerras. *Expresso*. 22.03.2003
Guerra depois das Lajes. 15.03.2003

José António SARAIVA, Durão na Europa, histeria em Portugal. 03.07.2004

José António SARAIVA, Portugal e o Presente. 22.03.2003

Público:

A Declaração. 17.03.2003

Adelino GOMES, Açores: “O pior de sempre”. *Público*. 18.03.2003

Base das Lajes: Uma cimeira que não é inédita (LUSA). *Público*. 15.03.2003

Eduardo LOURENÇO, Durão torna-se hoje “presidente indigitado” da Comissão. 29.06.2004

Estatuto editorial do *Público* in <http://static.publico.pt/homepage/site/nos/Estatutoedpublico.asp>

Helena PEREIRA e Eunice LOURENÇO, Durão Barroso demite-se, mas fica primeiro-ministro até à próxima semana. 05.07.2004

Helena PEREIRA, Eunice LOURENÇO e Ana Sá LOPES, Durão Barroso faz render possibilidade de ser escolhido para presidente da Comissão Europeia. 23.06.2004

Helena PEREIRA, Eunice LOURENÇO e Ana Sá LOPES, Durão na presidência da Comissão dá lugar de primeiro-ministro a Santana. 26.06.2004

Helena PEREIRA, EUA tinham garantia de Portugal sobre base das Lajes desde Novembro. 15.03.2003

Isabel Arriaga e CUNHA, Candidatura de Barroso consensual em Bruxelas. 26.06.2004

Isabel Arriaga e CUNHA, Durão Barroso cada vez mais favorito para a Presidência da Comissão Europeia – As maiores reservas vêm de Zapatero, por causa do apoio à guerra no Iraque. 22.06.2004

Isabel Arriaga e CUNHA, Durão Barroso emerge como o grande favorito à sucessão de Romano Prodi. 22.06.2004

Isabel Arriaga e CUNHA, Uma corrida contra o tempo até à entrada em funções. 27.06.2004

José Manuel FERNANDES, As últimas 24 horas. 17.03.2003

José Manuel FERNANDES e Graça FRANCO, Entrevista com Durão Barroso. 17.03.2003

José Pedro HENRIQUES e Nuno Sá LOURENÇO, Três moções de censura ao Governo. 18.03.2003

Maria José OLIVEIRA e Helena PERIRA, Cimeira não fará “nenhuma declaração de guerra” ao Iraque. 15.03.2003

Maria José OLIVEIRA, Ferro Rodrigues diz que participação de Durão Barroso é “inqualificável”. 17.03.2003

Miguel Sousa TAVARES, George. 21.03.2003

Nuno Sá LOURENÇO e Helena PEREIRA, Moções de censura debatidas dia 26. *Público*. 20.03.2003

Ricardo Dias FELNER, Durão Barroso almoçou com Jorge Sampaio. 14.03.2003

São José ALEMIDA e Bruno Fraga BRAZ, Durão Barrosos confirma apoio a ataque unilateral contra o Iraque. 11.03.2003

Teresa SOUSA, Cimeira dos Açores vai avisar Saddam que o seu tempo está quase esgotado. 16.03.2003

Teresa SOUSA, Durão Barroso foi mais que um simples anfitrião. 17.03.2003

Teresa, SOUSA, Para Bush e os seus aliados hoje “é o momento da verdade”. 17.03.2003

Teresa de SOUSA, Participação de Durão Barroso esteve sempre prevista. 16.03.2003

Zona de exclusão aérea: o que é e como funciona e os precedentes. 18.03.2011 in <http://www.publico.pt/mundo/noticia/zona-de-exclusao-aerea-o-que-e-e-como-funciona-e-os-precedentes-1485523>

Renascença:

Portugal participou na guerra no Iraque para evitar aproximação entre Espanha e Estados Unidos. 08.11.2012 in http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=27&did=84349

RTP:

Durão Barroso, o anfitrião da Cimeira das Lajes. *RTP Online* in <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=58784&tm=&layout=121&visual=49>

The Economist:

J.C., Britain, 10 years on. 19.03.2013 in <http://www.economist.com/blogs/blighty/2013/03/iraq-war>

The Guardian:

Richard Norton-TAYLOR, Chilcot inquiry: Iraq papers show Lord Goldsmith's warning to Tony Blair. 30.07.2010 in <http://www.theguardian.com/uk/2010/jun/30/chilcot-inquiry-lord-goldsmith-blair>

Views on Britain's role in Iraq: 'People see the UK as a poodle of America'. 19.04.2009 in <http://www.theguardian.com/world/2009/apr/16/uk-iraq-usa-terror>

The New York Times:

Associated Press, Azores Summit Portrayed as Last Try for Diplomatic Solution. 16.03.2003 in <http://www.nytimes.com/2003/03/16/national/AP-Azores-Summit.html>

Elaine SCIOLINO, France Seeks Compromise to Prevent U.N. Rupture. 17.03.2003 in <http://www.nytimes.com/2003/03/17/international/europe/17EURO.html>

John F. BURNS, In Iraqi Capital, People Prepare for the Conflict. 18.03.2003 in <http://www.nytimes.com/2003/03/18/international/middleeast/18BAGH.html>

Q&A: Are Disarming Iraq and Mideast Peace Connected? 14.03.2003 in <http://www.nytimes.com/cfr/international/backgroundiraq031403.html>

Q&A: What Happened to Iraq Diplomacy? 19.03.2003 in <http://www.nytimes.com/cfr/international/backgroundiraq2032403.html>

THREATS AND RESPONSES: Briefly Noted; FACING CENSURE IN PORTUGAL. 19.03.2003 in <http://www.nytimes.com/2003/03/19/world/threats-and-responses-briefly-noted-facing-censure-in-portugal.html>

Warren HOGE, U.S., Britain and Spain to Make Final Push for U.N. Support. 16.03.2003 in <http://www.nytimes.com/2003/03/16/international/16SHELL-CHENEY.html>

The Washington Times:

About in <http://www.washingtontimes.com/about/>, consultado a 19.07.2014

Analysis: Bush Feels he doesn't need U.N. 17.03.2003 in
<http://www.washingtontimes.com/news/2003/mar/17/20030317-090053-5849r/?page=all>

Bush, Blair, Aznar to meet in Azores. 14.03.2003 in
<http://www.washingtontimes.com/news/2003/mar/14/20030314-085927-3547r/>

Europe divided over start of Iraq war. 20.03.2003 in
<http://www.washingtontimes.com/news/2003/mar/20/20030320-090111-1251r/>
Meeting seen as symbolic. 16.03.2003 in
<http://www.washingtontimes.com/news/2003/mar/16/20030316-090043-4377r/>

U.S., Britain, Spain to hold Iraq summit. 14.03.2003 in
<http://www.washingtontimes.com/news/2003/mar/14/20030314-085927-2287r/?page=all>

The Telegraph:

Andrew GILLIGAN e Nick COLLINS, Iraq War: timeline of Tony Blair's role. 21.01.2011 in
<http://www.telegraph.co.uk/news/politics/tony-blair/8272699/Iraq-War-timeline-of-Tony-Blairs-role.html>

Philip SHERWELL, Iraq War: major new questions for Tony Blair. 09.03.2013 in
<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/iraq/9919930/Iraq-War-major-new-questions-for-Tony-Blair.html>

TSF:

Barroso faz relatório da visita aos EUA. 12.09.2002 in
http://www.tsf.pt/PaginaInicial/portugal/Interior.aspx?content_id=762390

EUA devem escutar opinião dos aliados. 10.09.2002 in
http://www.tsf.pt/PaginaInicial/portugal/Interior.aspx?content_id=762357&page=-1

EUA iniciaram guerra contra o Iraque. 20.03.2003 in
http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=809011&page=-1

Intervenção apoiada pela ONU agrada a Durão Barroso. 13.09.2002 in
http://www.tsf.pt/PaginaInicial/portugal/Interior.aspx?content_id=762404&page=-1

Líderes europeus pedem apoio da Europa aos EUA. *TSF*. 30.01.2003 in
http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=807244

«Manifesto dos oito» dividiu a Europa. 31.01.2003 in
http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=764054&page=-1

«Manifesto dos oito» é «contribuição ao debate». 30.01.2003 in
http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=807292

Militares portugueses a caminho de Cabul. 26.02.2002 in
http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=796488&page=-1
Portugal aposta na via diplomática. 10.09.2002 in
http://www.tsf.pt/PaginaInicial/portugal/Interior.aspx?content_id=762355&page=-1

Portugal político «solidário», mas prudente. 08.10.2001 in
http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=790196

«Precisamos de culpar o Iraque». 12.09.2002 in
http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=803226

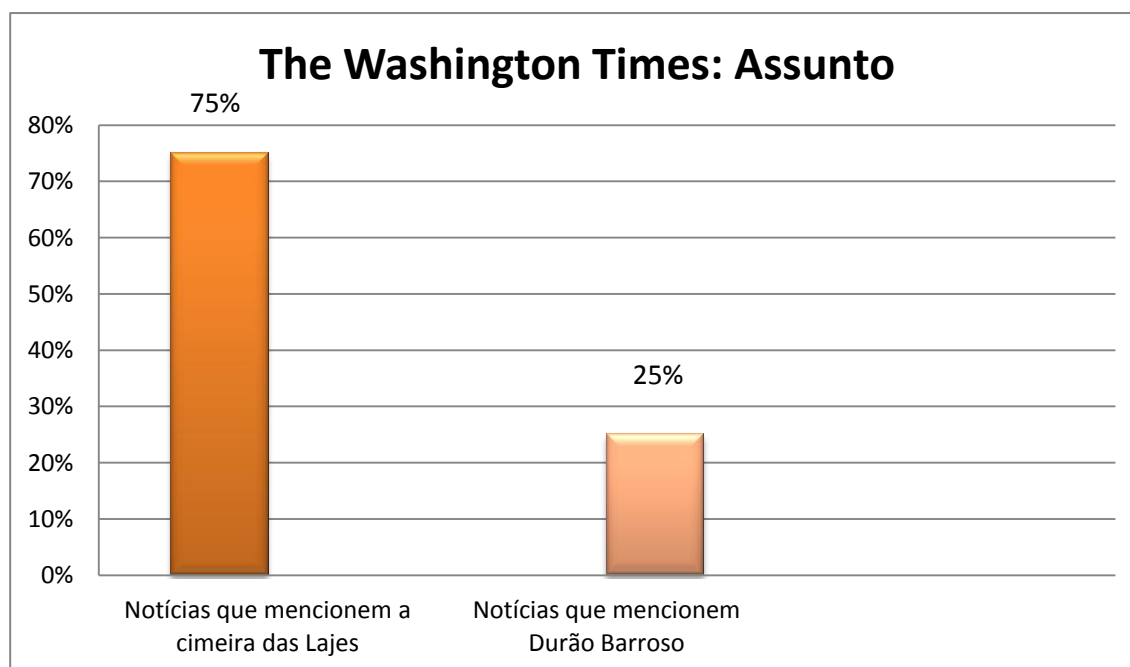
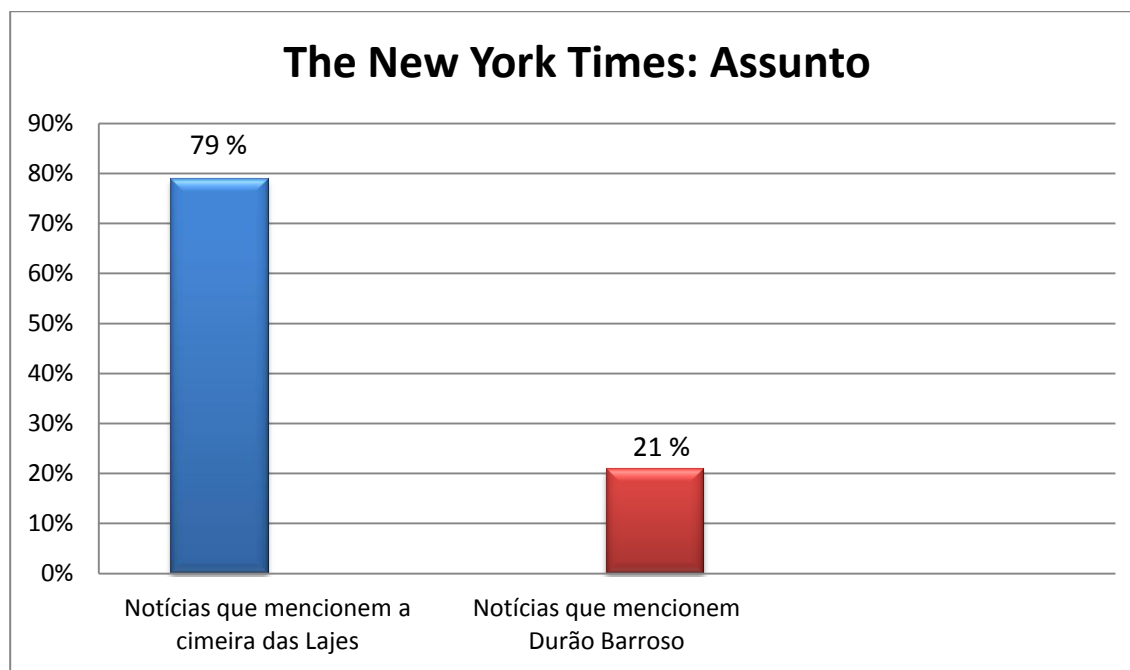
Schroeder e Chirac não querem intervenção militar. *TSF*. 23.01.2003 in
http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=807060

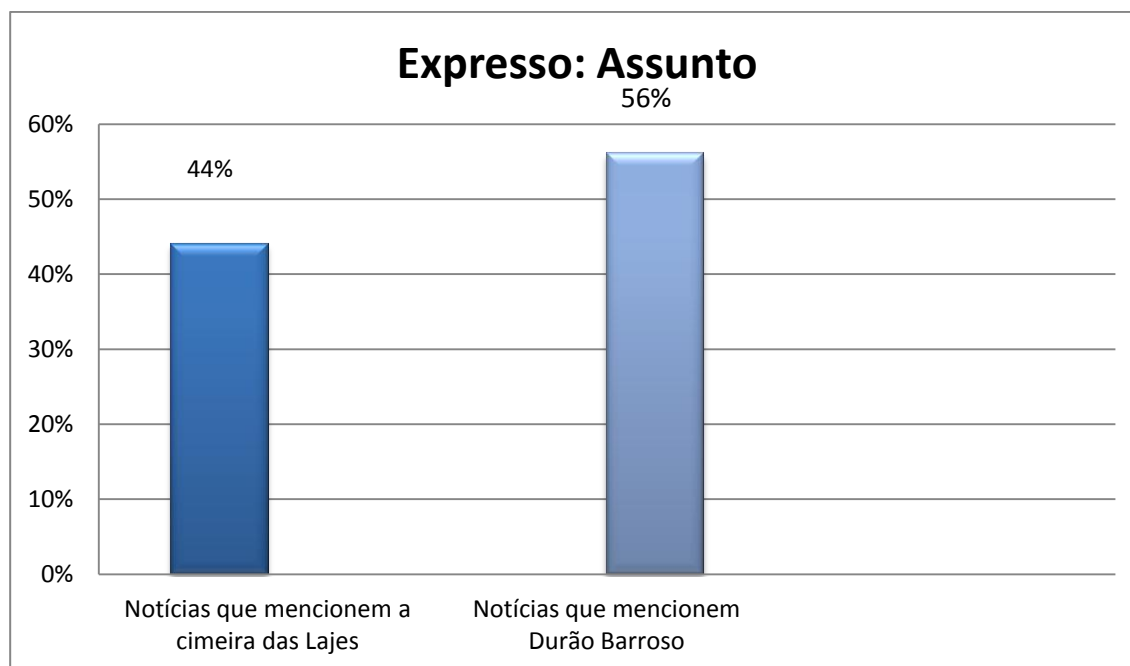
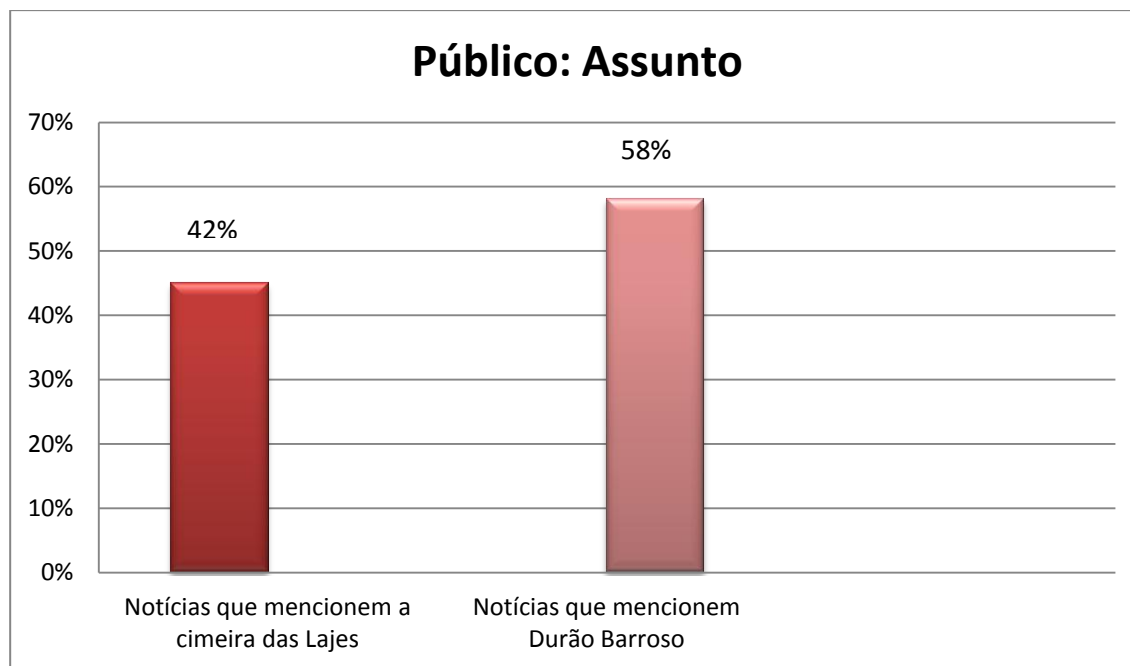
Anexos

Gráficos referentes aos critérios dos resultados quantitativos da análise de imprensa.

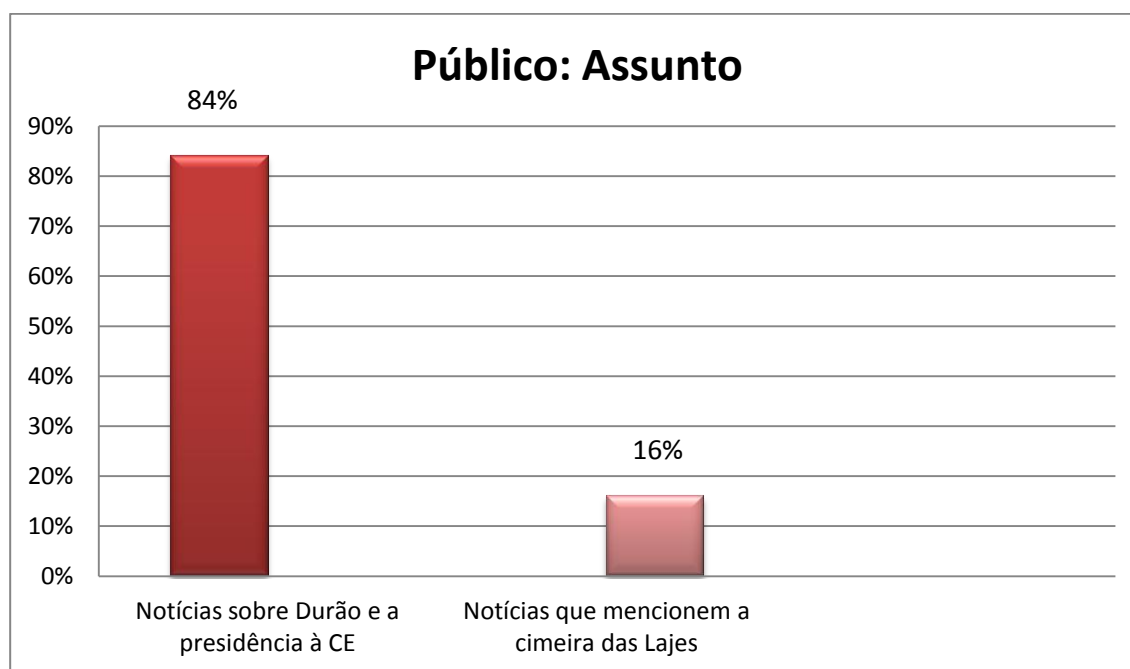
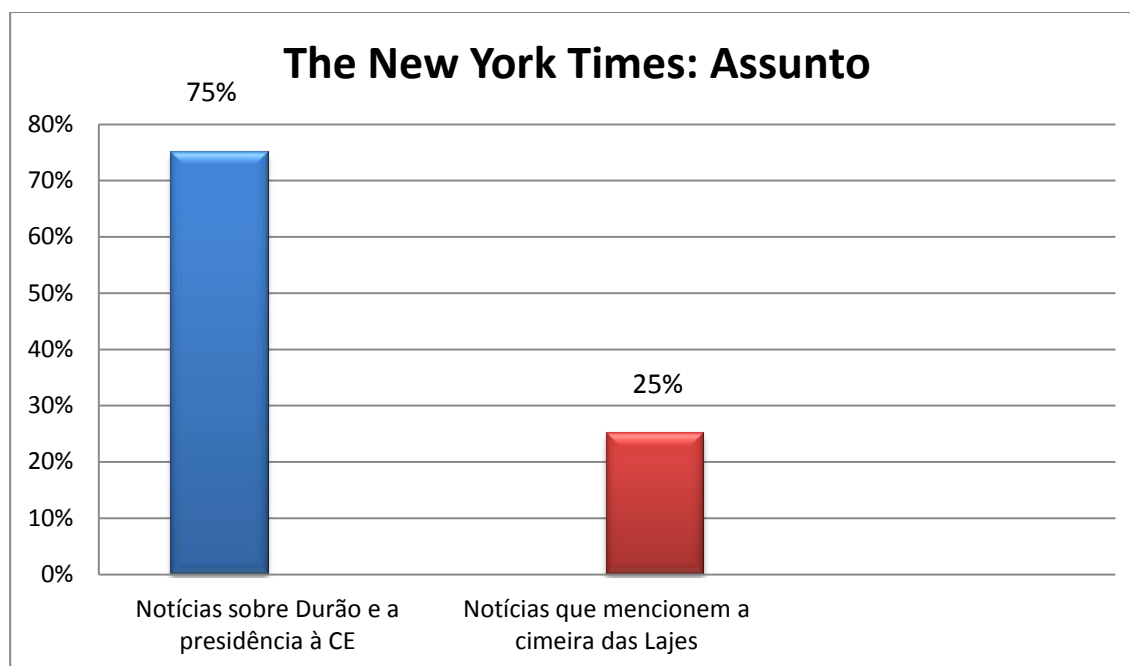
Critério 2 | Assunto

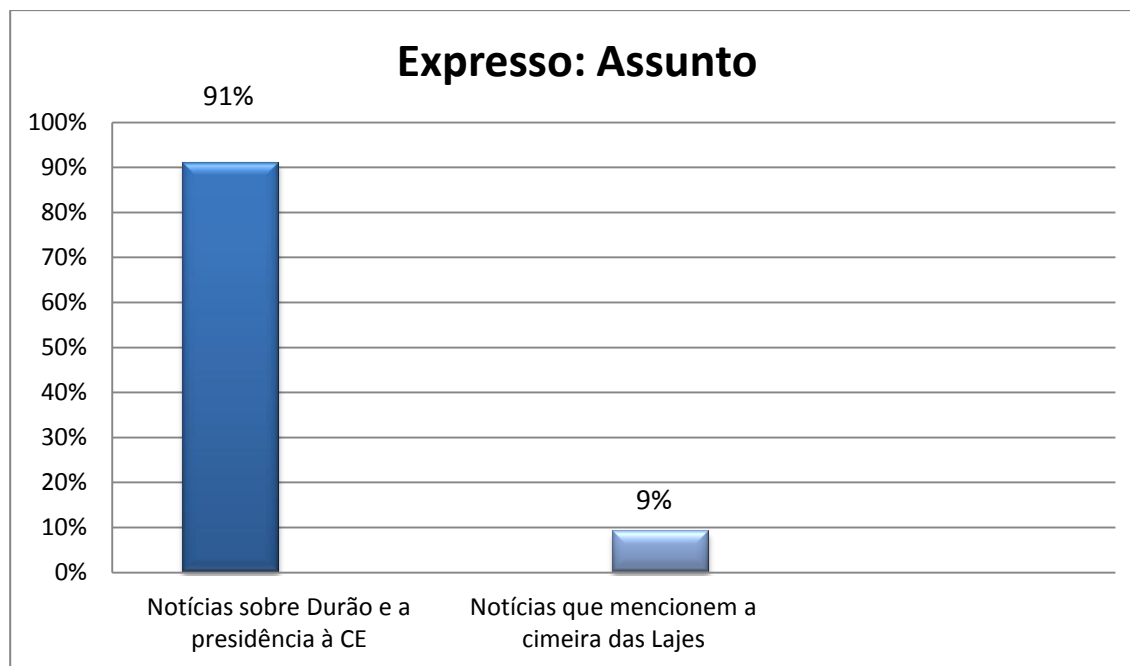
1º Período: 09.03.2003 a 23.03.2003





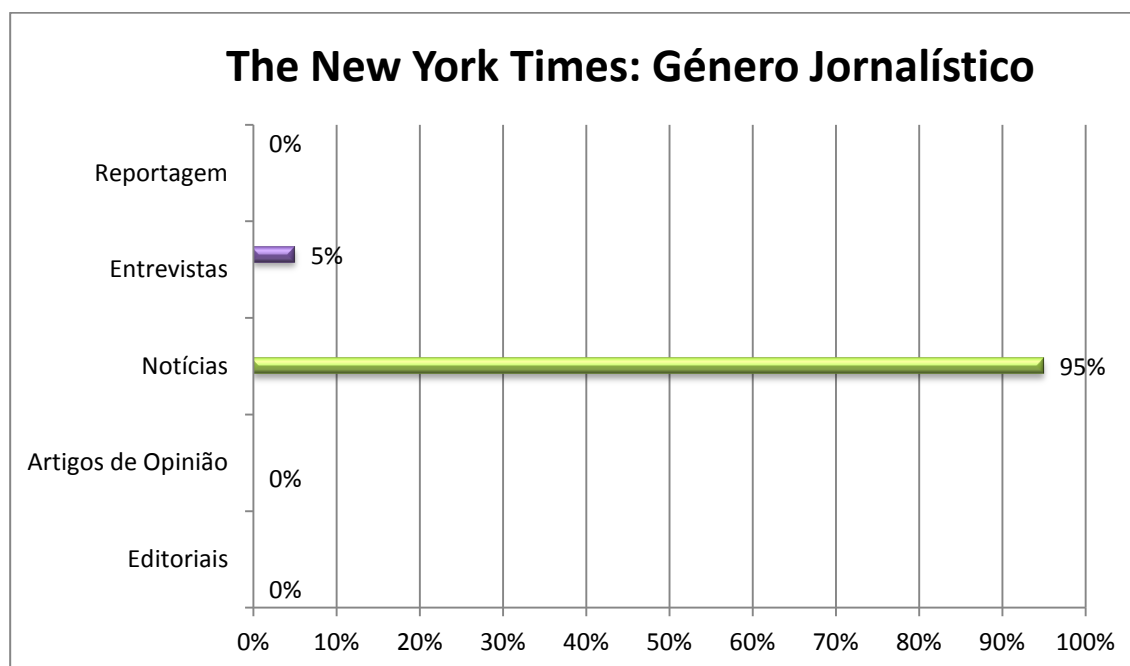
2º Período: 22.06.2004 a 06.07.2004



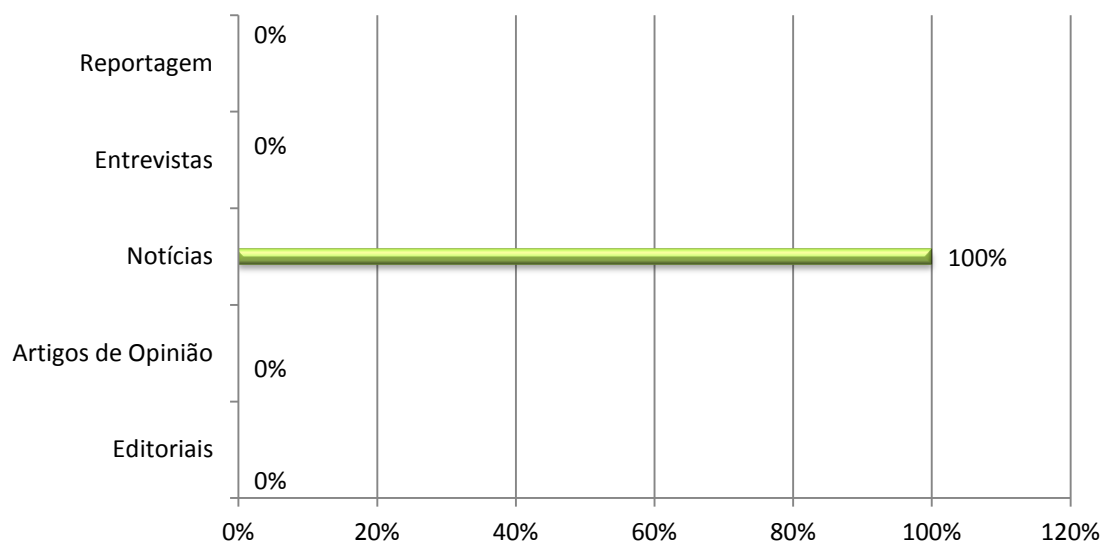


Critério 3 | Género jornalístico

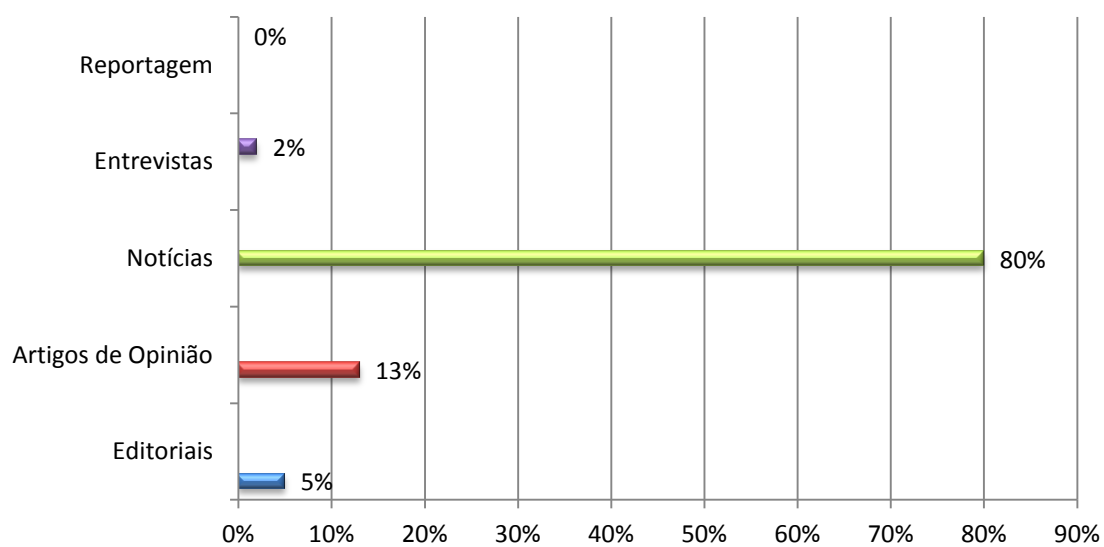
1º Período: 09.03.2003 a 23.03.2003

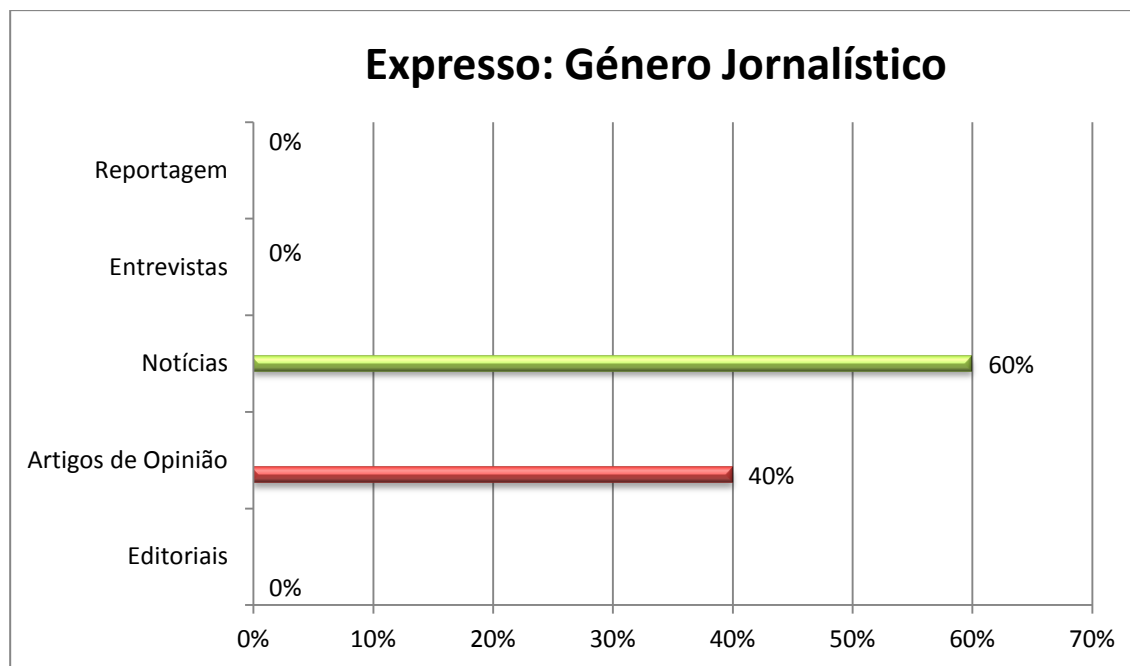


The WashingtonTimes: Género Jornalístico

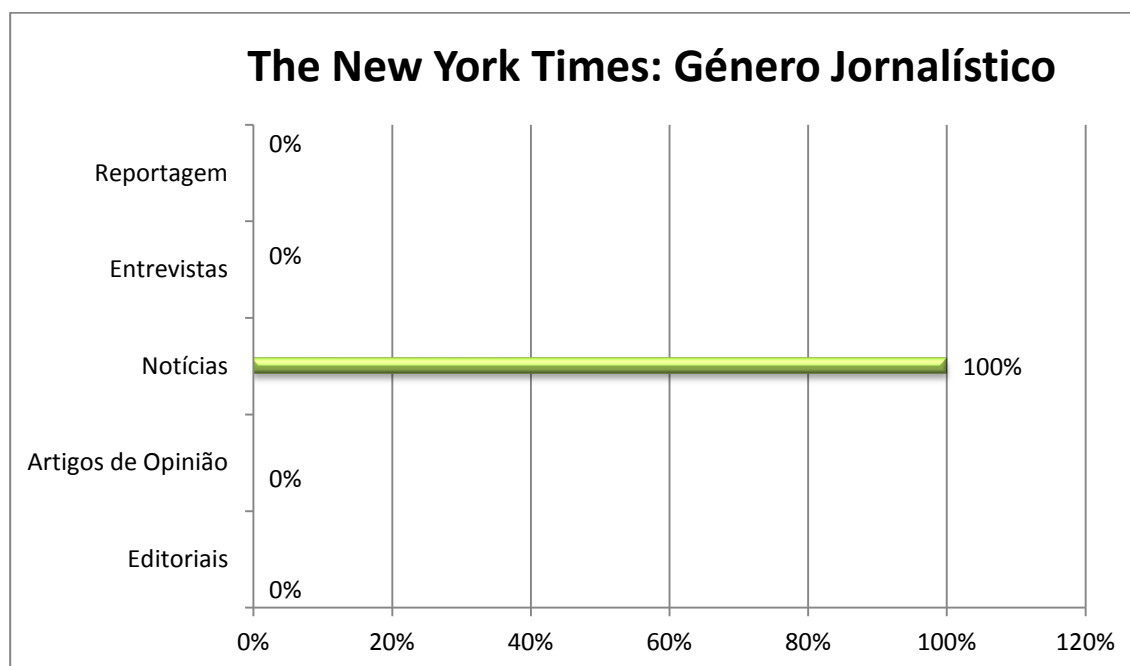


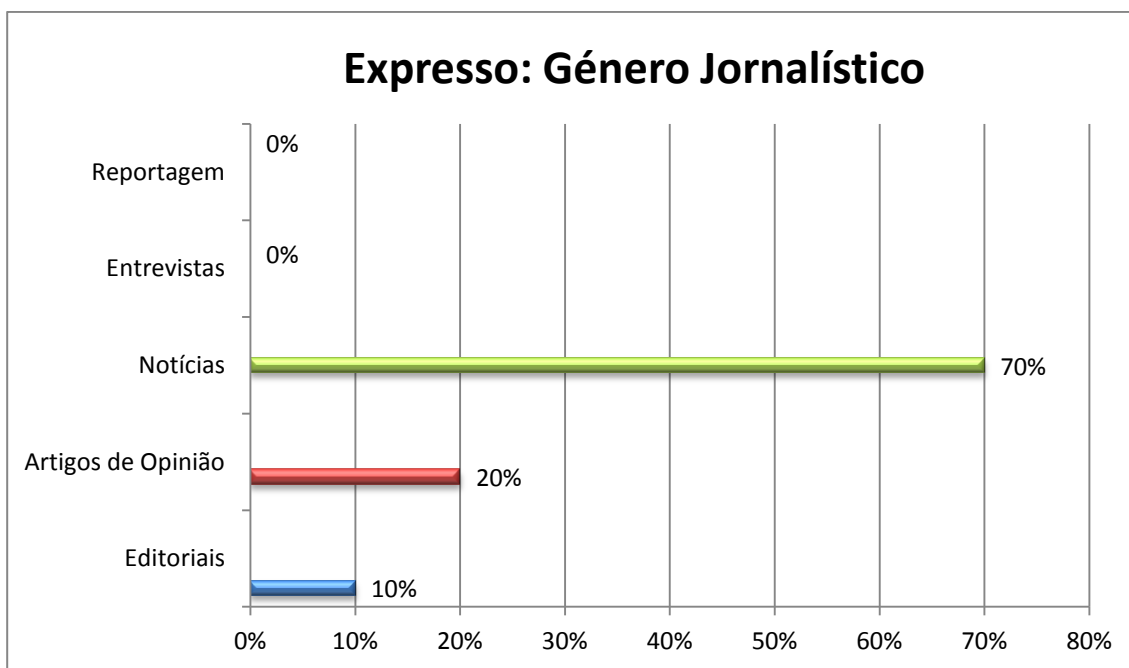
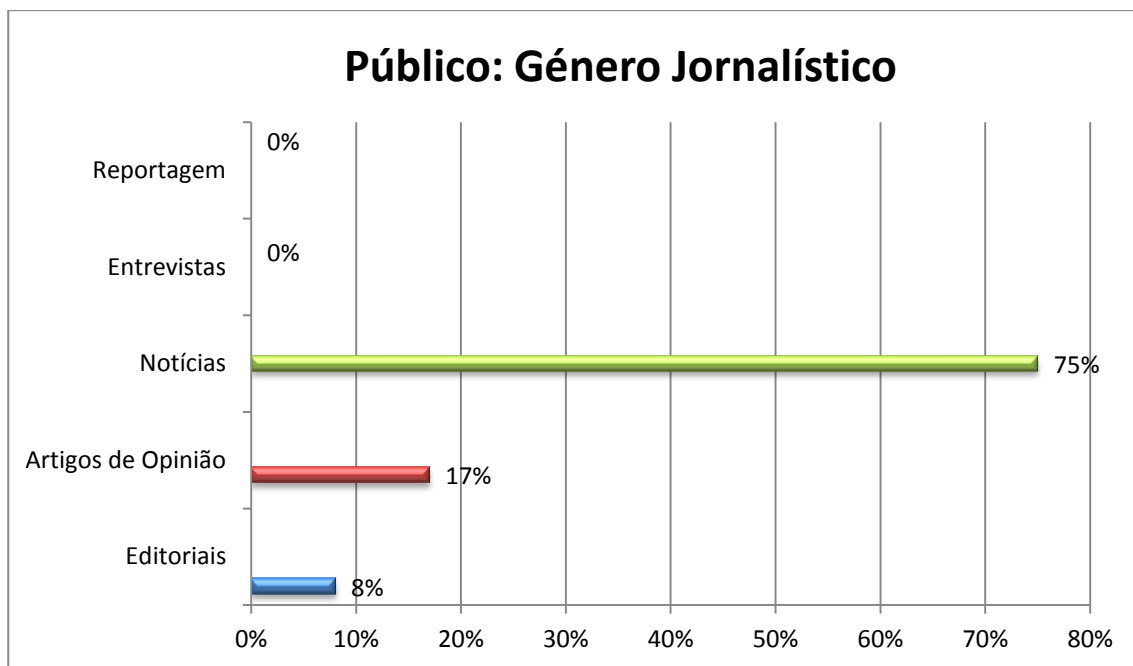
Público: Género Jornalístico





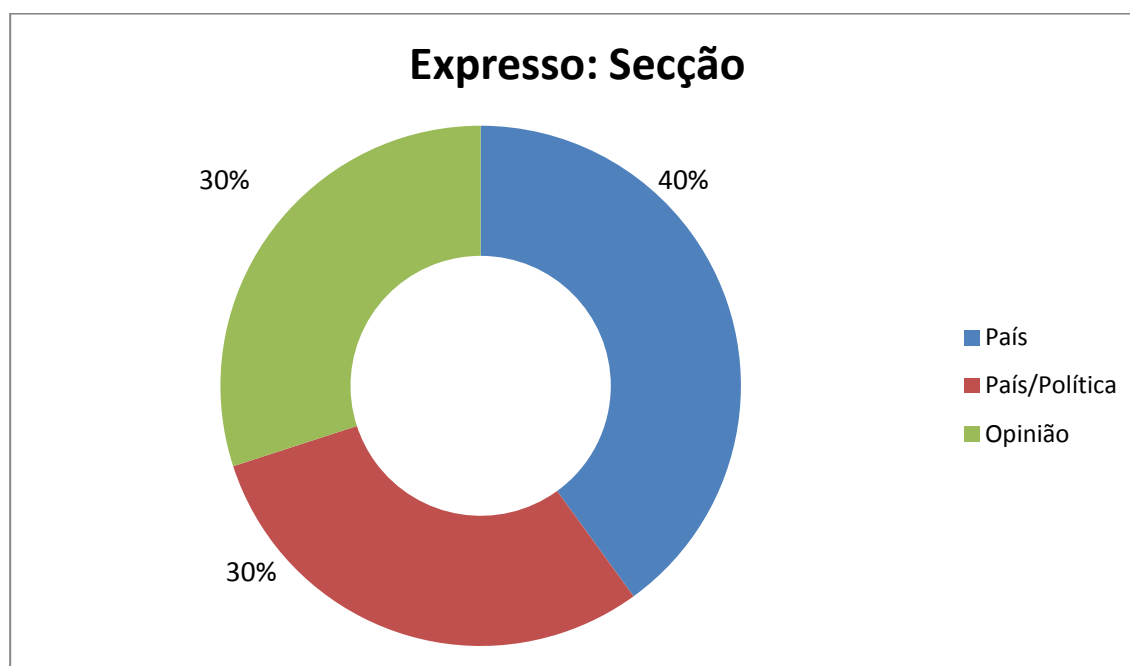
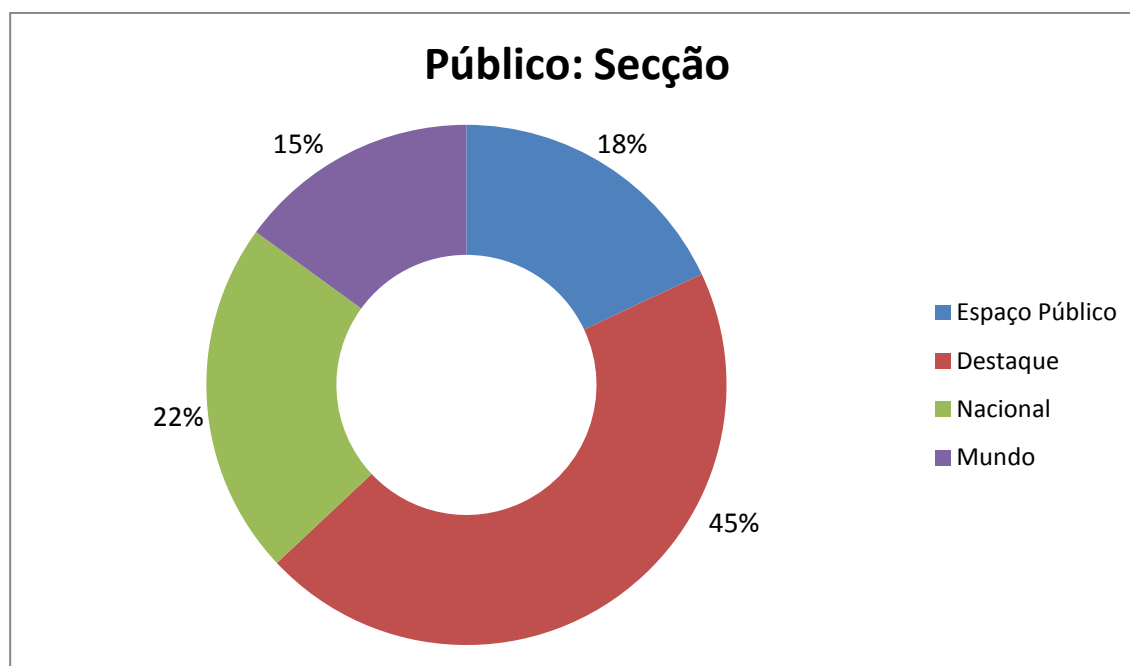
2º Período: 22.06.2004 a 06.07.2004



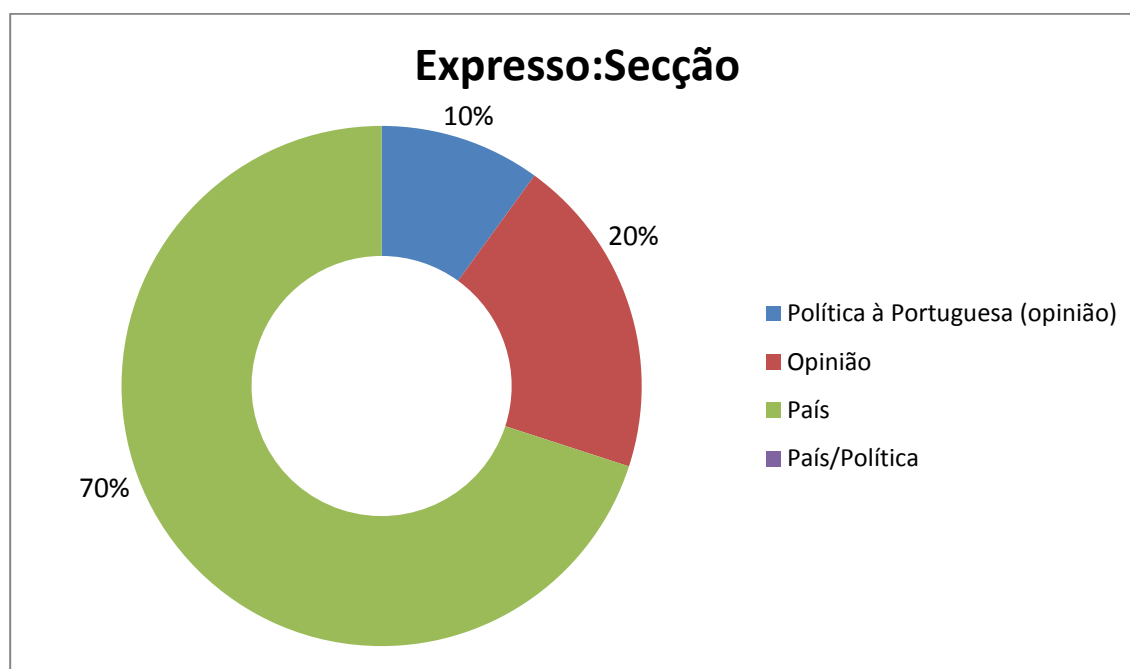
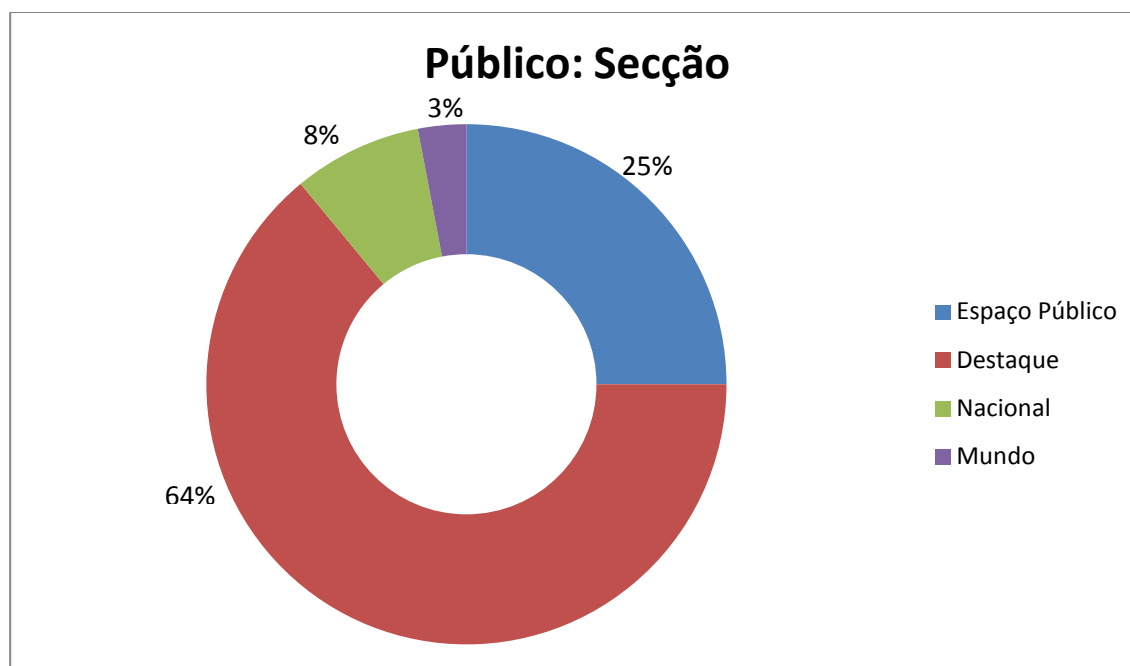


Critério 4 | Secção

2º Período: 22.06.2004 a 06.07.2004

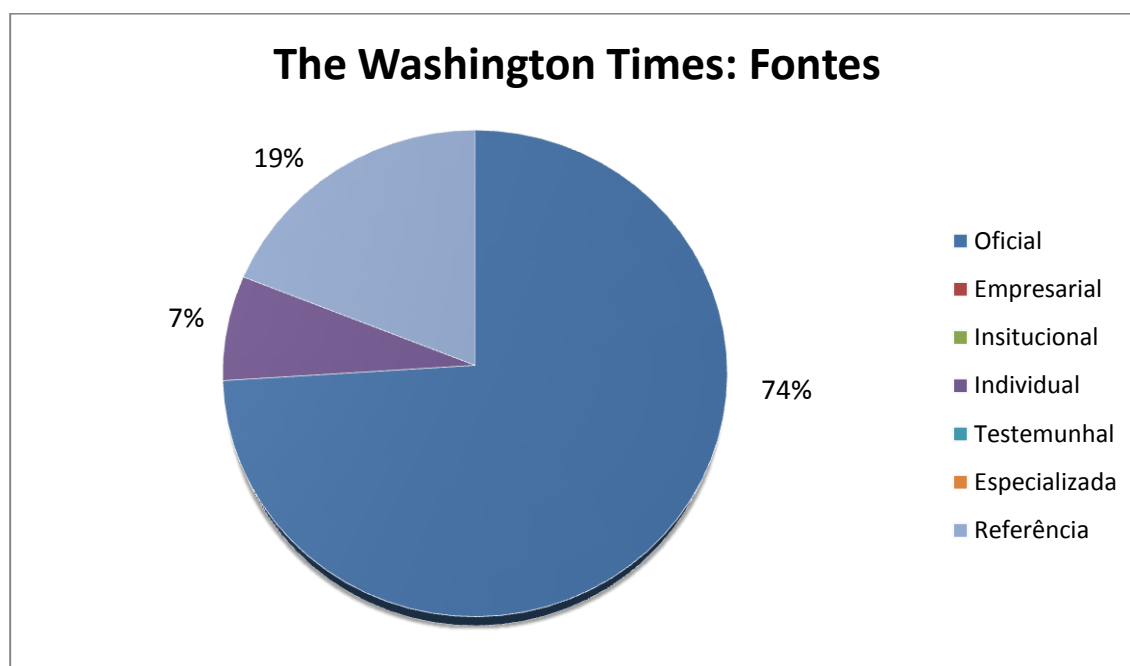
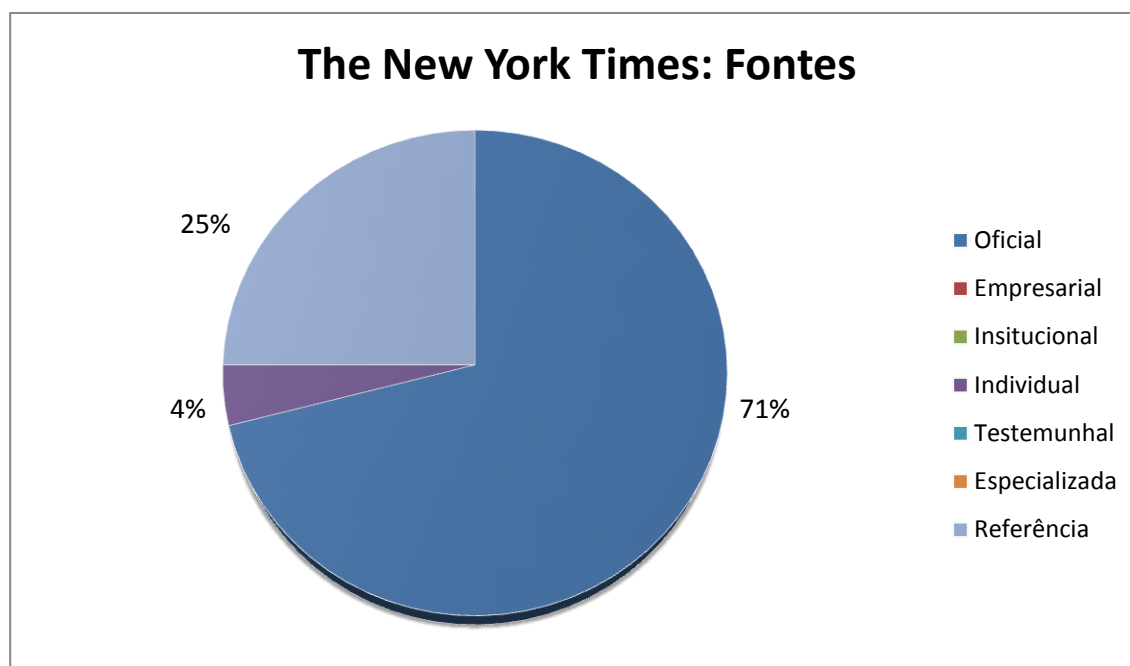


2º Período: 22.06.2004 a 06.07.2004

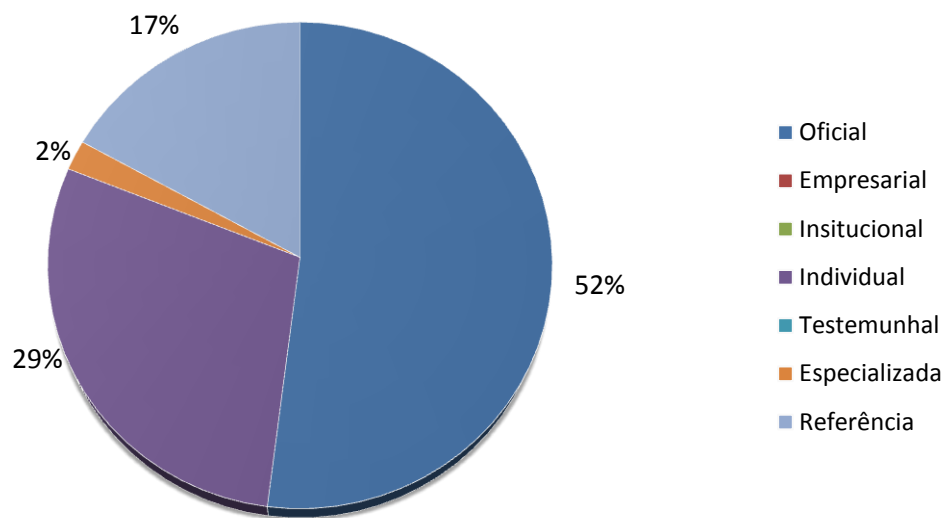


Critério 5 | Fontes

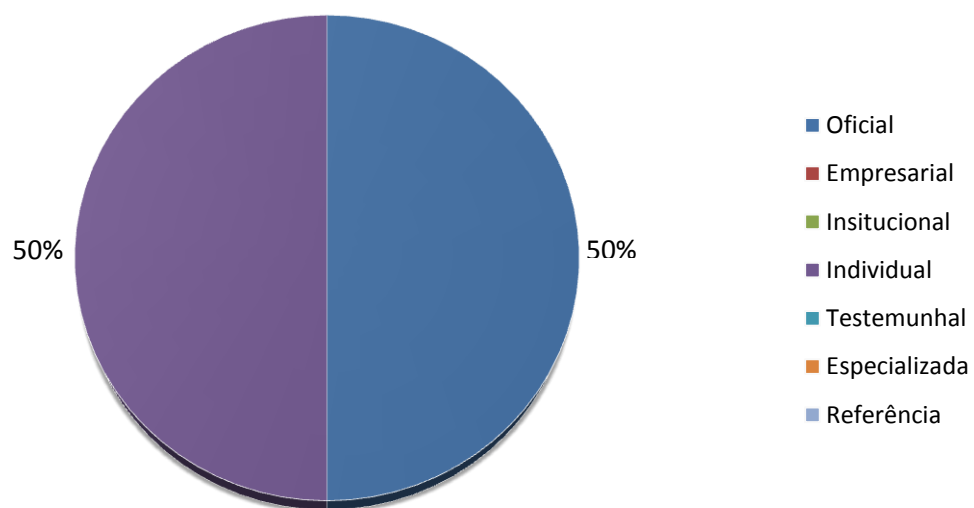
1º Período: 09.03.2003 a 23.03.2003



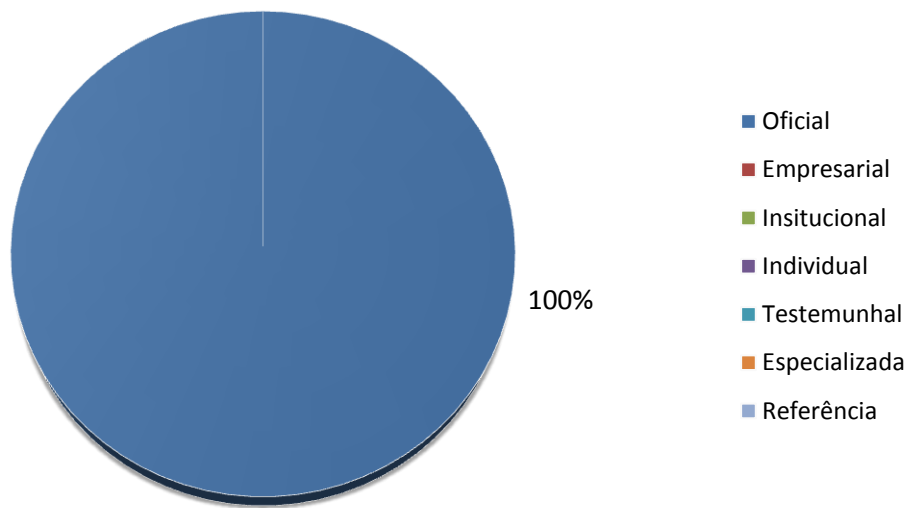
Público: Fontes



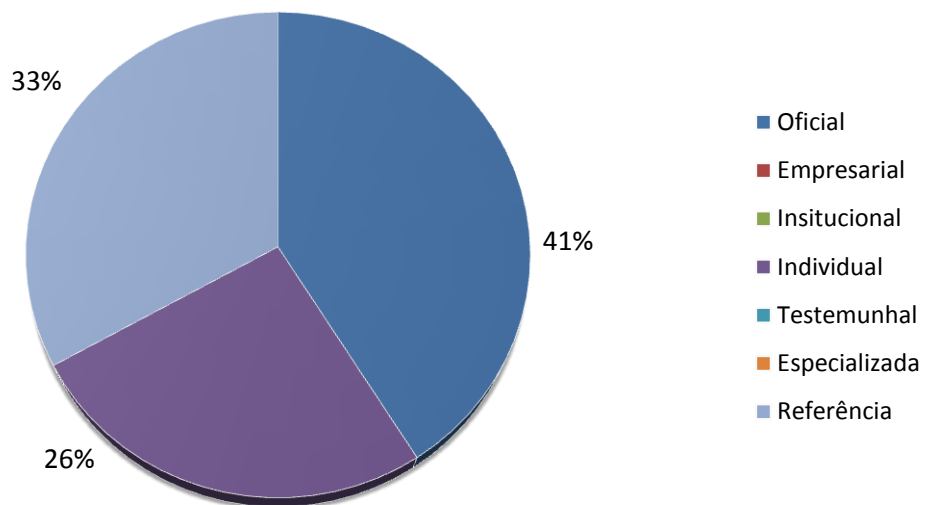
Expresso: Fontes



The New York Times: Fontes



Público: Fontes



Expresso: Fontes

